



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GEOGRAFIA - BACHARELADO

Campus Erechim, dezembro de 2025



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul

Chapecó, SC - Brasil

CEP 89815-899

Reitor: João Alfredo Braida

Vice-Reitora: Sandra Simone Hopner Pierozan

Pró-Reitor de Graduação: Marilane Maria Wolff Paim

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vítório Trevisol

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: William Simões

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Edivandro Luiz Tecchio

Pró-Reitor de Planejamento: Ilton Benoni da Silva

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Clóvis Alencar Butzge

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Sérgio Begnini

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretora de *Campus*: Adriana Remião Luzardo

Coordenadora Administrativa: Cladis Juliana Lutinski

Coordenadora Acadêmica: Crhis Netto de Brum

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenadora Administrativo: Adenise Clerici

Coordenadora Acadêmico: Judite Scherer Wenzel

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Cherlei Marcia Coan



Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Fábio Luiz Zeneratti

Coordenador Administrativo: William Pletsch dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Jaime Giolo

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenador Administrativo: Edson Antonio Santolin

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



SUMÁRIO

2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	9
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	20
3.1 Coordenação de curso.....	20
3.2 Equipe de elaboração:.....	20
3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular.....	20
3.4 Núcleo docente estruturante do curso.....	20
4 JUSTIFICATIVA.....	22
4.1 Justificativa da criação do curso.....	22
4.4 Justificativa da reformulação do curso.....	25
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais).....	28
5.1 Referenciais ético-políticos.....	28
5.2 Referenciais Epistemológicos.....	29
5.3 Referenciais Metodológicos.....	33
5.4 Referenciais Legais e Institucionais.....	35
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	43
6.1 Objetivo Geral:.....	43
6.2 Objetivos específicos:.....	43
7 PERFIL DO EGRESSO.....	45
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	46
8.1 Articulação entre os domínios curriculares.....	47
8.1.1 Componentes Curriculares do Domínio Comum.....	48
8.1.2 Componentes Curriculares do Domínio Conexos.....	50
8.1.3 Domínio Específico.....	50
8.2 Oferta de componentes curriculares na modalidade Educação a Distância - EAD.....	51
8.2.1 Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem.....	54
8.2.2 Sistema de avaliação da aprendizagem a ser utilizado em atividades à distância. .	55
8.3 Atendimento às legislações específicas.....	56
8.4 Estrutura Curricular.....	61
8.5 Resumo de carga horária dos estágios, AAs, e TCC.....	69
8.6 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica).....	70
8.7 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura curricular do curso:.	71
8.7.1 Estágios curriculares supervisionados (Normatização no ANEXO I).....	71
8.7.2 Atividades Autônomas (Normatização no ANEXO II).....	71
8.7.3 Trabalho de Conclusão de Curso (Normatização no ANEXO III).....	72
8.7.4 Atividades de inserção da Extensão e Cultura no currículo.....	72
8.7.5 Trabalho de Campo.....	73
8.7.6 Prática pedagógica como componente curricular.....	74
8.8 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares..	76
8.8.1 Componentes curriculares de oferta regular e com código fixo na estrutura curricular.....	76
8.8.2 Componentes curriculares com oferta variável na estrutura curricular.....	115



8.8.3 Seminários Temáticos/Oficinas/Tópicos especiais :.....	145
9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	157
10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO.....	161
10.1 Por uma Gestão Democrática.....	161
10.1.1 O Núcleo Docente Estruturante.....	161
10.1.2 O Colegiado.....	162
10.1.3 Da Coordenação de Curso.....	162
11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	165
12 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	168
13 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	171
14 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	172
15 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	175
15.1 Bibliotecas.....	175
15.2 Laboratórios.....	176
15.3 Demais itens.....	180
16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	183
17. ANEXOS.....	187
ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	188
ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS.....	195
ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	199
ANEXO IV – REGULAMENTO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NOS COMPONENTES CURRICULARES.....	204
ANEXO V REGULAMENTO DO TRABALHO DE CAMPO.....	211
ANEXO VI REGULAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR.....	216



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Geografia

1.4 Grau: Bacharel em Geografia

1.5 Título profissional: Geógrafo

1.6 Local de oferta: *Campus* Erechim

1.7 Número de vagas: 25 vagas com entrada anual

1.8 Carga-horária total: 2.715

1.9 Turno de oferta: Noturno

1.10 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 08 semestres

1.11 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 16 semestres

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 450 (em horas)

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 120 (em horas)

1.14 Coordenador do curso: José Mario Martins Costa

1.15 Ato Autorizativo: Resolução nº 18 CONSUNI/UFFS/2019

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à



Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Capítulo VI Resolução 40/CONSUNI/CGAE/2022. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.



c) Processos seletivos especiais

- **PRO-IMIGRANTE** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes imigrantes) instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- **PIN** (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- **PSS** (Processo Seletivo Simplificado) esta forma de ingresso é destinada ao preenchimento das vagas remanescentes, que após realizadas todas as outras formas de ingresso não foram preenchidas.

São estas as formas de ingresso na Universidade Federal da Fronteira Sul.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

UMA BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

(UFFS)

“A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão, é o lugar do debate onde, por definição, o espírito crítico tem de crescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.”¹

José Saramago, 2005

Apresentação

A epígrafe de José Saramago, mencionada acima, resume a essência do papel da Universidade no processo formativo de seus estudantes: cidadãos conscientes do tempo histórico que vivem e capazes de produzir críticas a diferentes situações vividas ou presenciadas, bem como propor caminhos, ou atuar, para a superação das mesmas. Mas, para se chegar ao cidadão consciente e crítico, é necessário que a Universidade reúna outra condição, sinaliza Anísio Teixeira: a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender, pois há toda uma iniciação a se fazer, em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação e, por extensão, a capacidade de dar sentido e significado às coisas por meio da leitura e do debate, que, aos poucos e ao longo do processo formativo, fará florescer o espírito crítico.²

O histórico institucional que apresentamos abaixo é, em linhas gerais, um sobrevoou panorâmico de uma história muito mais densa e repleta de particularidades das origens e dos 13 primeiros anos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tem a intenção de situar o leitor dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação sobre o percurso histórico institucional e realizar algumas leituras de contexto. Utilizamos como base documental para a escrita deste texto, os Relatórios do Grupo de Trabalho de Criação da UFFS (2007/2008), os Relatórios de Gestão 2009-2015 e 2009-2019, os Relatórios Integrados Anuais de Gestão (2019, 2020 e 2021) e os Boletins Informativos da UFFS (números 01 a 350). Há, também, memórias dos mentores deste texto, pois são partícipes da história da UFFS. É um texto informativo e de leitura leve, evitando adentrar em debates e embates políticos e ideológicos que perfazem o cotidiano de uma universidade, sobretudo nos anos mais recentes, cuja polarização se acentuou.

1 SARAMAGO, José. Democracia e Universidade. Belém: Editora UFPA, 2013. p. 26.

2 TEIXEIRA, Anísio. A Universidade ontem e de hoje. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1998. p. 88.



Concebendo a UFFS

Em 15 de setembro de 2009 o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em cerimônia pública, o Decreto-Lei nº 12.029, propiciando o nascimento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trinta dias depois, o professor Dilvo Ilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* pelo Ministro da Educação. Em 15 de janeiro de 2010, o professor Jaime Giolo foi nomeado para o cargo de vice-reitor da UFFS.³ Em 29 de março de 2010, 2.160 alunos iniciaram as aulas nos 33 cursos de graduação, em estruturas prediais provisórias e um pequeno número de servidores (154 professores e 178 técnico-administrativos) distribuídos entre os *Campi*. A decisão de iniciar as aulas num tempo curto foi estratégica e, como contrapartida, exigiu do corpo técnico, da gestão da UFFS e suporte da UFSC (tutora da UFFS), ações rápidas para construir os *campi* o mais breve possível aproveitando o cenário político e econômico favorável. Em 2015, quando da integralização dos primeiros cursos de graduação e a contratação dos últimos servidores docentes e técnicos, existia uma infraestrutura básica em pleno uso nos *campi*. O orçamento anual destinado às universidades federais (novas e antigas instituições) passou a ser contingenciado a partir de meados de 2015.⁴

Essas datas, sujeitos históricos e instituições são referências, balizas históricas. No entanto, ao restringirmos atenção demasiada ao Decreto-Lei de criação da UFFS, às nomeação do reitor e vice-reitor *pro tempore* e o início das aulas, excluímos da história centenas de pessoas e movimentos sociais rurais e urbanos que, desde 2003, no Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, se organizavam, cada um a seu modo, para dialogar e pressionar o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de criar uma Universidade Federal na região da Fronteira Brasil-Argentina. A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na região Sul), a Via Campesina, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) do PR, SC e RS, o Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, Igrejas, Assesoar, Movimentos Estudantis, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, representantes da UFSC, UFSM e do MEC, são, em linhas gerais, as entidades que se propuseram a mobilizar esforços para ler e refletir o tempo histórico vivido nas diferentes regiões.

Destas leituras, debates e reflexões, sobretudo após 2006 quando ocorreu a unificação

3 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Relatório de Gestão 2009-2019. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p. 08-09.

4 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Relatório de Gestão 2009-2019. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p.32-34; 46-47.



dos movimentos regionais resultando no nascimento do “Movimento Pró-Universidade Federal”, foram amadurecidos alguns dilemas que poderiam ser enfrentados com a criação de uma Universidade Federal e, a partir da comunidade acadêmica em diálogos e parcerias com a comunidade regional, construírem caminhos para superar os entraves históricos ao desenvolvimento econômico, social e cultural da região fronteira no Sul do Brasil. Dentre os dilemas levantados estavam: os limites do ideário neoliberal na resolução dos desafios enfrentados pelas políticas sociais voltadas aos municípios com baixo IDH; as discussões em torno da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior privado e comunitário; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a intensa migração da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; o fortalecimento da agricultura familiar com vistas às práticas agroecológicas e sustentáveis; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.⁵

Para dar conta dos dilemas da região de fronteira, as entidades e movimentos sociais tinham clara a necessidade de criar uma Universidade Federal com missão, metas, perfil e projeto pedagógico institucional diferente dos modelos tradicionais de Universidades Federais existentes nas capitais de estados e ao longo da região litorânea. Não foi sem razão que, em 15 de junho de 2007, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal, em audiência com o Ministro da Educação, rejeitaram a oferta da criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET) para a região de fronteira. Argumentaram de maneira incisiva sobre a necessidade de uma Universidade Federal e, ao final da audiência com o Ministro da Educação, ficou acordado a criação de um Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto da Universidade Federal, formada por representantes do Movimento Pró-Universidade Federal e representantes do Ministério da Educação. O Grupo de Trabalho foi formalizado em 22 de novembro de 2007, pela Portaria MEC nº. 948, contendo 22 membros (11 indicados pelo Movimento Pró-Universidade Federal e 11 do Ministério da Educação), sob coordenação dos professores Dalvan José Reinert (UFSC) e Marcos Laffin (UFSC).⁶

Após várias reuniões, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul definiu que a nova instituição teria estrutura *multicampi* e gestão descentralizada. Inicialmente, previa-se a instalação de 11 *campi*, mas no decorrer das reuniões, debates e embates, chegou-se à proposição de iniciar com 4 *campus*, com a seguinte

5 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008.

6 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008. p. 03.



distribuição: sede da reitoria e *campus* em Chapecó, Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul, no Paraná. A inclusão de um quinto *campus*, em Realeza, no Paraná, ocorreu mediante articulação e decisão política do Governo Federal após prorrogação dos trabalhos do GT.⁷ O currículo institucional, no entender do Grupo de Trabalho, não deveria ter formato tradicional e propunham olhar para as experiências da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Para a definição dos cursos de graduação, com previsão inicial de 14 cursos (podendo chegar a 30), recomendavam olhar para as demandas mais prementes de cada microrregião de instalação dos *campi*, com prioridades para os cursos de ciências agrônômicas e veterinária, humanas, médicas e da saúde, engenharia, computação e ciências socialmente aplicáveis.⁸

Em 23 de julho de 2008, o Projeto de Lei nº 3.774/2008 que discorria sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados Federais e, em 14 de julho de 2009, foi aprovado em todas as comissões e remetido ao Senado Federal por meio do Ofício nº 779/09/PS-GSE, sendo apreciado e aprovado em 14 de setembro de 2009 e promulgado pelo Presidente da República em 15 de setembro. Enquanto o Projeto de Lei tramitava na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o Ministério da Educação, em diálogo com o Movimento Pró-Universidade Federal constituiu a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, composta por: Prof. Dilvo Ilvo Ristoff (Presidente), Profa. Bernadete Limongi (Vice-Presidente), Clotilde Maria Ternes Ceccato (Secretária Executiva), Antônio Diomário de Queiroz, Antônio Inácio Andrioli, Conceição Paludo, Gelson Luiz de Albuquerque, João Carlos Teatini de Souza Clímaco, Marcos Aurélio Souza Brito, Paulo Alves Lima Filho, Ricardo Rossato e Solange Maria Alves.⁹

Nas primeiras reuniões da Comissão de Implantação a meta estava em definir quais cursos seriam ofertados em cada *campus*, levando-se em consideração o perfil populacional, educacional, industrial, a matriz produtiva rural e os índices de saúde pública e alimentação dos municípios sedes dos *campi* e seu entorno. A partir de junho de 2009, o objeto de atenção da Comissão de Implantação passou a ser o Projeto Pedagógico Institucional, contendo os princípios norteadores e o formato do currículo institucional composto por três eixos

7 NICTERWITZ, Fernanda. As fronteiras de uma Universidade: o município de Realeza/PR e a instalação do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2017. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.

8 Idem. Ibidem. p. 44-66.

9 BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 148, de 11 de fevereiro de 2008.



formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. A partir desta definição, mais de uma dezena de professores da UFSC foram convidados a produzir propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS, documento importante porque era este estudo e proposição que daria uma ideia aproximada do perfil dos professores e técnico-administrativos a serem concursados, bem como das estruturas de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, áreas experimentais e a composição da equipe de gestão da reitoria e dos *campi*. A decisão de aderir ao ENEM como forma de ingresso aos cursos de graduação da UFFS, a bonificação aos estudantes de escolas públicas, o início das aulas em 29 de março de 2010, a realização de concursos docentes e técnicos com apoio da UFSC também foram objetos de debate e deliberação pela Comissão de Implantação.¹⁰

O conjunto dos debates no interior do Movimento Pró-Universidade Federal e da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que não foram poucos e nem sempre amistosos, tiveram grande importância porque conceberam uma Universidade Federal para atender às demandas urbanas e rurais da região de fronteira. O perfil institucional foi maturado aos poucos e sinalizava (e ainda sinaliza) para os grandes dilemas do início do século XXI, exigindo forte compromisso com a formação de professores, profissionais e pesquisadores, atentos à sustentabilidade ambiental e ao princípio de solidariedade; a defesa dos preceitos democráticos, da autonomia universitária, da pluralidade de pensamento e da diversidade cultural com participação dos diferentes sujeitos sociais nos órgãos de representação colegiada e estudantis; a construção de dispositivos que combatam as desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; a valorização da agricultura familiar e no cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos como caminho para a superação da matriz produtiva existente; o pensar e fazer-se de uma Universidade Pública, de postura interdisciplinar e de caráter popular.¹¹

As reflexões de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro sobre a história, os debates e os embates das universidades públicas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1930, perpassando pelos tempos ditatoriais e várias reformas universitárias, contribuíram, direta e indiretamente, para embasar o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Não menos

10 LINHA do tempo com o histórico da UFFS de 2005 a 2010. Acervo arquivístico. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/linha-do-tempo-com-o-historico-da-uffs-de-2005-a-2010>. Acesso em: 14 ago. 2022.

11 PERFIL Institucional UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil. Acesso em: 15 ago. 2022.



importante foram as reflexões de Boaventura Sousa Santos sobre os cenários do ensino superior no continente europeu e latino-americano, evidenciando os caminhos e descaminhos das reformas universitárias nascidas naquele continente a partir do Tratado de Bolonha (1999) e os reflexos a curto, médio e longo prazo sobre o Ensino Superior Público, Comunitário e Privado na América Latina. Boaventura Sousa Santos alertava para o cenário neoliberal e o ataque incisivo ao Ensino Superior Público na tentativa de impor, via privatização, terceirização e cobrança de mensalidades, a lógica do ensino superior como mercadoria (iniciada, no caso brasileiro na década de 1960, ganhando fôlego a partir da década de 1990 com a criação de políticas públicas visando o financiamento estudantil, como o Fies).¹²

A materialização de um projeto de Universidade

Conceber a UFFS foi fruto de longos, e em alguns momentos, de tensos debates. Criou-se um projeto de Universidade sem igual, por atores diversos, voltada a atender as demandas da região da fronteira, no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na cultura. Era necessário, agora, tornar a Universidade palpável, viva e pulsante. A equipe de gestores *pro tempore*, na reitoria e nos *campi* da UFFS, foi definida a partir da sintonia dos professores, técnico-administrativos e membros da comunidade regional com o projeto de universidade. Muitos dos membros da comissão de implantação fizeram parte da equipe de gestores *pro tempore*, sob a batuta do professor Dilvo Ilvo Ristoff e, adiante, pelo professor Jaime Giolo. A Universidade Federal de Santa Catarina, como dito anteriormente, foi acolhida como tutora da UFFS nos primeiros anos, para dar suporte à tramitação de licitações, concursos e gestão de pessoas.

Várias foram as frentes de atuação, das quais destacamos as adequações nos prédios, escolas e pavilhões que abrigariam as primeiras turmas de alunos, docentes e técnico-administrativos; as obras de edificações dos prédios de salas de aula e laboratórios, bem como a acessibilidade aos *campi* definitivos; a aquisição de mobiliários, livros e material de laboratórios; a realização de novos concursos; a produção de um número significativo de regimentos e políticas institucionais para normatizar o funcionamento da UFFS em suas diferentes instâncias; a produção dos projetos pedagógicos dos 33 cursos (42 ofertas, pois alguns cursos replicavam-se em dois períodos – matutino e noturno) de graduação e posterior postagem no e-MEC. O desafio era imenso, pois o quadro de servidores era, inicialmente, de

12 SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 2008.



332 pessoas (154 docentes e 178 técnico-administrativos), distribuídos em 5 *campi* e reitoria. Em fins de 2011, o quantitativo de servidores havia sido ampliado para 504 pessoas (238 docentes e 266 técnico-administrativos).¹³

Em pouco mais de um ano de funcionamento, o Estatuto da UFFS tomou forma; o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho Estratégico Social (CES) foram constituídos e, junto com a elaboração de seu Regimento Interno, foi produzido e aprovado o Regimento Geral da UFFS. Ainda em 2010, o Regulamento da Graduação e outras políticas (de cotas/vagas, de permanência, de estágios, de mobilidade acadêmica e de monitorias) foram aprovadas. Também foram implantados os seguintes programas: Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nos *campi*, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação passaram a ser produzidos e, no decorrer dos anos de 2012 a 2014, foram apreciados e aprovados pelo Consuni, seguidos de postagem no e-MEC. Na medida em que os projetos pedagógicos eram postados, comissões de avaliadores do INEP/MEC eram compostas para visita *in-loco* com o intuito de avaliar os cursos de graduação. Notas de excelência (4 e 5) foram atribuídas à maioria dos cursos de graduação da UFFS, muitos deles, avaliados ainda nas estruturas prediais e laboratoriais provisórias existentes nos *campi*.¹⁴

Os primeiros prédios de salas de aulas e de laboratórios construídos nos *campi* definitivos foram finalizados e disponibilizados para uso entre fins de 2012 e fins de 2014. É importante destacar que cada *campus*, ainda que tenham recebido prédios com mesmo formato, possuem características geográficas, arruamentos e projetos paisagísticos diferentes, respeitando a flora regional e as demandas por áreas experimentais pelos cursos de graduação, este último, com ênfase na multidisciplinaridade. Neste ritmo, de obras e infraestruturas, em meados de 2012, um novo *campus* foi criado, o *Campus* Passo Fundo, para receber um novo curso de graduação: Medicina, via plano de expansão de vagas para cursos de Medicina do MEC. Poucos meses depois, nova autorização foi concedida à UFFS, para abertura de outro curso de Medicina, no *Campus* Chapecó. Até meados de 2019, haviam sido investidos R\$ 263.054.644,79 em obras nos *campi*.¹⁵ Tal rubrica poderia ter sido maior, porém a partir de 2015 se estendendo a 2022, o orçamento do MEC destinado às universidades foi

13 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Relatório de Gestão Pro Tempore: 2009-2015. Chapecó/SC: [s.n.], 2015. p. 52.

14 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Boletins informativos. Chapecó/SC: [s.n.], [entre 2015 e 2019], n. 01-250.

15 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Relatório de Gestão 2009-2019. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



contingenciado e reduzido ano após ano. As poucas obras realizadas nos últimos anos deve-se, sobretudo, ao remanejamento de valores de custeio não utilizados durante a pandemia, migrados para a rubrica de capital e destinado à conclusão de obras iniciadas e de pequenos prédios destinados a espaços de socialização, praças de alimentação, depósitos e almoxarifados.¹⁶

Em 2010, a UFFS iniciou com 33 cursos de graduação. Em 2015, eram 42 cursos de graduação. Em fins de 2022 contava com 55 cursos de graduação. Com a integralização e consolidação da maioria dos cursos de graduação da UFFS, novos desafios surgiram e têm exigido ações diversas. Dentre estes desafios estão os índices de evasão e a baixa procura nos processos seletivos em alguns cursos de graduação. As políticas de auxílios socioeconômicos (auxílio-alimentação, moradia, transporte, bolsa permanência, bolsas de iniciação acadêmica e auxílios provisórios) destinadas a estudantes de graduação não têm conseguido manter todos os que recebem auxílio estudando. Se anterior à pandemia de Covid-19 os índices se mostravam preocupantes, durante e pós-pandemia, os índices subiram ainda mais, motivados, sobretudo, pela precarização das condições de vida, renda e trabalho dos estudantes e seus familiares.¹⁷ É sabido que não se trata de um problema exclusivo da UFFS, mas de uma situação que se repete em todas as Universidades Públicas, Federais, Estaduais e Comunitárias. O debate acadêmico sinaliza sintomas diversos. Para além do aspecto econômico e social, há influência dos cursos ofertados na modalidade EaD, cujos custos totais para se obter a diplomação são significativamente menores do que em curso de graduação presencial, mesmo numa universidade pública e gratuita, além do tempo do processo formativo. Há, ainda, um crescente desinteresse pelas novas gerações de jovens em optar pelo ensino superior como caminho para o exercício de uma profissão e atuação na sociedade. Existem grupos de estudos nos *campi*, fomentado pela Pró-Reitoria de Graduação, estudando essas e outras questões, bem como eventos de socialização e debates.¹⁸

Para além da graduação, a UFFS, desde seus primeiros passos, também dedicou-se a pensar as ações de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. De início, era necessário

16 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

17 NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMIGO, Alicia Maria Catalano de; CARRASQUEIRA, Karina. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003107>. Acesso em: 22 out. 2022.

18 UFFS realiza evento para discutir evasão nos cursos de graduação: Evento on-line ocorre na quarta-feira (1º), das 13h30 às 17h. Universidade Federal da Fronteira Sul, 30 ago. 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/uffs-realiza-evento-para-discutir-evasao-nos-cursos-de-graduacao. Acesso em: 22 out. 2022.



produzir as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. Mas não existiam documentos orientadores. Para produzir um documento norteador, foi necessário organizar um conjunto de eventos nos *campi*, intitulado: “Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE): Construindo agendas e definindo rumos” estruturado em 12 eixos temáticos, no formato de mesas redondas com ampla participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade regional. Dos debates e encaminhamentos realizados nos *campi*, sistematizados por comissões relatoras, na plenária final ocorrida no início de setembro de 2010, foi aprovado o documento norteador das ações prioritárias de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e cultura a serem viabilizados e implementados nos próximos anos. Deste documento, foram escritas, debatidas e aprovadas as políticas de pesquisa, de pós-graduação, de extensão e de cultura. Também deu origem ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Uma segunda edição da COEPE, seguindo o modelo anterior, foi organizada em 2018, produzindo novo documento orientador e novo PDI.

Com o ingresso de novos docentes no decorrer dos primeiros anos, pôde-se avançar na integralização da grade curricular dos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, da submissão dos primeiros grupos de pesquisas da UFFS no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq e a formalização dos primeiros Grupos de Trabalho (GT) para produzir propostas de programas de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*. Em 2012 obteve-se a aprovação dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos e em Educação, ambos com sede no *Campus* Chapecó. Outros 6 programas de Mestrado foram aprovados junto aos Comitês de áreas da Capes até 2015. Com a integralização dos cursos de graduação e a finalização da primeira fase de obras prediais e de infraestrutura nos *campi*, somado à reformulação de alguns cursos de graduação e a oferta apenas no período noturno de outros cursos (motivados pela evasão em cursos de licenciaturas ofertados no período matutino) houve condições propícias para os docentes criarem GTs e submeterem novas propostas de programas de mestrado acadêmico e profissional. Em fins de 2022, havia 18 programas de mestrado e 3 programas de doutorado, dois deles, interinstitucionais. Alguns programas de mestrado obtiveram nota 4 da Capes na avaliação quadrienal (2017-2020) e submeteram propostas de doutorado em janeiro de 2023. Para além dos mestrados e doutorados, ofertam-se, ainda, programas de Residências Médicas, Residências Multiprofissionais e mais de uma dezena de cursos de especialização.

No que se refere à pesquisa e extensão, nos primeiros anos da UFFS foram constituídos o Comitê de Ética em Pesquisas com Humanos (CEP), o Comitê de Ética no uso



de Animais (CEUA) e a Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO), bem como os Comitês Assessores de Pesquisa e de Extensão e Cultura nos *campi*, para apreciar e emitir pareceres técnicos sobre as propostas. Em 2013, o Conselho Universitário, mediante a realização de audiências públicas nos *campi*, decidiu por não constituir uma fundação de apoio e gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão e, por conseguinte, autorizou a realização de acordos e convênios com fundações de outras universidades públicas situadas no sul do Brasil, para a gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão institucionalizados com recursos oriundos de fontes externas (emendas parlamentares, editais de fomento oriundo de empresas públicas, privadas e fundações estaduais – Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária).

Entre 2010 e 2022, UFFS, CNPq, Capes, Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária investiram, juntas, um valor superior a 15 milhões de reais em recursos financeiros para bolsas de pesquisas, extensão e cultura; para fomento de grupos de pesquisas; para custeio a projetos de pesquisa, extensão e cultura. Não menos importante foram os investimentos realizados pela UFFS em infraestrutura, mobiliários e equipamentos destinados aos 240 laboratórios didáticos e de pesquisas existentes e distribuídos nos *campi* da UFFS. Entre 2010 e 2022, foram investidos aproximadamente 10 milhões de reais para aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e contratação de serviços (coleta de resíduos e manutenção de equipamentos).¹⁹ Ao longo dos anos, professores e estudantes, de graduação e de pós-graduação, bolsistas ou voluntários, publicaram artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, ou no formato de livros e capítulos de livros, além de apresentações de trabalhos em eventos científicos em congressos, seminários e semanas acadêmicas. Essas publicações ajudaram a compor o conjunto de produções acadêmicas inseridas no Currículo *Lattes* dos docentes e discentes, contribuindo, por exemplo, na submissão e aprovação de programas de pós-graduação e, aos egressos dos cursos de graduação, a serem aprovados em concursos ou em processos seletivos em programas de pós-graduação, no Brasil ou no exterior.

A gestão *pro tempore* se encerrou em 2015 e, neste mesmo ano, houve a consulta pública para a escolha dos novos gestores da UFFS, na reitoria e nos *campi*. Na reitoria, o professor Jaime Giolo e o professor Antonio Inácio Andrioli foram reconduzidos ao posto de reitor e vice-reitor, agora eleitos. Nos *campi*, novos diretores. Todos almejavam dar continuidade ao projeto de universidade que, ao longo dos anos, tornava-se real, palpável e

19 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Relatório de Gestão 2009-2019. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



exigiam atuação firme destes gestores e de suas equipes para finalizar obras, propor novos cursos e produzir novos documentos orientadores para os próximos anos. No entanto, os anos que se seguiram, na economia e na política, obrigaram os gestores a atuarem com um volume cada vez menor de recursos orçamentários, algumas vezes, contingenciados, noutras vezes, suprimidos.²⁰ Neste novo cenário econômico e sob o sombrio cenário político que culminou na deposição de um governo em 2016 e o alvorecer de outro, em 2019, a UFFS, assim como as demais Universidades Federais, sobreviveram com poucos recursos financeiros, elegendo prioridades em seus custeios e raras aquisições, algumas delas, complementadas com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Em 2019, a consulta pública para escolha de novos gestores levou ao posto de reitor e vice-reitor, os professores Marcelo Recktenvald e Gismael Francisco Perin. Não foram os mais votados na consulta pública, mas mediante envio da lista tríplice ao MEC, foram escolhidos para os referidos cargos. Candidatos a diretores de *campus* mais votados foram conduzidos ao posto de diretor. As restrições orçamentárias tornaram-se mais agudas, bem como os enfrentamentos políticos com o novo governo, frente às tentativas de imposição de reforma universitária. Na UFFS, assim como houve simpatizantes às reformas e à nova gestão da UFFS, houve resistências por parte de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e comunidade regional, quer às propostas de reforma universitária, quer à gestão 2019-2023. Toda mudança de ritmo e de rumos produzem críticas, tensões e embates. Se por um lado provocam desgastes, por outro lado, suscitaram a defesa de princípios norteadores que sustentaram a concepção da UFFS quando de sua criação.

Com 13 anos de pleno funcionamento, a UFFS, está inserida na grande Mesorregião da Fronteira Sul em seis *campi*, com um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos que chegam a 1.500 pessoas e aproximadamente 10 mil estudantes de graduação e de pós-graduação. A visibilidade e a identidade institucional é conhecida e, aos poucos, explicita as diferentes funções da universidade na sociedade: formar pessoas e, com elas, transformar as distintas realidades regionais, urbanas e rurais, via produção científica e cultural.

Chapecó, maio de 2023.

(Texto homologado pela Decisão nº 5/2023 – CONSUNI/CGRAD)

20 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Relatório de Gestão 2009-2019. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

José Mario Leal Martins Costa

3.2 Equipe de elaboração:

Éverton de Moraes Kozenieski

João Paulo Peres Bezerra

José Mario Leal Martins Costa

Paula Vanessa de Faria Lindo

Juçara Spinelli

Reginaldo José de Souza

Márcio Freitas Eduardo

Cristiane Fungueto Fuzinato

Pedro Germano do Santos Murara

Roberto Carlos Ribeiro

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Fabiane de Andrade Leite (Diretora de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. Franz, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Pedro Adalberto Aguiar Castro (Diretor de Registro Acadêmico/DRA)

Maiquel Tesser (Administrador/DRA)

Ademir Luiz Bazzotti (Pedagogo), Marina Andrioli (Assistente em administração) (Divisão de Integração Pedagógica - PROEC)

Revisão das referências:

Daniele Rosa Monteiro (Bibliotecária-Documentalista) e

Thiago Menezes Cairo (Bibliotecário-Documentalista)

Apoio e acompanhamento pedagógico do Campus Erechim: Cristiana Giroto e Marcelo Ronsoni.

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante - NDE é constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas visando ao acompanhamento do processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (Resolução N° 54/CONSUNI CGAE/UFFS/2024), realizando estudos periódicos dos processos de avaliação de aprendizagem na formação do estudante, analisando as adequações do perfil do egresso à



realidade atual de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas do mundo do trabalho. Atualmente, o NDE do curso de Geografia - Bacharelado é composto pelos seguintes membros, conforme Portaria N° 94/CER/UFFS/2025.

Nome do(a) Professor(a)	Titulação principal	Domínio
Paula Vanessa de Faria Lindo	Doutorado	Específico
José Mario Leal Martins Costa	Doutorado	Específico
Juçara Spinelli	Doutorado	Específico
Everton de Moraes Kozenieski	Doutorado	Específico
João Paulo Peres Bezerra	Doutorado	Específico
Gustavo Giora	Doutorado	Comum
Cristiane Funghetto Fuzinatto	Doutorado	Conexo

Quadro 1: Composição (2025) do Núcleo Docente Estruturante do curso



4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

O Curso de Graduação Geografia - Bacharelado foi concebido com o desafio de formar e qualificar profissionais para atender a demanda de uma sociedade marcada por múltiplas transformações que exigem das diversas áreas de atuação, dentre as quais, os bacharéis em Geografia, uma compreensão maior em torno do planejamento e da gestão voltados às questões de ordens socioespaciais e ambientais que apresentam.

A criação do curso de graduação em Geografia - Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul relaciona-se fortemente com o perfil geral da Instituição, que compreende a educação do nível superior como um espaço de formação de indivíduos crítico-reflexivos, tendo como propósito superar a perspectiva de um ensino tecnicista e supostamente neutro do ponto de vista ideológico, voltado principalmente para a (re)produção de mão de obra especializada.

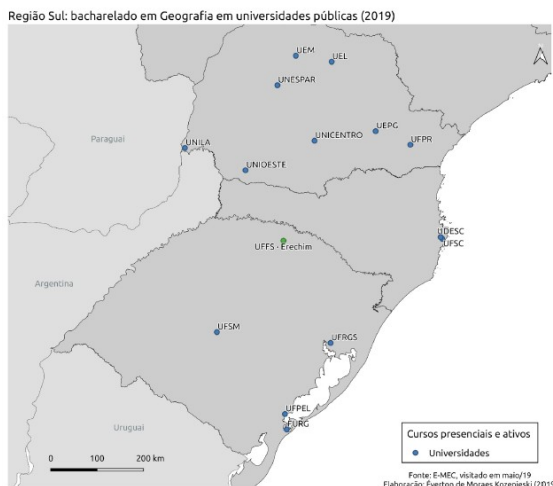
O curso de graduação em Geografia - Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim é, neste campo, o primeiro curso público federal em toda a região de abrangência da Universidade. A Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul é composta por 396 municípios e população de 3,9 milhões de habitantes (IBGE, 2014). Neste sentido, possibilitará a oportunidade de ingresso da população regional e de outras localidades, no ensino superior público.

A oferta do bacharelado em Geografia se justifica, primeiramente, pelas escassas possibilidades de realização desse curso no estado do Rio Grande do Sul, especialmente na mesorregião noroeste do Estado, onde não há ofertas, tanto em universidades públicas como privadas. Pesquisas realizadas na plataforma do E-mec, em 2019, demonstraram a presença de apenas 15 universidades públicas na Região Sul, distribuídas pelo estado do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que ofertam cursos de bacharelado em Geografia.

Em realidade, existem ofertas de cursos de bacharelado em Geografia somente nas universidades existentes na Região Metropolitana de Porto Alegre (UFRGS), na região central (UFSC) e no sul do Estado (UFPEL e FURG). No estado de Santa Catarina, há oferta de cursos de Geografia, na modalidade bacharelado, apenas em Florianópolis, nas instituições UDESC e UFSC. No estado do Paraná, embora haja nove Instituições de Ensino Superior públicas que ofertem o bacharelado em Geografia (UFPR, UNESPAR, UNILA, UEPG, UNICENTRO, UEL, UEM, UFPR, UNIOESTE), em toda mesorregião da “Fronteira Sul”,



somente no estado do Paraná, na UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão, há disponível o bacharelado em Geografia. Portanto, futuros discentes em um bacharelado, precisariam se deslocar aproximadamente 265 km até o município mais próximo de Erechim (ver mapa 1).



Complementarmente, dada à implantação, desde 2010, do Curso de Geografia-Licenciatura na UFFS, as infraestruturas, os materiais didáticos e bibliográficos, laboratórios e recursos utilizados no ensino, na pesquisa e na extensão terão uso conjunto com a licenciatura e, também, com outros cursos de bacharelado do campus, tais como a Engenharia Ambiental, a Agronomia e a Arquitetura e Urbanismo e outros que vierem a ser ofertados. O corpo docente e técnico administrativo e de laboratórios, já existente do Curso de Geografia-Licenciatura, será integrado ao novo curso. A criação do bacharelado em Geografia contribuirá para aumentar as atuais taxas de ocupação em componentes curriculares (CCRs) e a relação entre professor aluno nos cursos já existentes, além de configurar-se como o primeiro bacharelado noturno do Campus Erechim.

Dessa maneira, as matrizes curriculares estarão articuladas horizontal e verticalmente, porém, com diferenciações necessárias e previstas de acordo com as habilitações. Essa estrutura possibilitará que os acadêmicos cursem concomitantemente as disciplinas do Domínio Comum e vários componentes curriculares específicos que serão comuns aos dois cursos (Bacharelado e Licenciatura). Assim, no caso de desejarem ter a formação em ambas ênfases profissionais, poderão vir a obtê-la com pouco tempo complementar, mediante reingresso e aproveitamento dos CCR's já cursados, fato que é compreendido como um atrativo para o campus e, conseqüentemente, para a Universidade. Anualmente, haverá uma entrada com 25 vagas para o curso de Geografia – Bacharelado e 35 vagas para o curso de Geografia - Licenciatura.

O campo de atuação do Bacharel em Geografia encontra um mercado de trabalho



exigente e com demanda crescente, no sentido de buscar profissionais qualificados, críticos e com capacidade de interação com profissionais de outras áreas. Desta forma, destacamos as dimensões que se abrem a partir do próprio saber geográfico, notadamente no sentido do exercício da crítica, da convivência com as diversidades, da expressão livre e criativa, do trabalho coletivo e dialogado, do estímulo às descobertas e às reflexões como condições indispensáveis à formação desse profissional. Aspectos teórico-metodológicos e técnicos, próprios da Geografia, também se resignificam constantemente, transformando o tradicional caráter descritivo e empirista em uma atuação mais ampla, no campo das inter-relações entre a sociedade e a natureza. Assim, a formação do profissional de Geografia exige um aprofundamento da compreensão e definição de suas categorias e conceitos, como o espaço geográfico, o ambiente, o território, a paisagem, a região, as redes, o lugar e a escala, para um entendimento das relações entre a sociedade, o espaço e a natureza, ensejando a atuação em situações relevantes, tais como mapeamentos, levantamentos de dados de campo, planejamento (territorial, ambiental, urbano, rural e regional), estudos de impacto ambiental, gerenciamento de diferentes ecossistemas, entre outras atribuições legais e profissionais.

4.2 Demanda e oferta:

No que tange a oferta, destaca-se o restrito oferecimento de curso de bacharelado em Geografia à sociedade, como mencionado anteriormente. Do ponto de vista da demanda, destaca-se, inicialmente, a reduzida presença de profissionais com atribuições e competências do Geógrafo na região de influência da UFFS, em decorrência da reduzida oferta desse curso no estado. Cabe ressaltar que, pelas atuais legislações, há uma recomendação de que as prefeituras municipais tenham Bacharéis em Geografia atuando em secretarias, principalmente no planejamento urbano, secretarias de meio ambiente, secretarias de habitação, entre outras. Acredita-se que essa normativa não é cumprida dada a carência de profissionais disponíveis. Tais profissionais poderiam contribuir, de forma imediata, suprimindo demandas reprimidas para o atendimento de exigências do planejamento (formulação de planos diretores), ambientais (elaboração de licenciamento e monitoramento ambiental) e para implementação de políticas públicas territoriais (como por exemplo, PNAPO, PNAS, PAA, PNAE), tanto nas esferas de governo como também na sociedade civil organizada (movimentos sociais, associações, cooperativas, ONG's, empresas de consultoria etc.). Por fim, destaca-se que a efetivação de um mercado de trabalho para os futuros bacharéis se dará a partir do estágio supervisionado, onde haverá possibilidade dos futuros profissionais demonstrarem à comunidade suas atribuições e competências profissionais, abrindo, assim,



novos nichos de mercado.

4.3 Importância do curso para o adensamento de área de conhecimento já existente no campus

Destacamos a pertinência do Curso de Bacharelado em Geografia, por vir a fortalecer o curso já existente (Geografia - Licenciatura), uma vez que possibilitará uma formação complementar, em outra habilitação profissional, em concomitância parcial com a licenciatura. Este duplo movimento, de coexistência, ao ser ofertado paralelamente à licenciatura, ao possibilitar uma segunda formação profissional aos egressos, tende a qualificar e solidificar a área da Ciência Geográfica na UFFS – Campus Erechim.

A efetivação do Bacharelado em Geografia, nesse sentido, constitui-se como uma forma de adensamento, tanto na dimensão do ensino, como da pesquisa e da extensão, além de subsidiar e fomentar a pós-graduação em Geografia (Lato e Stricto Sensu).

Ao mesmo tempo, juntamente aos Cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental e Agronomia, poderão ser estreitadas as interfaces no campo disciplinar (CCRs comuns) e formativo (na pesquisa, na extensão e nas relações com a comunidade regional). O Curso de Geografia – Bacharelado, poderá ter uma forte ênfase em componentes curriculares específicas, a exemplo da área das Geociências (Geologia, Geomorfologia, Hidrografia); das aplicadas (planejamento territorial, urbano, rural, regional); das tecnológicas (cartografias, sensoriamento remoto, SIGs e geoprocessamento) que poderiam consubstanciar um campo conjunto de atuação nos cursos em que são oferecidos esses CCRs.

A Geografia, por seu caráter plural e essencialmente interdisciplinar, dialoga com o conhecimento das grandes áreas das Ciências Exatas e da Terra (Área de Geociências, subáreas de Geografia Física, Geodésia e Meteorologia), Ciências Sociais Aplicadas (Áreas de Planejamento Urbano e Regional e de Demografia) e Ciências Humanas (Área de Geografia, subáreas de Geografia Humana e Geografia Regional), e isto faz com que possa contribuir para o adensamento destas diversas áreas, também presentes em outros cursos de graduação e pós-graduação do Campus Erechim.

4.4 Justificativa da reformulação do curso

Assim, a reformulação deste documento se justifica, exclusivamente pela necessidade de inserção da extensão no currículo universitário, em atendimento à resolução CNE/CES nº 7/2018 que estabelece as diretrizes da inserção da Extensão na educação superior brasileira e às normas institucionais.



A presente reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Geografia – Bacharelado do Campus Erechim da UFFS decorre de um processo institucional de atualização e aprimoramento curricular, considerando as diretrizes legais vigentes, os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o compromisso com uma formação geográfica crítica, ética e comprometida com a realidade regional e nacional.

O curso teve início em 2021 com a aprovação de seu PPC original, cuja implementação ao longo dos primeiros anos revelou importantes elementos de consolidação, como a obtenção de nota máxima no processo de reconhecimento conduzido pelo INEP/MEC em 2023. O resultado desse processo (conceito faixa 5,0 e conceito contínuo 4,94) evidenciou a qualidade do corpo docente, das estruturas institucionais de apoio ao curso e da concepção formativa do projeto.

Entretanto, a reformulação ora apresentada se impõe pela necessidade de adequação à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior, determinando que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação seja destinada a atividades de extensão. Esta reformulação também responde às normativas e orientações internas da UFFS quanto à curricularização da extensão, em especial à Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, e à integração dos processos formativos com a comunidade externa, em sintonia com as finalidades públicas da universidade.

Tais mudanças foram operacionalizadas por meio da reformulação de 19 Componentes Curriculares Mistos, distribuídos ao longo dos seis níveis do curso, que passaram a destinar 15 horas de suas cargas horárias a atividades de extensão e cultura, totalizando 285 horas devidamente integradas ao currículo. A saber:

- **1º nível:** História do Pensamento Geográfico, Geografia do Brasil, Introdução à Astronomia — total de 45 horas;
- **2º nível:** Geografia Econômica — 15 horas;
- **3º nível:** Geografia Regional, Geografia Política, Climatologia — total de 45 horas;
- **4º nível:** Geografia Agrária, Cartografia Temática, Geologia, Educação Ambiental — total de 60 horas;



- **5º nível:** Geografia Urbana, Epistemologia da Geografia, Geomorfologia, Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens — total de 60 horas;
- **6º nível:** Organização do Espaço Mundial, Geografia Cultural, Hidrogeografia, Biogeografia — total de 60 horas.

Além de atender a tais exigências normativas, esta reformulação representa uma oportunidade estratégica de fortalecimento do curso, pois os ajustes foram, pontuais, em componentes curriculares, mas o modo como serão desenvolvidas possibilitará ampliar as possibilidades de articulação entre teoria e prática, fomentar o diálogo interdisciplinar e aperfeiçoar as condições para a integralização curricular pelos estudantes, em consonância com os princípios orientadores do PDI e do PPI da UFFS.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais)

5.1 Referenciais ético-políticos

Respaldado e consonante com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Curso de graduação em Geografia–Bacharelado da UFFS, campus Erechim, desenvolve suas atividades com o objetivo de consolidar o ensino superior na área de abrangência da UFFS. Para isso, valoriza o diálogo formativo com a comunidade regional e suas demandas especialmente no que tange aos processos geográficos, promovendo a articulação entre os diferentes domínios formativos componentes da matriz curricular, ~~bem como a~~ e incentivando a interação com ~~entes externos ao curso, a exemplo de~~ outras instituições de ensino e/ou pesquisa, e entidades representantes da sociedade civil organizada. Essa articulação visa à construção de redes colaborativas para produção e difusão do conhecimento geográfico como campo de pesquisa, de extensão, de atividades culturais.

O curso concebe suas atividades como práticas deliberadas, fundamentadas em princípios epistemológicos, didáticos e pedagógicos, que favorecem a interação dialógica entre docentes e discentes, bem como com os objetos de conhecimento. Essa concepção orienta a formação do bacharel em Geografia, articulando conhecimentos, habilidades e reflexões essenciais à sua prática profissional.

Neste contexto, entende-se a formação do bacharel em Geografia como prática histórico-social, espacial e temporalmente situada e que, portanto, encontra na ideia de práxis geográfica a síntese do seu processo formativo. Resultante deste processo formativo espera-se um bacharel em Geografia detentor de capacidades de leitura geográfica do mundo que atue no sentido de compreender e elaborar ações de transformações de situações-problema de cunho territorial e ambiental , bem como em outras funções que os seus conhecimentos possibilitem, de forma a garantir a democratização da sociedade e do conhecimento, pautados em princípios éticos e políticos convergentes aos direitos humanos e com os marcos legais que regulamentam a sua profissão.

Para a efetivação desses referenciais, o curso fundamenta-se nos seguintes princípios:

- Engajamento com a democratização do acesso e da permanência estudantil respaldados na democratização da construção e acesso ao conhecimento;
- Empenho na construção do conhecimento geográfico, com a multiculturalidade brasileira e com a democracia cidadã, tomando o conhecimento a partir de suas dimensões históricas, ético-políticas e sociais com vistas à formação integral dos sujeitos;



- Compromisso com a integralidade da formação humana, a partir de uma perspectiva ética com a vida, respeitando a alteridade, a pluralidade de ambientes formativos e de interação profissional;
- Empenho com a iniciação nos processos investigativos e/ou na iniciação científica de todos os estudantes;
- Responsabilidade com a qualificação e atuação propositiva na busca de soluções relativas às questões geográficas em diferentes contextos sociais e ambientais;
- Envolvimento permanente com os fundamentos teóricos e metodológicos da Ciência Geográfica;

A partir desses princípios, o curso busca formar sujeitos cientificamente embasados, socialmente comprometidos e profissionalmente capazes de operar a partir das bases científicas e ético-políticas nos diferentes tempos e espaços nos quais os seus conhecimentos profissionais sejam requeridos.

5.2 Referenciais Epistemológicos

A Geografia é uma ciência que transita nas conexões entre os eventos naturais e os eventos sociais (SANTOS, 1996). Isto significa que este campo do conhecimento é caracterizado por amplas possibilidades analíticas para o entendimento das dinâmicas da natureza e suas relações com as sociedades no decorrer do tempo e em diversas escalas espaciais de fenômenos locais, regionais e globais.

Em função da complexidade dos fatos abordados pela Geografia, compreende-se que definir-lhe um objeto de estudo não é uma tarefa simples. Desde a sua sistematização acadêmica, no século XIX, muitas concepções foram apresentadas (MORAES, 2007) para conferir-lhe o estatuto de ciência, por meio da definição de um objeto próprio. Desse modo, se referenciou a Geografia como o estudo da superfície terrestre, da paisagem, da singularidade dos lugares, da diferenciação de áreas e, mais recentemente, como entendimento da produção do espaço.

Na atual Alemanha e na França, a Geografia Tradicional tomou corpo durante todo o século XIX, enquanto os conflitos franco-prussianos, por território e recursos, davam a tônica de um tipo de conhecimento cuja eficiência era demarcada por usos estratégicos a fim de expandir fronteiras e garantir a permanência de domínios unificados. Desta forma, a Geografia estabeleceu suas bases científicas no contexto de forças produtivas em que os temas centrais do domínio e organização do espaço, apropriação do território, variação das



características regionais, uso dos recursos naturais e nacionalismos constituíram-na como campo de pesquisa.

O legado desse período é a dimensão metodológica pautada na observação e descrição das conexões e causalidades da natureza e das atividades humanas em diversos segmentos da superfície terrestre. De cunho naturalista, a obra de Alexander von Humboldt é referência base para o que seria, durante o século XIX e reminiscências no século XX, consolidado como uma postura metodológica do geógrafo pesquisador das dinâmicas da natureza: o entendimento destas entre o substrato geológico/geomorfológico com as interações climáticas, fitofisionômicas, fitossociológicas, faunísticas e as relações dos fenômenos naturais, e suas extensões escalares, com fatores de interferência como a continentalidade, a maritimidade, altitude e latitude.

Quanto às atividades humanas, o estudo das particularidades dos lugares, orientado pela perspectiva antropocêntrica, ofereceu as bases para uma geografia comparada que, junto com a perspectiva naturalista, mais tarde serviria de apoio aos estudos regionais. Expressões de referenciais em Geografia Humana como Carl Ritter, contemporâneo de Humboldt, e La Blache, que foi o propulsor da Escola Francesa de geografia na segunda metade do século XIX, ambos com formações também na história, ofereceram princípios para a pesquisa das dinâmicas populacionais e das características econômicas, políticas e culturais das sociedades.

A Geografia ganhou robustez científica em um contexto no qual era preciso conhecer, catalogar e explorar as matérias-primas tornadas recursos à produção econômica. Nesse sentido, as grandes caravanas que saíam em busca dos “novos mundos”, desde o continente europeu para as Américas, África, Ásia e Oceania, tinham grande apoio dos governos e empresas. Assim, o trabalho de campo se tornou um procedimento metodológico dos mais importantes para esta ciência, tendo sua relevância arrefecida apenas durante o período marcado pelo início do movimento neopositivista e de produção geográfica pautada na modelização matemática informacional.

Com o fim da Segunda Guerra e a reconstrução dos países diretamente afetados pelos conflitos, a tônica dos governos nacionais esteve no planejamento para reordenar as dinâmicas econômicas e normalizar a vida social. Os Estados Unidos emergiram como nova potência política em amplo sentido: bélica, devido ao poderio armamentístico econômica, em função do financiamento da reconstrução dos países europeus afetados pela guerra; cultural, em função do modo de vida americano aclamado como exemplo de sucesso pessoal e empresarial em um “país de oportunidades”.



O planejamento se tornou algo de primeira importância para alcançar o desenvolvimento e a Geografia tornou-se uma ciência pautada em modelos, em parâmetros de compreensão da realidade e na ação objetiva que os resultados de suas pesquisas poderiam orientar entre os órgãos planejadores na gestão pública. Se antes, a Geografia serviu para “fazer a Guerra” (LACOSTE, 2008 [1979]), enquanto conhecimento profundo dos territórios estratégicos e suas potencialidades, nesse momento ela passou a fazer o reordenamento do que foi danificado. Como o movimento das mudanças científicas acompanha o movimento das forças produtivas, essa investida no planejamento territorial se tornou uma prática comum, inclusive na geografia brasileira.

O paradigma sistêmico foi basilar para a elaboração dos modelos explicativos. Em um primeiro momento, a influência da visão ecológica, sob o prisma da leitura ecossistêmica, serviu como referencial dos estudos ambientais com os modelos da estrutura e funcionamento da natureza biótica e abiótica do planeta. Nesse ramo, a Geoecologia de Carl Troll, os estudos geossistêmicos de Victor Sotchava e Georges Bertrand conformariam bases teórico-metodológicas para estudos naturalistas e dos impactos da antropização nos meios naturais.

Em contrapartida, após a década de 1960, o materialismo histórico-dialético foi incorporado à perspectiva da geografia humana e o entendimento da sociedade passou a se pautar no radicalismo crítico das relações sociais que geravam o desemprego, a exploração de trabalhadores, o analfabetismo, a fome, enfim, a miséria humana. Esse pode ser considerado um momento de revisão da própria epistemologia geográfica, que revelava a necessidade de engajamento de pesquisadores, professores e estudantes com o intuito de mostrar que Hiroshima e Nagasaki não representaram o fim da guerra, ao contrário, o início de novos conflitos – inclusive, a começar dentro das próprias nações cujo planejamento estatal não era capaz de amortecer os conflitos motivados por desigualdades econômicas ou não continha a crescente onda de impactos ambientais relacionados à expansão industrial e à urbanização.

Nesse mesmo movimento de virada epistemológica, a fenomenologia influenciou trabalhos no âmbito da geografia humana, abrindo um horizonte de pesquisa para questões culturais e perspectivas interpretativas que não estavam mais necessariamente preocupadas em estabelecer leis gerais de explicação do mundo, mas sim, com as diferentes formas em que o mundo era interpretado pelas pessoas. De certa maneira, esta corrente, que ficou conhecida como geografia humanística, contribuiu e continua contribuindo para a compreensão de que o mundo fervilha de complexidades relacionadas aos modos de existir no espaço geográfico: a contemporaneidade é o cenário dos conflitos de base identitária/cultural, de geografias



múltiplas, que são construídas no cotidiano de pessoas que procuram superar as imposições dos preconceitos de gênero, étnicos e religiosos.

Em síntese, parte-se do fato de que o conhecimento geográfico possibilita compreender as dinâmicas entre natureza e sociedade e o modo como estas dinâmicas se especializam. A Geografia é uma ciência de interface, cujas preocupações de pesquisa sempre giraram em torno das transformações da natureza pela sociedade e das transformações da própria sociedade, de acordo com sistemas políticos, econômicos e culturais que evoluem ao longo da história. Esta ciência tem como principal característica oferecer o conhecimento do mundo em que vivemos e reconhecer as diferentes interpretações desse mundo a partir de diversificados modos de existir no espaço geográfico.

O Bacharelado em Geografia tem seu referencial metodológico apoiado na aglutinação das variadas perspectivas de entendimento da realidade, que foram construídas desde a sistematização da Geografia Moderna. O papel dos geógrafos é múltiplo desde as origens desta disciplina. Na atualidade, retoma-se a sua importância enquanto profissional capaz de compreender os fenômenos de modo integrador e, assim, atuar em diferentes setores da sociedade.

O entendimento das relações campo-cidade, das dinâmicas rurais e urbanas, dos fluxos econômicos, da organização espacial das atividades produtivas e da moradia, por exemplo, demanda compreender os variados papéis das cidades e espaços rurais em redes de comunicação e trocas comerciais em escalas locais, regionais e globais cuja visão de conjunto é profundamente desenvolvida por profissionais geógrafos. A ação de planejar o funcionamento e a eficiência da cidade, da indústria e da produção agrícola, no sentido de garantir a qualidade de vida das pessoas, a economia de recursos, a inclusão social e a sustentabilidade será mais bem qualificada com processos de gestão que estejam efetivamente atentos à globalidade das relações que determinam a consolidação dos lugares, territórios e regiões em sentido político, econômico, cultural e ambiental.

À dimensão naturalista da formação do bacharel se associa a ampla gama de leituras dos fenômenos geocológicos na interação entre terra, água, atmosfera e biosfera. O aprofundamento nos estudos de geologia/geomorfologia, hidrogeografia, climatologia e biogeografia são extremamente pertinentes ao entendimento da transformação das fontes naturais em recursos econômicos e os seus desdobramentos nas próprias dinâmicas sociais. Não há como prospectar bons cenários de usos dos recursos sem considerar as temporalidades da natureza em contraposição às temporalidades das técnicas da produção, distribuição e



consumo de mercadorias. Ademais, é preciso considerar que o advento técnico da produção industrial cria novas situações de riscos (BECK, 1998; VEYRET, 2007), tanto no que diz respeito ao impacto da poluição e degradação dos recursos quanto no que diz respeito à integridade da saúde física e psicológica dos seres humanos.

Hoje em dia, as frentes de atuação do Bacharel em Geografia são objetivas: planejamento territorial, planejamento ambiental, secretarias municipais (turismo, saúde, educação), estudos e relatórios de impactos ambientais, gestão de unidades de conservação, gestão de recursos hídricos, educação ambiental, políticas públicas de combate às desigualdades socioeconômicas. Seja nas instituições públicas ou na iniciativa privada, as competências do geógrafo permitem abarcar inúmeras atividades que potencializem o desenvolvimento territorial com enfoque nas pessoas e no bom uso dos recursos naturais. O conjunto de todas as bases epistemológicas próprias da ciência geográfica permite construir o campo de atuação do bacharel direcionado para tal horizonte de possibilidades profissionais.

5.3 Referenciais Metodológicos

Entende-se a Geografia como uma ciência que descreve, explica, demonstra criticamente as interações entre sociedade e dinâmicas naturais, as próprias relações sociais e como se materializam no espaço geográfico, além de propor soluções aos conflitos que emergem dessas relações. Ao encontro dessa perspectiva, nas últimas décadas, a Geografia vem experimentando avanços significativos na incorporação de novas tecnologias no âmbito do geoprocessamento e sensoriamento remoto, na ampliação de seu campo teórico e metodológico e nas pesquisas aplicadas.

Esses avanços requerem transformações na formação do geógrafo e na sua atuação como agente de intervenção nas dinâmicas socioespaciais pelas vias científicas, ético-políticas e culturais. Pressupõe que, além do conteúdo teórico em si, fundamental para a reflexão constante sobre os rumos da ciência, o curso de bacharelado deve primar também pelo conhecimento aplicado. Os componentes curriculares serão oferecidos de modo a considerar situações de aprendizagens nas quais os discentes se envolvam diretamente com setores da sociedade que os desafiem criativamente para solução de problemas que afetam o cotidiano da cidade e do campo em múltiplas escalas.

A poluição do ar, das águas e das terras por rejeitos químicos, o crescimento desordenado das cidades, os impactos das atividades extrativistas, os gargalos dos sistemas de transportes, desmatamento, mudanças climáticas e a existência de bolsões de pobreza e fome no mundo subdesenvolvido, com suas áreas de moradias precárias e situações violentas, todas essas



manifestações da sociedade - que se constituem por meio de estratégias de crescimento econômico desigualmente distribuído entre os países e as regiões - são vistas como alvos para atuação prática do geógrafo, que não apenas demonstrará suas razões de existência, mas, principalmente, agirá no sentido de dissolvê-las.

As complexas interações dos fenômenos, entre diferentes escalas de abordagem, exigem que a Geografia e seus profissionais procurem caminhos metodológicos que lhes possibilitem acurácia na interpretação de informações geoespaciais, tanto pela dimensão do mapeamento enquanto espacialização dos processos estudados, como pela produção de bancos de dados que demonstrem as dinâmicas populacionais e suas especificidades econômicas nos mais variados territórios.

A estrutura curricular do curso privilegia uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão (enquanto prática profissional), primando pela formação do bacharel com perfil de pesquisador aplicado a partir do diálogo interdisciplinar, presente nos distintos componentes curriculares, fases do curso e estratégias didático-pedagógicas, numa atividade docente cientificamente embasada, tecnicamente competente e comprometida com a educação e a ciência.

Nesse sentido, as estratégias de aprendizado devem priorizar a construção de uma ambiência de conhecimentos teóricos diretamente relacionados com as possibilidades de aplicação prática por parte do futuro geógrafo bacharel. As componentes curriculares voltadas ao mapeamento, planejamento, empreendedorismo e estágio supervisionado permitirão ligar as teorias em sala de aula às práticas sociais com a finalidade de se compreender e vivenciar um rol de experiências em diversas dimensões do urbano e do rural, como práticas de planejamento territorial, espacialização de informações geográficas e elaboração/interpretação de produtos cartográficos que auxiliem na identificação de problemas e potencialidades dos lugares e territórios, em Erechim, no estado do Rio Grande do Sul, em escala nacional ou até mesmo internacional - a depender das possíveis parcerias a serem construídas pelo curso.

Além dessas dimensões teórico-práticas, compreende-se que a formação do geógrafo bacharel deve incorporar metodologias que considerem a diversidade de sujeitos que habitam e produzem os territórios, incluindo os marcadores sociais de diferença, como gênero, raça, classe, sexualidade e geração. A leitura crítica do espaço geográfico exige atenção às desigualdades estruturais que afetam a vida das populações negras, indígenas, periféricas e LGBTQIA+, cujas territorialidades são historicamente invisibilizadas pelos modelos tradicionais de produção do conhecimento.

Assim, as atividades de ensino, pesquisa e extensão também se voltam ao compromisso com uma educação antirracista, interseccional e decolonial, que permita aos



estudantes identificar e enfrentar desigualdades socioespaciais, valorizando os saberes plurais e as resistências populares. Esta perspectiva metodológica amplia as possibilidades de atuação do geógrafo, favorecendo a proposição de soluções territorializadas e socialmente justas, baseadas em princípios éticos, críticos e transformadores.

Por meio das orientações dos docentes, tanto em sala de aula quanto por meio das atividades de pesquisa e extensão, o enfoque será direcionado aos discentes para que eles possam trilhar percursos formativos com a maior autonomia possível em consonância com a proposta teórico-prática do curso, na plena integração entre os domínios específico, comum e conexo. O Bacharelado em Geografia tem a potencialidade de oferecer o entendimento crítico das relações sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas que determinam as atuais redes urbanas, as cadeias produtivas, os circuitos econômicos, as ramificações e potenciais da telecomunicação, o setor de transporte e os fluxos de pessoas, mercadorias e informações. O olhar crítico do geógrafo bacharel, associado com suas capacidades de elaborar o planejamento do território de maneira atenta às várias processualidades urbano-rurais, sociais-naturais, econômico-ecológicas, políticas, culturais e tecnológicas, que definem a essência do espaço geográfico, pode colaborar para práticas inovadoras na relação entre as cidades, as áreas rurais, seus moradores, seus modos de vida e as práticas sustentáveis.

5.4 Referenciais Legais e Institucionais

O presente curso visa preparar os futuros profissionais para situações de adaptação e atualização frente a novos desafios e conjunturas, decorrentes da dinâmica de uma sociedade em transformação - dita “sociedade do conhecimento” - onde as novas tecnologias têm um papel de destaque.

Nos últimos anos, profundas mudanças nas concepções do ensino ocorreram no País. Como peça fundamental destas mudanças, está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – que estabeleceu em seu artigo 43 a finalidade do ensino superior:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;



III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, deste modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que ele vive.

IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer uma relação de reciprocidade;

VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Essa nova concepção de ensino, expressa na LDB, resultou na elaboração do Plano Nacional de Educação - Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e conseqüentemente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino. Desta forma, o Curso de Bacharelado em Geografia da UFFS, orienta-se pela LDB, pelo PNE e pelas DCNs para a Geografia, apresentada a seguir:

Ancorado no regramento prescrito pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Geografia, (RESOLUÇÃO CNE/CES N° 14 de março de 2002) este projeto pedagógico assume a perspectiva de formar sujeitos críticos capazes de compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia. Dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico (Parecer CNE/CES n° 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001).

A Resolução N° 14 de 13 de março de 2002, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES), em ajuste ao Parecer n. 1.363, de 12 de dezembro de 2001 e o Parecer n. 492, 03 de abril de 2001, que trata de aspectos necessários acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Geografia, no que compete o perfil do formando, competências e habilidades, a estrutura do curso, conteúdos curriculares



(básicos, complementares e respectivos núcleos), estágios, atividades complementares e as formas de avaliação.

Resolução N° 2, de 18 de junho de 2007, com fulcro no Parecer CNE/CES n° 8/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Além das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Curso de Bacharel em Geografia cumpre os requisitos necessários para o exercício da profissão, estabelecidos pelos conselhos federais e regionais, sendo expressos nas seguintes leis:

Lei Federal 6.664 de 26 de junho 1979 e pelo Decreto 85.138 de 15 de setembro de 1980, e fica assim vinculada, registrada e fiscalizada pelo Sistema CONFEA/CREA's que estão expressas na Resolução 1.010/2005 Anexo I e II (inseridos posteriormente), que regula o exercício da profissão Geógrafo, e dá outras providências;

Resolução CONFEA n° 1.010, de 22 de agosto de 2005, dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

O Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS está disposto na Resolução RESOLUÇÃO N° 39/CONSUNI CGAE/UFFS/2022. Tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos docentes da UFFS e de articulação para a formação docente. Foi criado para: 1) constituir um espaço de apoio pedagógico, 2) oferecer formação continuada aos docentes, 3) construir diagnósticos acerca do perfil do ensino da UFFS, 4) promover o conhecimento da natureza e da especificidade da UFFS, 5) possibilitar os docentes se apropriarem dos projetos dos cursos e de planejamento das atividades de ensino buscando conferir sentido acadêmico e social ao processo de ensino e aprendizagem.

Quanto a Resolução N° 3, de 2 de julho de 2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula é mencionado no Art. 1° que a hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior. Entendendo-se por hora-aula a unidade de tempo de 50 minutos dedicada ao exercício efetivo de aulas teóricas, práticas, de laboratório e de campo, conforme disposto na Portaria MEC n° 475/1987, Art. 1°, inciso III, “d”;

5.4.1 Âmbito nacional:



Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

Lei nº 11.465, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos



Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante. Vale dizer que há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 - dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

5.4.2 Âmbito institucional:



PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, por meio da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 11/2012 – CONSUNI - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 33/2013/CONSUNI – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 6/2015/CGRAD – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7 – CONSUNI/CGRAD/2015 – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 2 – CONSUNI/PPGEC/2016 – Aprova a Política de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 4/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2017 - Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 04 – CONSUNI/CGAE/2018 - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 16 - CONSUNI/UFFS/2019 - Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 23/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2019 - Aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul.



Resolução nº 93 – CONSUNI/UFFS/2021 - Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 39 - CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022 – Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Resolução nº 40 - CONSUNI CGAE/UFFS/2022 – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

Resolução nº 106 - CONSUNI/UFFS/2022 - Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 42 - CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS.

Resolução nº 43- CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - Regulamenta os procedimentos para a aproveitamento de componente curricular (CCR) nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

Resolução nº 53 - - CONSUNI - CGAE/2024 - Regulamenta a elaboração/reformulação, os fluxos e os prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e dá outras providências.

Resolução nº 54 – CONSUNI /CGAE/2024 – Núcleo docente estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 58 – CONSUNI/CPPGEC/UFFS/2023 – Aprova Regulamento da Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul.

5.4.3 Específicas do curso

Decreto 85.138 de 15 de setembro de 1980 - Regulamenta a Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo, e dá outras providências.

Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, **Arquivologia e Museologia**

Parecer CNE/CES nº 1363, de 12 de dezembro de 2001 - Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de



Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.

Resolução CONFEA Nº 1.073 DE 19/04/2016 - Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissional aos profissionais registrados no Sistema CONFEA/CREA para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia.



6 OBJETIVOS DO CURSO

Em consonância com o PPI da Universidade Federal da Fronteira Sul, o curso de Geografia - Bacharelado busca uma aprendizagem que garanta os princípios da articulação da práxis, entre ensino, pesquisa e extensão.

Desse modo, o curso de bacharelado habilitará profissionais capazes de entender e compreender a atual dinâmica das transformações no mundo e suas influências no cenário nacional, regional e local. A análise dos impactos do avanço científico-tecnológico origina complexas interações entre o local e o global, afetando profundamente o cotidiano das pessoas. A partir dos princípios, métodos e técnicas geográficas, os profissionais poderão atuar na elaboração de diagnósticos e prognósticos relacionados ao planejamento territorial e ambiental, bem como na elaboração de propostas para minimizar os desequilíbrios socioeconômicos, com base na utilização de múltiplas linguagens, tecnologias e metodologias.

Dentro desta perspectiva apontamos o objetivo geral e os objetivos específicos do curso:

6.1 Objetivo Geral:

Promover a formação de profissionais capacitados para atuarem como bacharéis geógrafos com perfil investigativo e sensíveis às questões da sociedade atual, contribuindo criticamente para a análise da dinâmica territorial e ambiental, abarcando tanto os aspectos físicos como sociais.

6.2 Objetivos específicos:

- a) Estimular o desenvolvimento do pensar crítico e de atitudes proativas;
- b) Formar profissionais para atuar em estudos socioeconômicos e ambientais voltados para gestão, planejamento, desenvolvimento e aproveitamento de recursos naturais;
- c) Preparar o futuro profissional para analisar as múltiplas dimensões da relação sociedade e natureza na organização e produção do espaço, nas distintas escalas geográficas;
- d) Promover a formação sociocultural e política dos acadêmicos, fomentando sua postura ético-profissional e responsabilidade social;



- e) Fomentar o debate sobre o contexto contemporâneo tendo como horizonte a construção de um sujeito criativo, propositivo, solidário e sensível às causas sociais identificadas com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
- f) Propiciar aos acadêmicos, oportunidades de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão na busca de sua qualificação individual e profissional;
- g) Disponibilizar aos graduandos um referencial teórico-metodológico e instrumental que lhes garantam condições de obter uma base sólida no campo da Geografia e aplicá-la no âmbito da pesquisa e extensão;
- h) Oportunizar reflexões teórico-práticas acerca da inserção do conhecimento geográfico e aspectos de inovação.
- i) Incentivar a adoção de práticas inovadoras no ensino, na pesquisa e na extensão em Geografia, integrando tecnologias digitais, metodologias ativas e abordagens interdisciplinares que ampliem as possibilidades de análise e intervenção sobre a realidade socioespacial.
- j) Oferecer técnicas de representação e interpretação geográficas da realidade;
- k) Apresentar e discutir as distintas categorias analíticas da ciência, como o espaço geográfico, o ambiente, o território, a paisagem, a região, as redes, o lugar e a escala;
- l) Proporcionar aprendizagens para elaboração de relatórios técnicos e de pesquisa para o pleno exercício profissional;
- m) Garantir a formação de profissionais capazes de atuar, de forma qualificada, como agentes proativos em instituições públicas, em empresas privadas e organizações sociais, nas áreas de planejamento, na gestão e ordenamento territorial, ambiental, urbano, agrário e regional e ainda nas áreas de cartografia, sensoriamento remoto e geoprocessamento, além da educação ambiental.



7 PERFIL DO EGRESSO

O geógrafo possui um conjunto significativo de atribuições profissionais que ganham força e inserção em meio à contemporaneidade. As atribuições profissionais do Bacharel em Geografia são regulamentadas pela Lei Federal 6.664 de 26 de junho de 1979 e pelo Decreto 85.138 de 15 de setembro de 1980, e fica assim vinculada, registrada e fiscalizada pelo Sistema CONFEA/CREA. Cabe destaque para Resolução 1.073, de 19 de abril de 2016, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação aos profissionais registrados no Sistema CONFEA/CREA para efeito de fiscalização do exercício profissional. O egresso do curso de Geografia - Bacharelado estará habilitado a cumprir atividades técnico-científicas de pesquisa, consultorias e atuação em instituições. Constitui-se em um profissional com capacidade crítica, criativa, com formação flexível para atender demandas da sociedade e capaz de conduzir e/ou articular trabalhos em equipes multidisciplinares. O profissional deverá compreender os elementos e processos relativos à produção e uso do espaço geográfico, elaborar e desenvolver as abordagens pertinentes ao processo de investigação e sistematização do conhecimento.

O egresso terá competência para:

- a) Compreender os elementos e processos concernentes às categorias e aos conceitos da Geografia;
- b) Analisar e identificar as dinâmicas do ordenamento espacial e planejamento territorial;
- c) Desenvolver e implementar estudos diagnósticos e prognósticos que examinem e orientem a ocupação/uso do espaço;
- d) Manejar as tecnologias digitais e sistemas de representações cartográficas com vistas ao reconhecimento das dinâmicas espaciais;
- e) Reconhecer, por meio da pesquisa científica realizada em níveis *lato e stricto sensu*, a importância da formação continuada e da educação;

Desta forma, o egresso será capaz de suprir demandas provenientes de órgãos e instituições (como IBGE, Secretarias Municipais e Estaduais de Planejamento, comitês de gestão e outros), empresas privadas e organizações sociais. Atuando, nas áreas de planejamento, gestão e ordenamento territorial, ambiental, urbano, agrário e regional. Destaca-se ainda sua atuação nas áreas de cartografia, sensoriamento remoto e geoprocessamento (como, por exemplo, mapeamento estratégico de problemáticas relacionadas à cidade, aos espaços rurais e proposição de soluções que contemplem as necessidades institucionais a que venha se vincular), como também a educação ambiental.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso de Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, é resultado de um conjunto de proposições desenvolvidas em âmbito do curso em diálogo com as normativas institucionais da UFFS e das legislações nacionais. Portanto, os componentes curriculares aqui apresentados, assim como um conjunto de outros desdobramentos dessa proposta curricular (concepção de currículo, relação com a educação básica, articulação entre pesquisa e extensão, flexibilização curricular, etc), foram estabelecidos considerando os princípios gerais da organização curricular da Universidade e em observância aos objetivos e ao perfil do egresso definidos neste documento.

A proposta formativa do curso de Geografia – Bacharelado organiza-se pedagogicamente e, por conseguinte com reverberações nas metodologias e estratégias de ensino, de modo a possibilitar a ampliação de olhares, percepções e compreensões dos seus estudantes acerca do espaço geográfico, seus processos e dinâmicas. Esta opção busca a constituição analítica de outras geografias possíveis que considerem os diferentes modos de ser, estar, perceber e compreender o mundo, permeados por instrumentais teóricos, conceituais, técnicos e tecnológicos atinentes à Geografia e às ciências que lhe são subsidiárias.

Deste modo, esta perspectiva compreende o acolhimento da diversidade e da diferença em suas múltiplas nuances e as reverberações espaciais dos diferentes modos de ser, estar, perceber, compreender e compartilhar o mundo. Portanto, a dialogicidade dos processos formativos é assumida como uma constante no fazer teórico-prático do curso, o que requer um processo formativo ético, humanista e crítico.

Esta perspectiva, ao considerar diferenças e diversidades, de sujeitos, modos de vida, territórios e territorialidades, notabiliza as pluriethnicidades e multiculturalidades o que coloca em evidência o trabalho transversal e interdisciplinar acerca das histórias, geografias e culturas afro-brasileiras e indígenas, conforme preconizado, respectivamente, pelas leis 10639/2003 e 11645/2008.

Neste ínterim, os processos de ensinar e aprender no âmbito do curso serão fundamentados pelo desenvolvimento de habilidades e competências que auxiliem na materialização da concepção supra-definida, contribuindo na preparação dos estudantes para o pleno exercício da cidadania através de metodologias ativas que operem na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e entre teoria e prática.



Considerando a íntima relação existente entre os encaminhamentos metodológicos do curso e a consecução dos objetivos a que se propõe para o alcance do perfil de egresso desejado, o curso de Geografia – Bacharelado desenvolverá suas estratégias de ensino fundamentadas:

- Na interação ativa entre teoria e prática;
- Na flexibilização curricular;
- No incentivo ao incremento formativo para além das atividades letivas;
- No movimento dialógico entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Na produção e utilização de novas técnicas e tecnologias digitais e analógicas;
- No diálogo com os diferentes segmentos sociais.

De modo geral, o Curso de Geografia – Bacharelado toma forma por meio dos seus Componentes Curriculares (CCRs) obrigatórios, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Atividades Autônomas (AA), Componentes Curriculares (CCRs) optativos e pelas aulas de caráter teórico e prático. Estas, desenvolvidas em estratégias de ensino-aprendizagem que contemplam, entre outras modalidades, aulas expositivas, estudos dirigidos, estudo de textos, ensino com pesquisa, preparação de materiais e mapas. Os encontros tomam forma por meio das estruturas físicas disponibilizadas pela UFFS, das plataformas virtuais institucionais, como o SIGAA que possibilita fóruns de discussões, chats, bem como, a distribuição de materiais pedagógicos e atividades que sejam desenvolvidas nos componentes curriculares (SIGAA, etc.). E ainda, um conjunto de atividades práticas para além das dependências da Universidade (trabalhos de campo).

A organização curricular proposta neste Projeto Pedagógico de Curso valoriza um conjunto de articulação que, para além de um desencadeamento de componentes curriculares, refletem concepções, intenções e estratégias na formação dos futuros geógrafos bacharéis. Desse modo, a fim de detalhar as concepções e as articulações que se pretendem nessa proposta de PPC, torna-se fundamental caracterizar os elementos basilares da organização curricular.

8.1 Articulação entre os domínios curriculares

Os cursos de graduação da UFFS possuem como diretriz da organização curricular a constituição de três grupos de conhecimentos, agrupados em diferentes componentes curriculares: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico.

Segundo o Artigo 22 da Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022 (Regulamento de Graduação da UFFS):



o currículo do curso de graduação é constituído de um corpo de conhecimentos organizados em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento.

§1º Entende-se por Domínio Comum o conjunto de componentes curriculares, dos quais todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar o mínimo 420 horas e o máximo 660 horas, com o objetivo de promover: a) a contextualização acadêmica: desenvolver habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional; b) a formação crítico social: desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolítico, econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.

§2º Entende-se por Domínio Conexo o conjunto de componentes curriculares situados na interface entre áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada Campus.

§3º Entende-se por Domínio Específico o conjunto de componentes curriculares identificados como próprios de um determinado curso, objetivando prioritariamente a formação profissional. §4º Os respectivos domínios são princípios articuladores entre ensino, pesquisa e extensão. (p. 10)

Portanto, os componentes curriculares do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado foram estabelecidos considerando os princípios gerais da organização curricular da Universidade e de acordo com os objetivos do perfil do egresso definido neste documento.

Os saberes, temas e conteúdos do Domínio Conexo e Comum articulam-se com a formação de bacharéis em Geografia. O Domínio Comum contribui com a formação cidadã, marca dos egressos da UFFS, propiciando o desenvolvimento de profissionais comprometidos com uma postura científica e social de pensar. O Domínio Conexo contribui com a dimensão formativa para inclusão e diversidade, gestão de projetos, atuação no planejamento territorial, planejamento ambiental, análises de problemáticas em espaços urbanos e rurais.

A materialização dos três domínios no curso são descritos a seguir.

8.1.1 Componentes Curriculares do Domínio Comum

De acordo com o Art. 22 da Resolução nº 40/CONSUNI/CGAE/UFFS/2022 o Domínio Comum é um processo de formação voltado para a inserção acadêmica dos discentes no contexto da universidade e da produção do conhecimento. A criação deste Domínio surge a partir do debate acerca da necessidade de equilibrar os conhecimentos dos discentes ingressantes no ensino superior, os quais provêm de uma Educação Básica com problemas/deficiências estruturais. Além disso, a função estratégica do Domínio Comum é um compromisso social implicado nesta organização curricular, o que demonstra uma posição político-institucional preocupada com a formação cidadã crítica, o que conseqüentemente ou concomitantemente gera um melhor desempenho acadêmico.



O Domínio Comum desenvolve: I) habilidades/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens e II) uma compreensão crítico-social do mundo contemporâneo.

Os componentes curriculares do Domínio Comum estão divididos em dois eixos: 1) Contextualização Acadêmica e 2) Formação Crítico-Social. Abrangem conteúdos gerais que visam oferecer aos discentes um conjunto de disciplinas, cujo objetivo é desenvolver habilidades e competências instrumentais consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissional e despertar nos discentes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões.

Neste sentido, a UFFS organizou um conjunto de componentes curriculares como: 1) Produção Textual Acadêmica; ou 1.1) Leitura e Produção Textual I; e 1.2) Leitura e Produção Textual II; 2) Iniciação à Prática Científica; 3) Estatística Básica; 4) Matemática A; 5) Matemática B; 6) Matemática C; 7) Introdução ao Pensamento Social; 8) História da Fronteira Sul; 9) Introdução à Filosofia; 10) Direito e Cidadania; 11) Meio Ambiente, Economia e Sociedade. Segundo o art. 12 do Regulamento de Graduação (Resolução nº 4/2014 – CONSUNI/Câmara de Graduação), todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar o mínimo de 420 horas deste Domínio. Abaixo os componentes curriculares que compõem o Domínio Comum e que são obrigatórios para todos os estudantes do curso:

DOMÍNIO COMUM	
COMPONENTE CURRICULAR	Horas
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA	
Estatística básica	60
Iniciação à prática científica	60
Produção textual acadêmica	60
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL	
Direitos e cidadania	60
História da Fronteira Sul	60
Introdução à filosofia	60
Introdução ao pensamento social	60
Total	420

Quadro 2: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do curso de Geografia-Bacharelado.



8.1.2 Componentes Curriculares do Domínio Conexo

O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada campus. Foi concebido como um conjunto de Componentes Curriculares organizados didaticamente com base na interdisciplinaridade. Trata-se do conjunto de componentes curriculares que se situam no espaço de interface dos cursos de formação.

Para além dos CCRs que atualmente compõem o Domínio Conexo do campus Erechim, identifica-se os componentes curriculares de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento que, como CCRs obrigatórios na matriz curricular do curso de Geografia – Bacharelado, podem ser compreendidos como mais uma possibilidade de inter-relação com os demais bacharelados do campus. No campus Erechim, o curso de Geografia – Bacharelado se relaciona com os outros cursos nas seguintes interfaces:

- Agronomia: desenvolvimento rural, agroecologia, agrimensura e geotecnologias;
- Arquitetura e Urbanismo: geotecnologias, planejamento regional, territorial e a questão urbana e paisagística;
- Engenharia Ambiental e Sanitária: questão ambiental, evolução geossistêmica e geoprocessamento.

Abaixo, os componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo e que são obrigatórios para todos os discentes do curso:

DOMÍNIO CONEXO	
COMPONENTE CURRICULAR	Horas
Empreendedorismo	45
Licenciamento ambiental	45
Subtotal	90

Quadro 3: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo do Curso de Geografia bacharelado.

8.1.3 Domínio Específico

Os componentes curriculares do Domínio Específico do curso atendem a definição dos conhecimentos específicos estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução 02/2015 do CNE) e articula-se com o perfil de formação do egresso.

O Domínio Específico do Curso de Geografia – Bacharelado é composto por 2.085 horas distribuídas em quatro eixos formativos: 1) Geografia Humana (555h); 2) Geografia Física (585h); 3) Cartografia e Geotecnologias (240h); 4) Fundamentos da Geografia e Regionais (585h). No total de horas do Domínio Específico estão contabilizadas as CCRs optativas (120h)



atendendo, o mínimo de 5% destinado aos componentes optativos, conforme regramento institucional.

Cabe ressaltar que a estrutura curricular do curso prevê 120 horas em componentes curriculares optativos. Os CCRs optativos são aqueles oferecidos pelo curso, para que os discentes tenham autonomia em decidir parte do seu percurso formativo. Essa flexibilização curricular, por meio da escolha de CCRs optativos, atende ao disposto no Parecer 492/CNE/2001. Os discentes terão que realizar, no mínimo, 120 horas em CCR optativos, conforme livre escolha, ou seja, o discente cursará um número mínimo de horas, independentemente da quantidade de CCRs e créditos designados a estes. Os CCRs optativos do curso possuem 30h, 45h ou 60h. Lembrando que os Tópicos Especiais poderão ser validados como CCRs optativos. Em caso dos Tópicos Especiais cursados serem de carga horária abaixo de 60 horas, os discentes poderão solicitar a soma dos créditos para efeito de validação das optativas.

8.2 Oferta de componentes curriculares na modalidade Educação a Distância - EAD

Considerando a Resolução nº 42/CONSUNI/CGAE/UFFS/2023, especialmente no que se refere à modalidade de Educação a Distância (EaD) e a instrução normativa nº 12/PROGRAD/UFFS/2025, o Curso de Geografia-Bacharelado adotou o limite de 9,59% da carga horária total do curso, correspondente a 260 horas, a serem realizadas na modalidade EaD em Componentes Curriculares do domínio específico. Essas 260 horas estão distribuídas em 27 Componentes Curriculares Regulares (CCRs), conforme segue:

- 1º Nível: História do Pensamento Geográfico; Geografia do Brasil; Introdução à Astronomia.
- 2º Nível: Geografia Econômica; Introdução à Cartografia e Geotecnologias; Geografia Física.
- 3º Nível: Geografia Regional; Geografia Política; Climatologia.
- 4º Nível: Geografia Agrária; Cartografia Temática; Geologia; Educação Ambiental; Optativo I.
- 5º Nível: Geografia Urbana; Epistemologia da Geografia; Geomorfologia; Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens; Optativo II.
- 6º Nível: Organização do Espaço Mundial; Geografia Cultural; Hidrogeografia; Biogeografia; Geoprocessamento.



- 7º Nível: Planejamento Territorial; Pesquisa em Geografia; Planejamento Ambiental.

A definição dos componentes a serem ofertados parcialmente na modalidade EaD considera as características metodológicas e os objetivos de aprendizagem de cada CCR, observando o limite máximo regulamentado pela UFFS.

A Educação a Distância (EaD) compreende atividades didáticas, componentes curriculares ou módulos formativos desenvolvidos com o apoio de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), permitindo que docentes e estudantes realizem processos de ensino-aprendizagem em tempos e espaços distintos.

Tipos de atividades EaD sinalizadas:

- Estudos orientados mediados por tecnologia (Leituras de textos, capítulos de livros, artigos científicos ou documentos técnicos, seguidos de sínteses, resumos ou resenhas).
- Resolução de exercícios e roteiros de estudo (Atividades individuais ou em grupo, com questões dissertativas, mapas, gráficos ou estudos de caso).
- Atividades práticas mediados por tecnologia (Análise de dados espaciais, mapas, imagens de satélite; Uso de *softwares* de geoprocessamento ou cartografia digital; Interpretação de imagens e mapas digitais; Criação de mapas conceituais ou mapas mentais).
- Produção de relatórios ou projetos (Relatórios de pesquisa bibliográfica; Projetos de intervenção; Planejamento de estudos de caso ou de campo).
- Participação em fóruns ou discussões virtuais (Debates mediados em fóruns do SIGAA ou Moodle; Construção colaborativa de conteúdos ou problematizações).
- *Webquests* ou atividades investigativas orientadas (Atividades que envolvem busca, análise e interpretação de informações em diferentes fontes digitais).
- Análise crítica de conteúdos digitais (Avaliação crítica de vídeos, *podcasts*, documentos técnicos ou científicos).
- Estudos dirigidos articulados a avaliações (Entrega de atividades vinculadas diretamente a instrumentos de avaliação, conforme definido no Plano de Curso).

Importante destacar três elementos:

- a) Não é permitido usar aulas síncronas, encontros virtuais ao vivo ou práticas, não registradas formalmente no Plano de Curso.
- b) O registro de carga horária EaD depende da entrega da atividade no AVEA.
- c) O Plano de Curso deve indicar claramente o tipo de atividade, a metodologia e a carga horária atribuída.



No Curso de Geografia, as atividades na modalidade EaD têm como objetivo ampliar o acesso ao conhecimento, flexibilizar os processos formativos e possibilitar o uso de metodologias inovadoras que integrem teoria e prática. As TICs, nesse contexto, não apenas viabilizem o ensino remoto, mas qualificam o aprendizado ao oferecer ferramentas para análise territorial, construção de mapas colaborativos, uso de imagens de satélite, sistemas de informações geográficas (SIG) e acesso a bases de dados georreferenciadas.

Entende-se por TICs o conjunto de tecnologias e serviços como: plataformas virtuais, *softwares* especializados, repositórios digitais e ferramentas de comunicação, que apoiam o processamento, armazenamento, análise e compartilhamento de informações.

No ensino de Geografia, o uso estratégico das TICs contribui para:

- A ampliação das fontes de pesquisa e análise crítica de informações territoriais e socioambientais;
- O desenvolvimento de práticas colaborativas, por meio de fóruns, atividades em grupo e projetos interdisciplinares;
- A experimentação de metodologias ativas, como estudos de caso, resolução de problemas e uso de mapas interativos;
- A aproximação com práticas profissionais contemporâneas, preparando o estudante para atuar em diferentes contextos acadêmicos, escolares e sociais.

Ao integrar EaD e TICs, busca-se promover um aprendizado dinâmico, significativo e em sintonia com as demandas do ensino de Geografia na contemporaneidade, respeitando as normativas institucionais e as diretrizes curriculares do curso.

A distribuição da carga EaD integra parcialmente os componentes curriculares do domínio específico, conforme quadro 4, abaixo:

Nível	Componente Curricular	Carga horária total	Carga EaD
1	História do Pensamento Geográfico	60	10
1	Geografia do Brasil	60	10
1	Introdução à Astronomia	60	10
2	Geografia Econômica	75	10
2	Introdução à Cartografia e Geotecnologias	45	5
2	Geografia Física	45	5
3	Geografia Regional	60	10
3	Geografia Política	60	10
3	Climatologia	60	10
4	Geografia Agrária	75	10
4	Cartografia Temática	75	10



4	Geologia	75	10
4	Educação Ambiental	60	10
4	Optativo I	60	10
5	Geografia Urbana	75	10
5	Epistemologia da Geografia	75	10
5	Geomorfologia	75	10
5	Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens	60	10
5	Optativo II	60	10
6	Organização do Espaço Mundial	75	10
6	Geografia Cultural	75	10
6	Hidrogeografia	75	10
6	Biogeografia	75	10
6	Geoprocessamento	60	10
7	Planejamento Territorial	60	10
7	Pesquisa em Geografia	60	10
7	Planejamento Ambiental	60	10
Total			260

Quadro 4: Componentes curriculares com EaD

8.2.1 Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem

Para a realização das atividades de Educação a Distância (EaD) e de apoio ao ensino presencial, o Curso de Geografia utiliza dois principais ambientes virtuais de ensino e aprendizagem: o Moodle e o SIGAA. Ambos são plataformas institucionais adotadas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), fundamentais para a organização pedagógica e a interação acadêmica.

O Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*) é um ambiente virtual de aprendizagem de código aberto, amplamente utilizado no ensino superior. Permite a construção e a mediação de cursos, bem como a realização de atividades formativas a distância ou em apoio ao ensino presencial. No Curso de Geografia, o Moodle é utilizado para disponibilização de conteúdos didáticos, organização de fóruns, realização de atividades interativas, envio e devolutiva de tarefas, além de favorecer o acompanhamento das atividades acadêmicas. Destaca-se pela flexibilidade e diversidade de recursos didáticos.

O SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) é o sistema acadêmico oficial da UFFS, utilizado para a gestão das atividades acadêmicas e administrativas. Além de processos como matrícula, registro de notas, controle de frequência e emissão de históricos, o SIGAA oferece espaço para publicação de materiais didáticos, comunicação formal com estudantes e acompanhamento das atividades curriculares. No Curso de Geografia, o SIGAA é utilizado como ambiente complementar para disponibilização de



conteúdos, orientações, avaliações e registros acadêmicos

Conforme a Resolução nº 42/CONSUNI/CGAE/UFFS/2023, a oferta de atividades EaD deve seguir o planejamento pedagógico do curso, com previsão em seu Projeto Pedagógico, definição clara das metodologias e acompanhamento docente permanente. As atividades realizadas nesses ambientes integram a carga horária das disciplinas, sendo de participação obrigatória pelos estudantes.

O uso adequado e regular dos ambientes *Moodle* e *SIGAA* constitui parte do processo formativo do estudante, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia acadêmica, da responsabilidade e das práticas profissionais em contextos mediados por tecnologias digitais.

8.2.2 Sistema de avaliação da aprendizagem a ser utilizado em atividades à distância

Os ambientes virtuais de ensino e aprendizagem adotados pelo Curso de Geografia, *Moodle* e *SIGAA*, oferecem uma diversidade de ferramentas que possibilitam o acompanhamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem e a avaliação das atividades realizadas em formato a distância.

As estratégias de avaliação nas atividades EaD devem estar alinhadas aos objetivos de aprendizagem de cada componente curricular, contemplando tanto aspectos conceituais quanto procedimentais e atitudinais e deverá ser registrada no Plano de Atividade quando for prevista. Para isso, podem ser utilizados diferentes recursos, tais como:

- Questionários e testes *online*, compostos por questões de múltipla escolha, verdadeiro ou falso, respostas curtas ou questões dissertativas;
- Fóruns de discussão, que permitem avaliar a participação, a capacidade argumentativa e a construção coletiva do conhecimento;
- Tarefas *online*, utilizadas para o envio de produções acadêmicas como textos, projetos, relatórios, mapas e análises de dados geográficos;
- Atividades interativas e colaborativas, como estudos de caso, *webquests*, exercícios práticos ou mapas interativos elaborados em grupo;
- *Feedback* formativo, realizado de forma contínua, com comentários críticos e orientações pedagógicas visando ao aprimoramento das produções acadêmicas.

O acompanhamento docente e a devolutiva sobre o desempenho acadêmico devem ser realizados de forma sistemática, assegurando a orientação pedagógica contínua e respeitando



as diretrizes institucionais. O uso do *Moodle* e do SIGAA como ambientes formais de avaliação garante o registro, a transparência e a documentação adequada das atividades avaliativas realizadas a distância.

O processo avaliativo em atividades a distância deve observar os princípios da ética, da honestidade intelectual e da responsabilidade acadêmica. É dever dos estudantes realizar as atividades de forma autônoma e íntegra, respeitando as normas institucionais e evitando práticas como plágio, cópias indevidas ou o uso inadequado de ferramentas digitais. Aos docentes cabe assegurar a clareza dos critérios de avaliação, a transparência no processo de correção e a oferta de *feedbacks* formativos, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico pautado no respeito mútuo, na confiança e no compromisso com a formação crítica e responsável.

8.3 Atendimento às legislações específicas

O curso de Geografia – Bacharelado atende às legislações que incluem a Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação em Direitos Humanos. Compreende-se que o rol de disciplinas que contemplam essas dimensões do processo formativo perpassa por toda grade curricular do curso.

A Geografia é uma ciência humana da natureza e uma pedagogia das relações das diferentes sociedades com seus lugares, territórios e paisagens. Assim, o estudante deste curso transita por conteúdos e metodologias que reconhecidamente abordam as dinâmicas da natureza em sua complexidade, as relações entre sociedade e meio ambiente e as relações sociais em si.

O bacharel em Geografia terá uma base formativa atenta à diversidade sociocultural e ao exercício da plena cidadania, com o reconhecimento da relevância de iniciativas que reduzam impactos e degradação ambiental, solucionem o problema das desigualdades sociais e preconceitos de toda espécie e, assim, garantam a construção de sociedades amplamente orientadas por princípios éticos.

A seguir, apontamos como esses referenciais legais serão contemplados pelo curso:

1- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades



de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

O curso de Geografia, ao longo dos ementários e conteúdos de alguns componentes curriculares de modo direto ou indireto, desenvolve as temáticas referentes a essa legislação. Os CCRs obrigatórios são: Introdução à astronomia, Geografia do Brasil, Geografia física, Climatologia, Geologia, Geomorfologia, Hidrogeografia, Biogeografia, Licenciamento Ambiental, Planejamento Ambiental e Educação Ambiental. Os CCRs optativos são: Geografia e Questão Ambiental e Avaliação de Impactos Ambientais.

2- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

O curso de Geografia, ao longo dos ementários e conteúdos de alguns componentes curriculares de modo direto ou indireto, desenvolve as temáticas referentes a essa legislação. Os CCRs são: Geografia do Brasil, Geografia Cultural, História da Fronteira Sul. O CCR optativo é: Geografia da População.

3- Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

O curso de Geografia-Bacharelado, ao longo dos ementários e conteúdos de alguns componentes curriculares de modo direto ou indireto, desenvolve as temáticas referentes a essa legislação. Os CCRs obrigatórios são: Geografia Política e Direitos e Cidadania.

Destacamos que o objetivo principal do atendimento a estas legislações específicas é primar pelos aspectos formativos e garantir a inclusão das temáticas referidas nos instrumentos jurídicos, na educação superior, como parte de uma política de ação afirmativa, conduzida por uma postura crítica em relação à memória histórica e comprometida com a luta pela erradicação do racismo, pela inclusão social e por uma formação voltada ao reconhecimento da relação sociedade natureza e educação ambiental.



Diante desse objetivo, para além do atendimento ao aparato legal que embasa a elaboração e execução dos PPCs dos Cursos de Graduação, a UFFS - Campus Erechim propõe assumir uma parcela dessa frente formativa, por meio de ciclos de debates, aulas públicas, exibição de filmes e documentários e palestras que serão orientadas e programadas anualmente pela Coordenação Acadêmica/Assessoria Acadêmica, em conjunto com as coordenações de Curso de Graduação e Pós-Graduação, Coordenações Adjuntas de Extensão e de Cultura, NEABI – Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas, Comissão de Acompanhamento do PIN, Comissão de Acompanhamento do PROIMIGRANTE, Núcleo de Apoio Pedagógico, Centro de Referência em Direitos Humanos. A programação anual das atividades será organizada pelo Fórum de Coordenadores, que coletivamente definirá as temáticas a serem abordadas, bem como o formato da(s) atividade(s), executores e recursos.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Educação Ambiental 60 horas /obrigatório	Epistemologia ambiental. História da Educação Ambiental. Interfaces sociedade-natureza. . Categorias e conceitos geográficos na Educação Ambiental. Educação Ambiental e Cidadania. Conservação e preservação ambiental. Sustentabilidade: potencialidades e limites. Leitura, análise, interpretação e produção de mapas temáticos. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo.	CAPRA, Fritjof; STONE, Michel K; BARLOW, Zenobia. Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006. MENDONÇA, Francisco. Geografia e meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2008.
Geografia e Questão Ambiental 60 horas / optativo	A história da ideia de natureza no Ocidente. Limites ecológicos do sistema mundo moderno. Mitos ou equívocos da questão ambiental na contemporaneidade. Conceitos geográficos como chaves de interpretação ambiental. As teorias do desenvolvimento sustentável, do ecossocialismo, da ecologia política e da ecologia social. Educação	ALIER, Joan M. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. PASSOS, Messias Modesto (Org.). Maringá: Massoni, 2009. LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. São Paulo: RCB, 2004. PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Os



Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
	ambiental. Legislação, planejamento e gestão ambiental. Geografia e questão ambiental no campo e na cidade. Leitura e interpretação de mapas temáticos.	(des)caminhos do meio ambiente. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011. SANTOS, Rosely Ferreira. Planejamento Ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
Gestão Integrada de Resíduos Sólidos 60 horas /optativo	A questão ambiental urbana. Legislação federal e estadual aplicada. Classificação e tipologia de resíduos sólidos. Redução, descarte seletivo, acondicionamento, triagem e processamento, disposição final de resíduos, gravimetria de resíduos, reaproveitamento energético. Limpeza Pública Urbana: varrição e limpeza de bueiros, poda e capina de espaços públicos, taxas e cobranças. Cooperativismo e movimentos sociais organizados. Educação Ambiental para resíduos sólidos. Trabalho de Campo.	BARROS. R. M. Tratado sobre resíduos sólidos: gestão, uso e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Interciência; Minas Gerais: Acta, 2012. BARTHOLOMEU, Daniela Bacchi; CAIXETA FILHO, José Vicente (Organizador). Logística ambiental de resíduos sólidos. São Paulo, SP: Atlas, 2011. JARDIM, Arnaldo; YOSHIDA, Consuelo; MACHADO FILHO, José Valverde; PHILIPPI JR., Arlindo (Coordenador). Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. Barueri, SP: Manole, 2012. JACOBI, Pedro Roberto,. Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social. São Paulo, SP: Annablume, 2006. LEFF, E. A Complexidade Ambiental. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003. MONTEIRO, Teófilo Carlos do Nascimento (Coord.). Gestão integrada de resíduos sólidos municipais e impacto ambiental: coordenado por Teófilo Carlos do Nascimento Monteiro. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2001.
Planejamento Ambiental 60 horas obrigatório	Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Análise Ambiental como instrumento para a sustentabilidade; objetos da análise: meio físico, biótico, antrópico. Categorias fundamentais da Análise Ambiental. Planejamento ambiental: regulação, controle e fiscalização. Gestão, manejo e conservação dos recursos ambientais	GUERRA, Antonio Jose Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. A Questão Ambiental: Diferentes abordagens. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

Quadro 4: Tópicos que atendem o Decreto nº 4.281/2002.



Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
História da Fronteira Sul 60 horas / obrigatório	Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.	BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v. CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004.
Geografia Cultural 75 horas / obrigatório	A produção de identidades e processos de subjetivação. Debates contemporâneos sobre Geografia, cultura e diversidade. Estudos das Relações Étnico-Raciais e das populações tradicionais. O lugar do espaço como produto e produtor das representações do mundo.	BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas simbólicas . 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). Geografia Cultural: uma antologia (1) . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). Geografia Cultural: uma antologia (2) . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. HARVEY, David. Condição pós-moderna . 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. SOJA, Edward W. Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica . Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Quadro 5: Tópicos que atendem a Resolução nº 1/2004.

Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Direitos e Cidadania 60 horas / obrigatório	Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.	BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do



Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
		Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
Introdução ao Pensamento Social 60 horas / obrigatório	Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.	GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.
Geografia Política 60 horas / obrigatório	Geopolítica e Geografia Política. Estado, Nação, território, poder e poder político. Limites e fronteiras. Implicações geográficas da ação política de atores estatais e não-estatais. Estado e políticas públicas no Brasil. Geopolítica do sistema internacional contemporâneo. Poder, representação política, cotidiano e cidadania no Brasil.	CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica . São Paulo: Edusp, 2008. GOMES, Paulo C. da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro; EGLER, Tamara Tânia Cohen; SÁNCHEZ, Fernanda. (Org.). Política governamental e ação social no espaço . Rio de Janeiro: Letra Capital/Anpur, 2012. RIBEIRO, Maria T. Franco; MILANI, Carlos R. Sanches (Org.). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea . Salvador: EDUFBA, 2009.

Quadro 5: Tópicos que atendem a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.

8.4 Estrutura Curricular

A estrutura curricular ser visualizada abaixo.



Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim					Atividades						Total de Horas	Expressão de Pré- requisitos
					Aulas presenciais			Aula na Mo- dalidade EaD	Estágio	TCC		
					Teórica	Prática	Extensio- nista	Teórica	Discente Orien- tada - Presencial:	Discente Orientada		
Nível	Nº	Dom ínio	Código	Componente Curricular								
1º nível	01	ES	GCH2114	História do pensamento geográfico	35		15	10			60	
	02	ES	GCH2115	Geografia do Brasil	35		15	10			60	
	03	ES	GEX1338	Introdução à astronomia	20	15	15	10			60	
	04	CM	GLA0693	Produção textual acadêmica	60						60	
	05	CM	GCH1745	Iniciação à prática científica	60						60	
Subtotal					210	15	45	30			300	
2º nível	06	ES	GCH2219	Geografia econômica	35	15	15	10			75	
	07	ES	GEX1433	Introdução à cartografia e geotecnologias	10	30		5			45	
	08	ES	GEX1434	Geografia física	25	15		5			45	
	09	CM	GCH1747	História da fronteira Sul	60						60	
	10	CM	GCH1746	Introdução ao pensamento social	60						60	
	11	CM	GEX1059	Estatística básica	60						60	
Subtotal					250	60	15	20			345	
3º nível	12	ES	GCH2116	Geografia regional	35		15	10			60	
	13	ES	GCH2220	Geografia política	35		15	10			60	
	14	ES	GEX1400	Climatologia	35		15	10			60	
	15	CM	GCS0691	Direitos e cidadania	60						60	
	16	CM	GCH1748	Introdução à filosofia	60						60	
Subtotal					225		45	30			300	
4º nível	17	ES	GCH2221	Geografia agrária	35	15	15	10			75	
	18	ES	GEX1432	Cartografia temática	35	15	15	10			75	



Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim					Atividades						Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos
					Aulas presenciais			Aula na Modalidade EaD	Estágio	TCC		
					Teórica	Prática	Extensio-nista	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular								
	19	ES	GEX1435	Geologia	35	15	15	10			75	
	20	ES		Optativo I	50**			10			60	
	21	ES	GCH2226	Educação ambiental	35		15	10			60	
Subtotal					190	45	60	50			345	
5º nível	22	ES	GCH2222	Geografia Urbana	35	15	15	10			75	
	23	ES	GCH2118	Epistemologia da geografia	35	15	15	10			75	
	24	ES	GEX1401	Geomorfologia	35	15	15	10			75	
	25	ES	GEX1402	Sensoriamento remoto e interpretação de imagens	35		15	10			60	
	26	ES		Optativo II	50**			10			60	
Subtotal					190	45	60	50			345	
6º nível	27	ES	GCH2223	Organização do espaço mundial	35	15	15	10			75	
	28	ES	GCH2224	Geografia cultural	35	15	15	10			75	
	29	ES	GEX1436	Hidrogeografia	35	15	15	10			75	
	30	ES	GEX1437	Biogeografia	35	15	15	10			75	
	31	ES	GEX1439	Geoprocessamento	20	30		10			60	
Subtotal					160	90	60	50			360	
7º nível	32	ES	GCH2225	Pesquisa em geografia	50			10			60	
	33	ES	GCH1066	Planejamento territorial	50			10			60	
	34	ES	GEX741	Planejamento ambiental	50			10			60	
	35	CX	GCS367	Licenciamento ambiental	45						45	
	36	CX	GCS366	Empreendedorismo	45						45	
Subtotal					240			30			270	



Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim					Atividades						Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos
					Aulas presenciais			Aula na Modalidade EaD	Estágio	TCC		
					Teórica	Prática	Extensio-nista	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensio-nista	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
8º nível	37	ES	GCH2227	Trabalho de conclusão de curso	15					105	120	32 (GCH2225)
	38	ES	GCH2228	Estágio curricular supervisionado	15	35			160		210	* (GCH2114 e GCH2115 e GEX1338 e GCH2219 e GEX1433 e GEX1434 e GCH2116 e GCH2220 e GEX1400 e GCH2221 e GEX1432 e GEX1435 e GCH2226 e GCH2222 e GCH2118 e GEX1401 e GEX1402 e GCH2223 e GCH2224 e GEX1436 e GEX1437 e GEX1439)
Subtotal					30	35			160	105	330	
Subtotal Geral					1.495	290	285		160	105	2595	
Componentes Curriculares Optativos											120	
Atividades Autônomas					120						120	
Total Geral					1.615	290	285	260	160	105	2.715	

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico



* Ter integralizado, no mínimo, todas as disciplinas do domínio específico do primeiro ao sexto nível: (1º Nível - História do pensamento geográfico; Geografia do Brasil; Introdução à astronomia) ; (2º Nível - Geografia econômica; Introdução à cartografia e geotecnologias; Geografia física); (3º Nível - Geografia regional; Geografia política; Climatologia); (4º Nível - Geografia agrária; Cartografia temática; Geologia; Educação ambiental; Optativo I); (5º Nível - Geografia urbana; Epistemologia da geografia; Geomorfologia; Sensoriamento remoto e interpretações de imagens; Optativo II) e (6º Nível - Organização do espaço mundial; Geografia cultural; Hidrogeografia; Biogeografia; Geoprocessamento).

** Optativas: o curso oferece CCRs optativas de 30h, 45h, 60h e 75h, sendo que do total de horas, 10h serão em EAD. Ressaltamos que o estudante deverá cumprir no mínimo 120h de CCRS optativas (ver item 8.4.1)



8.4.1 Componentes optativos

Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim			Atividades ^a				Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos
			Aulas presenciais			Aula modalidade EaD		
			Teórica	Prática	Extensivista	Teórica		
Nº	Código	Componente Curricular Optativos (I e II) que poderão ser ofertados	Teórica	Prática	Extensivista	Teórica	Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos
39	GCB582	Avaliação de impactos ambientais	35			10	45	
40	GEX735	Climatologia II	30	20		10	60	
41	GCS592	Direito ambiental	30				30	
42	GCB583	Ecologia I	35	15		10	60	
43	GCH1059	Formação espacial brasileira	50			10	60	
44	GCH1060	Geografia agrária II	50			10	60	
45	GCH1061	Geografia da América latina	50			10	60	
46	GCH1062	Geografia da população	50			10	60	
47	GCH1063	Geografia da região Sul	50			10	60	
48	GCH1064	Geografia do turismo	50			10	60	
49	GCH623	Geografia dos solos	50			10	60	
50	GEX736	Geografia e paisagem	50			10	60	
51	GEX1438	Geografia e questão ambiental	35		15	10	60	
52	GCH1065	Geografia urbana II	50			10	60	
53	GEX737	Geomorfologia ambiental	50			10	60	
54	GEX738	Geomorfologia fluvial	50			10	60	
55	GEX739	Geoprocessamento/SIG e diagnóstico ambiental	35			10	45	
56	GCB541	Gestão ambiental	20			10	30	
57	GCB584	Gestão de unidades de conservação	50			10	60	
58	GEX1005	Gestão integrada de resíduos sólidos	50			10	60	
59	GLA211	Língua brasileira de sinais (Libras)	60				60	



Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim			Atividades ^a				Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos
			Aulas presenciais			Aula modalidade EaD		
			Teórica	Prática	Extensivista	Teórica		
Nº	Código	Componente Curricular Optativos (I e II) que poderão ser ofertados	Teórica	Prática	Extensivista	Teórica		
60	GEX740	Paleoclimatologia	50			10	60	
61	GCH2218	Projeto integrador I		60			60	
62	GCH2117	Projeto integrador II		50		10	60	
63	GCH2120	Projeto integrador III		50		10	60	
64	GEN228	Recuperação de Áreas Degradadas	35			10	45	
65	GCB585	Saúde Ambiental	20			10	30	
66	GCA456	Topografia e geodésia	20	45		10	75	
67	GCH1080	Trabalho de campo	25	15		10	60	
68	GCS0920*	Direito Ambiental	50			10	60	

* Componente curricular inserido pela RESOLUÇÃO Nº 03/CG GGRB ER/UFFS/2026

8.4.2 Conjunto de Componentes Curriculares de Tópicos Especiais:

Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim			Atividades ^a				Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos
			Aulas presenciais			Aula modalidade EaD		
			Teórica	Prática	Extensivista	Teórica		
Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensivista	Teórica		
68	GCH1068	Tópicos especiais I	50			10	60	
69	GCH1069	Tópicos especiais II	20			10	30	
70	GEX742	Tópicos especiais em cartografia e geotecnologias I	50			10	60	
71	GEX743	Tópicos especiais em cartografia e geotecnologias II	50			10	60	
72	GEX744	Tópicos especiais em cartografia e geotecnologias III	20			10	30	
73	GEX745	Tópicos especiais em cartografia e geotecnologias IV	20			10	30	



Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim			Atividades ^a				Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos
			Aulas presenciais			Aula modalidade EaD		
			Teórica	Prática	Extensi onista	Teórica		
Nº	Código	Componente Curricular						
74	GEX746	Tópicos especiais em geografia física I	50			10	60	
75	GEX747	Tópicos especiais em geografia física II	50			10	60	
76	GEX748	Tópicos especiais em geografia física III	50			10	60	
77	GEX749	Tópicos especiais em geografia física IV	50			10	60	
78	GEX750	Tópicos especiais em geografia física V	20			10	30	
79	GEX751	Tópicos especiais em geografia física VI	20			10	30	
80	GCH1074	Tópicos especiais em geografia humana I	50			10	60	
81	GCH1075	Tópicos especiais em geografia humana II	50			10	60	
82	GCH1076	Tópicos especiais em geografia humana III	50			10	60	
83	GCH1077	Tópicos especiais em geografia humana IV	50			10	60	
84	GCH1078	Tópicos especiais em geografia humana V	20			10	30	
85	GCH1079	Tópicos especiais em geografia humana VI	20			10	30	
86	GCH2229	Tópicos Especiais Extensionistas I			45		45	
87	GCH2092	Tópicos Especiais Extensionistas II			60		60	
88	GCH2093	Tópicos Especiais Extensionistas III			60		60	
89	GCH2232	Tópicos Especiais Extensionistas IV			75		75	
90	GCH2094	Tópicos Especiais Extensionistas V			75		75	



8.5 Resumo de carga horária dos estágios, AAs, e TCC.

Resumo de Carga horária de Estágio, AAs, TCC e Atividades EAD*	Carga horária (horas)
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120
Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	210
Componentes curriculares optativos	120
Atividades Autônomas (AAs)	120
Atividades na modalidade educação à distância *	260

**quando aplicável*



8.6 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica)

Análise Horizontal e Vertical da Matriz Curricular							
1ª Nível	2ª Nível	3ª Nível	4ª Nível	5ª Nível	6ª Nível	7ª Nível	8ª Nível
História do Pensamento Geográfico 60h	Geografia Econômica 75h	Geografia Regional 60h	Geografia Agrária 75h	Geografia Urbana 75h	Organização do Espaço Mundial 75h	Planejamento Territorial 60h	Estágio Curricular Supervisionado* 210h
Geografia do Brasil 60h	Introdução à Cartografia e Geotecnologias 45h	Geografia Política 60h	Cartografia Temática 75h	Sensoriamento e Interpretação de Imagens 60h	Geografia Cultural 75h	Pesquisa em Geografia 60h	Trabalho de Conclusão de Curso* 120h
Introdução à Astronomia 60h	Geografia Física 45h	Climatologia 60h	Geologia 75h	Geomorfologia 75h	Geoprocessamento 60h	Planejamento Ambiental 60h	
Produção Textual Acadêmica 60h	Introdução ao Pensamento Social 60h	Introdução à Filosofia 60h	Educação Ambiental 60h	Epistemologia da Geografia 75h	Biogeografia 75h	Empreendedorismo 45h	
Iniciação à Prática Científica 60h	Estatística Básica 60h	Direitos e Cidadania 60h	Optativa I 60h	Optativa II 60h	Hidrogeografia 75h	Licenciamento Ambiental 45h	
	História da Fronteira Sul 60h						
300 horas	345 horas	300 horas	345 horas	345 horas	360 horas	270 horas	330 horas

Domínio Específico - Eixos Formativos		Carga Horária do Curso (horas)		Carga Horária do Curso (horas)	
■ Fundamentos da Geografia e Regionais	■ Domínio Conexo	Domínio Específico	1.965	Geografia Humana	555
■ Geografia Física	■ Domínio Comum	Domínio Conexo	90	Geografia Física	585
■ Cartografias e Geotecnologias		Domínio Comum	420	Cartografias e Geotecnologias	240
■ Geografia Humana		Optativas	120	Fund. da Geografia e Regionais	585
■ Optativas		AA	120		
	* CCR com Pré-Requisitos	Total	2.715		



8.7 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura curricular do curso:

8.7.1 Estágios curriculares supervisionados (Normatização no ANEXO I)

O estágio é o período de exercício pré-profissional, no qual o acadêmico do Curso de Geografia – Bacharelado permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atividades profissionalizantes, programadas ou projetadas, avaliáveis, com duração limitada, supervisionada por um profissional no campo de estágio e orientada por professor do curso.

Tem como objetivos:

- I - Proporcionar ao estagiário a vivência de situações pré-profissionais nas diferentes áreas de atuação do geógrafo;
- II - Preparar o estagiário para o pleno exercício profissional a partir do desenvolvimento de atividades referentes à temática/campo de estágio escolhido para o estágio;
- III - Proporcionar uma oportunidade de retroalimentação aos docentes e incorporação de situações-problemas e experiências profissionais dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, visando a permanente atualização da formação proporcionada pelo curso.

Os campos de estágio previstos são empresas públicas, privadas, autarquias, estatais, paraestatais, de economia mista e organização da sociedade civil organizada que desenvolvem atividades relacionadas às atribuições do Geógrafo.

O planejamento das atividades de estágio será efetuado em conjunto pelo estagiário, supervisor e orientador do estágio. Essas atividades compõem-se de orientação, sob a forma de reuniões, e de elaboração do plano de estágio.

A execução das atividades do estágio propriamente ditas referentes ao exercício profissional serão atividades de pesquisa, extensão ou produção inerentes à experiência pré-profissional, de acordo com o plano de estágio proposto e aprovado pela Coordenação do Estágio. A elaboração do relatório será realizada pelo aluno sob a orientação do Professor Orientador e se constituirá na descrição de todas as atividades do estágio propriamente ditas.

8.7.2 Atividades Autônomas (Normatização no ANEXO II)

No presente, compreende-se por Atividades Autônomas (AAs) as atividades de diversos tipos que permitam a aquisição e construção de conhecimentos pelo discente, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na



Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

As Atividades Autônomas do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado serão realizadas ao longo do curso, com carga horária correspondente a 120 horas. As atividades realizadas pelos estudantes e devidamente certificadas serão contabilizadas em três categorias: I – Atividades Autônomas em Pesquisa; II – Atividades Autônomas em Extensão e Aprimoramento Acadêmico-Profissional; III – Atividades Autônomas em Cultura. Os estudantes deverão apresentar atividades nos três eixos citados, sendo obrigatória a participação do estudante em pelo menos uma atividade de cada categoria para fins de integralização da carga horária exigida. O regulamento em questão apresenta o detalhamento de atividades aceitas para cada eixo.

8.7.3 Trabalho de Conclusão de Curso (Normatização no ANEXO III)

Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) são considerados como a atividade curricular, didáticas e de pesquisa desenvolvidas no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso, que envolve a elaboração, a execução e a apresentação/submissão, pelo discente, de uma monografia que dialogue com o perfil do egresso, orientado por um docente do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso corresponde a uma atividade obrigatória para obtenção do título de bacharel em Geografia, organizada por meio de componente curricular de 8 créditos, com carga horária correspondente a 120 horas. A conclusão do TCC compreende desenvolvimento e defesa pública de uma monografia, a ser realizada de forma individual. A avaliação no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso será realizada pelo docente orientador, coorientador (caso aplique-se) e por, no mínimo, outros 2 (dois) membros convidados, por meio de apresentação de trabalho do discente e arguição de texto monográfico perante a banca examinadora.

8.7.4 Atividades de inserção da Extensão e Cultura no currículo

A inserção da Extensão e Cultura no currículo do curso de graduação em Geografia Bacharelado, atende o disposto na Resolução N° 93/CONSUNI/UFFS/2021, que impetra as diretrizes nacionais, e assim para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Entendemos como fundamental o desenvolvimento integrado e indissociável das atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio da definição de linhas e modalidades que



orientem as atividades de extensão e de cultura ofertadas ou validadas pelo curso (art. 12 da Resolução N° 93/CONSUNI/UFFS/2021). Assim, a inserção da extensão e cultura no currículo na graduação em Geografia-Bacharelado, se dará pela presença de componentes curriculares mistos (CCR Misto), inserindo quinze horas (15hs) dedicadas à extensão e/ou cultura nos componentes curriculares.

Apresentamos os componentes curriculares mistos, que contemplam quinze horas extensionistas, são eles: 1° nível História do Pensamento Geográfico, Geografia do Brasil, Introdução à Astronomia com o total de quarenta e cinco horas (45h); 2° nível Geografia Econômica, total de quinze horas (15h); 3° nível Geografia Regional, Geografia Política, Climatologia, no total de 45 horas (45h); 4° nível Geografia Agrária, Cartografia Temática, Geologia, Educação Ambiental, totalizando sessenta horas (60 h); 5° nível Geografia Urbana, Epistemologia da Geografia, Geomorfologia, Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens, no total de sessenta horas (60h); 6° nível Organização do Espaço Mundial, Geografia Cultural, Hidrogeografia, Biogeografia, totalizando sessenta horas (60 h). Dessa forma atingimos o total de 285 horas de extensão e cultura, inseridas efetivamente no currículo do curso. A síntese da distribuição da carga horária de extensão e cultura.

Atividades de Extensão e Cultura	Carga horária (horas)
CCR Misto	285 horas
Validação da atuação em ações externas	50 %
Total na modalidade extensão e cultura	285 horas

Quadro 6: Síntese da carga horária.

8.7.5 Trabalho de Campo

Os trabalhos de campo no curso de Geografia – Bacharelado são entendidos com práticas e atividades de observação, descrição e interpretação espacial de fenômenos socioambientais situados para além das dependências físicas da Universidade. Trata-se de um conjunto de atividades práticas orientadas para busca de um determinado conhecimento, realizada de maneira sistemática através da realidade empírica e pela utilização de distintas metodologias didático-pedagógicas e de técnicas de pesquisa.

Os trabalhos de campo são atividades didático-pedagógicas obrigatórias para um conjunto de CCRs do domínio específico do curso, os quais possuem especificação da atividade em suas ementas e para as quais são destinadas 15 horas práticas para o



desenvolvimento da atividade. Os trabalhos de campo ocorrerão no segundo, quarto, quinto e sexto período do curso.

Destaca-se a convergência entre trabalho de campo e as atividades práticas em laboratório. O trabalho de campo é uma experiência fundamental, que possibilita a aquisição de dados e informações variadas (materiais, dados primários, amostras, realizar conferências *in loco* etc.), cuja análise está relacionada à prática de laboratório. Desse modo, a proposta do curso visa integrar e complementar ambas as práticas qualificando o fazer do futuro egresso para suas atuações profissionais.

Os CCRs que contemplam trabalho de campo são: Geografia econômica, Introdução à Cartografia e Geotecnologias e Geografia física (2º nível); Geografia Agrária, Geologia (4º nível); Geografia Urbana, Epistemologia da Geografia, Geomorfologia (5º nível 5); Organização do espaço mundial, Geografia cultural, Hidrogeografia e Biogeografia (6º nível).

Os docentes dos componentes curriculares com trabalho de campo terão autonomia para sugerir roteiros, planejar as atividades nas suas dimensões logísticas e didático-pedagógicas com base nas distintas metodologias e propor as atividades avaliativas relacionadas a práticas. Contudo, compete ao Colegiado de Cursos apreciar, definir e aprovar os trabalhos de campo referentes aos componentes curriculares sob sua responsabilidade.

8.7.6 Prática pedagógica como componente curricular

O Curso de Geografia da UFFS, campus Erechim, oferece duas modalidades formativas: a Licenciatura e o Bacharelado. As Práticas Pedagógicas como Componentes Curriculares (PPCr) são atividades que, na Licenciatura, têm o objetivo de aprofundar o processo de formação de futuros professores. No caso do Bacharelado, o curso manterá esta modalidade na formação discente por se tratar de uma possibilidade de aproveitamento e fixação de conteúdos com o intuito de ampliar o horizonte de conhecimentos dos futuros bacharéis. As PPCr no curso de Geografia – Bacharelado serão ofertadas de maneira integrada com o curso de Geografia-Licenciatura na medida em que as atividades serão teórica e metodologicamente orientadas para atendimento de ambos perfis formativos.

Os conteúdos das CCRs do Domínio Específico serão explorados em sala de aula, laboratórios e trabalhos de campo a fim de gerar reflexões e práticas para que ocorra a construção de conhecimentos que possibilitem aos discentes do Bacharelado serem colaborativos com os discentes da Licenciatura e que se construam estratégias de



entendimento das várias dimensões do espaço geográfico (como o fenômeno urbano, as dinâmicas agrárias, a questão ambiental, os eventos naturais) visando aplicações de conhecimentos e práticas que sejam pertinentes às duas áreas de formação. Por exemplo: enquanto o bacharel elabora um projeto de intervenção para o ordenamento territorial de pequenas, médias e/ou grandes cidades, será possível incorporar elementos teóricos e práticos desse projeto para a proposição de planos de aula relacionados à temática.

Nesse sentido, a manutenção da PPCr neste curso se apresenta como potencialidade às conexões entre ambas as áreas e maior integração de saberes necessários à formação em Geografia em sua totalidade, possibilitando processos que promovem a qualificação dos estudantes para atuarem profissionalmente de forma mais abrangente, inclusive enquanto futuros docentes, tendo em vista que o curso de Geografia do campus Erechim oferta duas habilitações profissionais.



8.8 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares.

8.8.1 Componentes curriculares de oferta regular e com código fixo na estrutura curricular

(Domínios: Comum, Conexo, Específico)

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2114	HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO	60
EMENTA		
O pensamento geográfico na história do conhecimento. A gênese da Geografia Moderna. O pensamento geográfico europeu e suas influências no Brasil. Integração entre Geografia Física e Geografia Humana. Novas tendências da Geografia mundial e brasileira. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Compreender o processo histórico de evolução do pensamento geográfico, seus elementos estruturantes e as perspectivas futuras para a análise geográfica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CLAUDINO, G. S.; PAULA, L. A. C.; MARES, R. M. As Geógrafas na História do Pensamento Geográfico: uma breve introdução . Rio de Janeiro: Consequência, 2024. MOREIRA, R. O que é Geografia? 2 ed. Rio de Janeiro: ed. Brasiliense, 2010. LACOSTE, Y. A Geografia : Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Ed. Papyrus, 1988. MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro . Vol 1. São Paulo: Contexto, 2008. MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro . Vol 2. São Paulo: Contexto, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
FREIRE, P. Educação e Mudança . Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. GOMES, P. C. C. Geografia e Modernidade . Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. MONTEIRO, C. A. F. A questão ambiental na Geografia do Brasil . Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. PEREIRA, R. M. A. Da geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna . Florianópolis, EdUFSC, 1999. QUAINI, M. Marxismo e Geografia . 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. SANTOS, M. Por uma geografia nova . 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2008. VITTE, A. C. (org.) Contribuições à história e à epistemologia da Geografia . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2115	GEOGRAFIA DO BRASIL	60
EMENTA		
Aspectos geo históricos da formação territorial do Brasil. Ciclos econômicos e construção dos meios geográficos no Brasil. Dinâmicas regionais e usos do território. Temas de Geografia do Brasil: cultura e diversidade; dinâmica populacional; movimentos sociais; inserções na divisão territorial do trabalho. Leitura e interpretação de mapas temáticos. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Analisar temas estruturantes sobre a produção do espaço geográfico brasileiro.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AB'SABER, A. N. Os Domínios de Natureza no Brasil : potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. MOREIRA, R. Sociedade e espaço geográfico no Brasil . São Paulo: Contexto, 2011. MOREIRA, R. Formação espacial brasileira : uma contribuição crítica à Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012. ROSS, J. L. S. (Org.) Geografia do Brasil . São Paulo: EDUSP, 2000. SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). O Brasil : território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AB'SABER, A. N. Amazônia : do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 1996. ANDRADE, M. C. A questão do território no Brasil . São Paulo: Hucitec, 2005. BECKER, B. et al. (Org.). Geografia e meio ambiente no Brasil . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. COSTA, W. M. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil . São Paulo: Contexto, 1988. CASTRO, I. E. et al. (Org.) Brasil : Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. EGLER, C. & BECKER, B. Brasil : uma nova potência regional na economia mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias . São Paulo: Contexto, 2001. IBGE. Atlas Nacional do Brasil Milton Santos . Rio de Janeiro: IBGE, 2010. OLIVEIRA, F. Elegia para uma re(li)gião . São Paulo: Boitempo, 2008. ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil . São Paulo: Oficina de Textos, 2006.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1338	INTRODUÇÃO À ASTRONOMIA	60
EMENTA		
Astronomia na Antiguidade. Medições de tempo, Movimento Aparente dos Astros, Movimento dos Planetas, Insolação e Estações do Ano, Fases da Lua, Sistema Solar, Gravitação e Marés. Movimento da Terra, Geodésia terrestre e Sistemas de Coordenadas. Estrelas e Galáxias: Origem e Evolução do Universo. Prática de trabalho de campo (observação astronômica), Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos discentes, via desenvolvimento conceitual, interpretativo e aplicado, uma visão geral dos fundamentos da astronomia, sua origem e evolução.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FRIAÇA, A. C. S.; DAL PINO, E.; SODRÉ JR., L.; JATENCO-PEREIRA, L. (orgs.). ASTRONOMIA: uma visão geral do universo . 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. GEMAEL, Camil. Introdução à geodésia física . Edição atual. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012. 302 p. OLIVEIRA FILHO, Kepler de Souza; SARAIVA, Maria de Fátima Oliveira. Astronomia e astrofísica . 2. ed. São Paulo, SP: Livraria da Física, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CANIATO, Rodolpho. O que é astronomia . 8. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016. HORVATH, J. E. O abcd da astronomia e astrofísica . 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2008. OLIVEIRA FILHO, Kepler de Souza; SARAIVA, Maria de Fátima Oliveira. Astronomia e astrofísica . Livro online acessível em http://astro.if.ufrgs.br/index.html . PICAZZIO, Enos (org.). Introdução à Astronomia para educadores e iniciantes . Acessível em: http://astroweb.iag.usp.br/~apt/livro/OCeuQueNosEnvolve.pdf VANISSEVICH, Alicia; WUENSCHÉ, Carlos Alexandre; ROCHA, Jaime Fernando Villas da (Org.). Astronomia hoje . Rio de Janeiro, RJ: Instituto Ciência Hoje - ICH, 2010.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0693	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	60
EMENTA		
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, <i>handout</i> , seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.		
OBJETIVO		
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação - Resumos - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2003. _____. NRB 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração . Rio de Janeiro: ABNT, 2002. _____. NRB 10520: Informação e documentação - Citações - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997. _____. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009. _____, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: VANISSEVICH, Alicia; WUENSCHÉ, Carlos Alexandre; ROCHA, Jaime Fernando Villas da (Org.). Astronomia hoje . Rio de Janeiro, RJ: Instituto Ciência Hoje - ICH, 2010. Paulo: Contexto, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto . São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos . Petrópolis: Vozes, 2002.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1745	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	60
EMENTA		
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.		
OBJETIVO		
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001. HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca). MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006. D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006. GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986. GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206. GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001. MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994. OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996. REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003. SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2219	GEOGRAFIA ECONÔMICA	75
EMENTA		
<p>Conceitos básicos de Geografia Econômica. Diferentes sistemas econômicos. Análise das inter-relações entre espaço e economia: mercados, produção e fluxos econômicos. A dimensão territorial dos processos de internacionalização da economia, da reestruturação produtiva e das formas de organização do trabalho. Globalização econômica. Leitura e interpretação de mapas. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Entender a economia como elemento espacial. Compreender os efeitos territoriais das práticas econômicas. Analisar as lógicas e os fatores de distribuição das atividades econômicas.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) Explorações Geográficas. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. HARVEY, D. A condição pós-moderna. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011. SANTOS, M. Por uma outra globalização. 22ª ed. São Paulo: Record, 2012. SANTOS, M. Economia espacial: críticas e alternativas. São Paulo: EDUSP, 2003. SINGER, P. Apreender Economia. 22 ed. São Paulo: Contexto, 2002.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. CATANI, Afranio M.. O que é capitalismo. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. CHESNAIS, F. A mundialização do Capital. São Paulo, Xamã, 1996. EGLER, C.; BECKER, B. Brasil: uma nova potência regional na economia mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: Editora CRV, 2016. HARVEY, D. O Enigma do Capital. São Paulo: Boitempo, 2012. MARX, K. O Capital. Rio de Janeiro: Difel, 1988. SANCHEZ, J-E. Espacio, economía y sociedad. Madrid: Siglo XXI, 1991. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/texap-6.pdf>> acesso em 04 de setembro de 2017. SPOSITO, Eliseu S.; SANTOS, Leandro B. O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras. São Paulo: Expressão Popular, 2012. SMITH, N. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1433	INTRODUÇÃO À CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS	45
EMENTA		
História da cartografia. Escala. Sistemas de referência e Coordenadas. Projeções Cartográficas. Geotecnologias e Cartografia Digital. Estruturação de dados Geoespaciais: criação e edição de dados vetoriais e matriciais. Prática pedagógica como componente curricular. Práticas de laboratório com <i>Softwares</i> aplicados e de trabalho de campo.		
OBJETIVO		
Propiciar aos discentes, conhecimento básico sobre aspectos da cartografia contemporânea na perspectiva da representação computacional de dado geoespaciais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CASTRO, José Flávio Morais. História da Cartografia e Cartografia Sistemática . Belo Horizonte: editora PUC Minas, 2012. DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos de Cartografia . Florianópolis: editora da UFSC, 2006. FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. FRIEDMANN, Raul M. P. Fundamentos de orientação, cartografia e navegação terrestre . Curitiba: UTFPR, 2008. MENEZES, Paulo Márcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de Cartografia . São Paulo: Oficina de Textos, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CAMARA. G. & DAVIS. C. & MONTEIRO. A. M.V. Introdução à Ciência da Geoinformação . INPE, São José dos Campos, 2001. Disponível em: < http://mtc-2.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43/doc/publicacao.pdf > Acesso em: 02/02/2014. FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. FLORENZANO, Tereza Galloti. Imagens de satélite para estudos ambientais . São Paulo: Oficina de Textos, 2002. FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. A Cartografia no Ensino de Geografia: Abordagens metodológicas para o entendimento da representação . Cascavel: EDUNIOESTE, 2010. JOLY, Fernand. A Cartografia . 14 ed. Campinas: Papirus, 2011. LOCH, Ruth E. Nogueira. Cartografia: representação, comunicação e visualização . UFSC. 2006. MARTINELLI, Marcelo. Mapas da Geografia e Cartografia Temática . São Paulo: Contexto, 2011. SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento e Análise Ambiental: Aplicações . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. ZUQUETTE, Lázaro V.; GANDOLFI, Nilson. Cartografia Geotécnica . São Paulo: Oficina de Textos, 2005.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1434	GEOGRAFIA FÍSICA	45
EMENTA		
Os fundamentos teórico-metodológicos da Geografia Física. As tendências atuais dos estudos da geografia física. Introdução ao estudo dos subsistemas terrestres: hidrosfera, atmosfera, litosfera e biosfera, suas interações processuais. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo.		
OBJETIVO		
Possibilitar ao discente uma compreensão dos fundamentos naturais da Geografia, os mecanismos funcionais dos sistemas terrestres em sua estreita relação com a sociedade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MENDONÇA, F. Geografia e meio ambiente . 7ªed. São Paulo: Contexto, 2004. MENDONÇA, F. Geografia Física: ciência humana? 8ªed. São Paulo: Contexto, 2011. STRAHLER, A. H.& STRAHLER, A. N. Geografia Física . Barcelona: Omega, 1997. TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R. & TAIOLI, F. Decifrando a Terra . 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
AB'SABER, A. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas . 7ªed. São Paulo: Atelier de arte, 2012. BERTALANFFY, L. Teoria geral dos sistemas . Petrópolis: Vozes, 2008. CHRISTOPHERSON, R. W. Geossistemas: Uma Introdução à Geografia Física . 7ªed. Editora: Bookman, 2011. CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de sistemas ambientais . São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 1999. CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da Geografia . São Paulo: Difel, 1982. MONTEIRO, C. A. F. Geossistema: a história de uma procura . 2ªed. São Paulo: Contexto, 2001. ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e Planejamento . 6ªed. São Paulo: Contexto, 2001. ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental . São Paulo: Oficina de Textos, 2006. TRICART, J. Ecodinâmica . Recursos Naturais e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: FIBGE, 1977.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1747	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	60
EMENTA		
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.		
OBJETIVO		
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228.</p> <p>CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.</p> <p>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.</p> <p>HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.</p> <p>LE GOFF, Jacques. Memória e História. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.</p> <p>PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker. São Leopoldo: Unisinos, 2002.</p> <p>AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.</p> <p>BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v.</p> <p>CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense. 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.</p> <p>GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.</p> <p>GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.</p> <p>LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.</p> <p>MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.</p> <p>MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>NOVAES, Adauto (Org.). Tempo e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.</p> <p>OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.</p> <p>PESAVENTO, Sandra. A Revolução Farroupilha. São Paulo: Brasiliense, 1990.</p> <p>RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.</p>		



RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.
SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.
TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.
_____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.
TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.
WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

Número de unidades de avaliação

2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1746	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	60
EMENTA		
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas : das origens a Max Weber. Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias : construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2010. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber . Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos aires: CLACSO, 2005. LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1059	ESTATÍSTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.		
OBJETIVO		
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e, sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007. BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011. CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005. CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981. LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005. MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia: um guia para o estudante . 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012. SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993. TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2116	GEOGRAFIA REGIONAL	60
EMENTA		
A região como categoria de análise da Geografia. Propostas de análise regional em Geografia: diversidade teórico-metodológica. A relevância da questão regional e os processos de regionalização: escalas, redes, atores. Regionalização brasileira. O uso de dados demográficos para a Geografia. Arranjos demográficos como indicadores das dinâmicas regionais. Processos migratórios e mobilidade da população. Leitura e interpretação de mapas. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Compreender a evolução e usos das abordagens regionais. Oportunizar aos discentes condições para o entendimento da Geografia da Regional como instrumento de análise e interpretação multiescalar das dinâmicas espaciais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CORRÊA, Roberto L. Região e organização espacial . 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. DAMIANI, Amélia Luisa. População e geografia . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. HAESBAERT, Rogério. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. LENCIONE, Sandra. Região e geografia . São Paulo: EDUSP, 1999. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L.. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI . 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CASTRO, Iná Elias de. Explorações Geográficas . 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Geografia: conceitos e temas . 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (Org). Brasil: questões atuais da reorganização do território . 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização . Revista do Departamento de Geografia. São Paulo, n. 1. 1982. HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade . 7.ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012 PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.). Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios . Rio de Janeiro: Revan, 2005. SAQUET, Marcos A. Abordagens e concepções de território . São Paulo: Expressão popular, 2007.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2220	GEOGRAFIA POLÍTICA	60
EMENTA		
Origens e evolução da Geografia Política. Território, poder e poder político. Estado, Nação, limites e fronteiras. Implicações geográficas da ação política de atores estatais e não estatais. Cidadania e Políticas Públicas Estrutura do Estado/ Participação Política. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Compreender a importância do poder político, suas decisões, ações e desdobramentos territoriais discutindo trajetórias, conceitos e perspectivas teórico-metodológicas em diálogo com práticas de campo de extensão “Educação Política ou Políticas Públicas e Cidadania”.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AZEVEDO, D. A. de; NOGUEIRA, R. (Orgs.). Geografia política: base conceitual e diversidade temática . Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023. Disponível em: < https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/516 >.		
CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.		
COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica . São Paulo: Edusp, 2008.		
GOMES, Paulo C. da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.		
RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro; EGLER, Tamara Tânia Cohen; SÁNCHEZ, Fernanda. (Org.). Política governamental e ação social no espaço . Rio de Janeiro: Letra Capital/Anpur, 2012.		
RIBEIRO, Maria T. Franco; MILANI, Carlos R. Sanches (Org.). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea . Salvador: EDUFBA, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2008.		
AYERBE, Luiz Fernando. Ordem, poder e conflito no século XXI . Presidente Prudente: Editora UNESP, 2006.		
BECKER, Bertha. K.; MIRANDA, M. H. P. (Org.). Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.		
CLAVAL, Paul. Espaço e poder . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.		
GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016.		
HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A nova des-ordem mundial . São Paulo: Editora UNESP, 2006.		
LACOSTE, Yves. A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra . 3. Ed. São Paulo: Papyrus, 2008.		
RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder . São Paulo: Ática, 1993.		
SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal . Rio de Janeiro: Record, 2000.		
VESENTINI, José Willian. Novas Geopolíticas . 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1400	CLIMATOLOGIA	60
EMENTA		
Estrutura e composição da atmosfera. Elementos e fatores climáticos. Massas de ar e circulação atmosférica. Estações e instrumental meteorológico. Classificações climáticas. Noções de climatologia do Brasil. Mudanças e variações climáticas considerando o tempo geológico e o tempo histórico. A pesquisa e a prática de climatologia em laboratório. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Subsidiar a compreensão dos fenômenos climáticos, seu papel nos sistemas terrestres e suas inter-relações com a sociedade. Proporcionar aos acadêmicos analisar e explicar a dinâmica espaço-temporal dos elementos e dos principais fenômenos climáticos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AYOADE, I. Introdução à climatologia para os trópicos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. CAVALCANTI, I. F. de A.; FERREIRA, N. J.; SILVA, M. G. A. J. da; DIAS, M. A. F. da S. (orgs). Tempo e clima no Brasil. São Paulo: Oficina de textos, 2009. MENDONÇA, F. & DANNI-OLIVEIRA, I.M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. MONTEIRO, C.A. de F.; SANT'ANNA NETO, J. L.; MENDONÇA, F.; ZAVATINI, J. A. A construção da climatologia geográfica no Brasil. 1. ed. Campinas: Alinea, 2015. TORRES, F. T. P.; MACHADO, P. J. O. Introdução à climatologia. São Paulo. Cengage Learning, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CONTI, J.B. Clima e meio ambiente . São Paulo: Atual, 1998. FERREIRA, A. G. Meteorologia Prática . São Paulo: Oficina de Textos, 2006. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016. SUGUIO, K. Mudanças climáticas da Terra . São Paulo: Instituto Geológico, 2008. VIANELLO, R. L; ALVES, A. R. Meteorologia básica e aplicações . Viçosa: UFV, 2002. ZAVATTINI, J. A. Estudos do clima no Brasil . Campinas: Editora Alínea, 2004.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0691	DIREITOS E CIDADANIA	60
EMENTA		
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.		
OBJETIVO		
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995. BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995. DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004. MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009. MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica . Campinas, SP: Papyrus, 2008. PINHO, Rodrigo César Rebello. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais . São Paulo: Saraiva, 2006. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. TOURAINÉ, Alain. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático . Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1748	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	60
EMENTA		
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de Ética e de Epistemologia.		
OBJETIVO		
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lulio, 2011. DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003. FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011. GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70. 2012. (Extra Coleção). HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000. GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994. HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002. JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007. NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 1. ed. Campinas: Papyrus, 2008. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v. SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo. In: . Questão de método . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963. SILVA, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana . São Paulo: Paulus, 1995.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2221	GEOGRAFIA AGRÁRIA	75
EMENTA		
Conceitos, definições básicas e a diversidade teórico-metodológica da Geografia Agrária. O avanço do capitalismo no campo: modernização da agricultura, intensificação das relações agricultura-indústria e transformações nas relações de trabalho. Espaço agrário brasileiro e os territórios em disputa: agricultura camponesa e agricultura capitalista. Movimentos socioterritoriais no campo. Agricultura e ambiente. Leitura e interpretação de mapas relativos aos processos agrários. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Identificar as principais correntes de interpretação da questão agrária estabelecendo interfaces com a evolução dos debates na Geografia Agrária. Abordar temas atuais relativos à questão agrária brasileira considerando a inserção da Geografia no estudo desses fenômenos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . 3 ed. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 2007. BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil . Campinas: Editora da Unicamp, 2008. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. MARTINS, José de Souza. O cativo da terra . São Paulo: Contexto, 2010. PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses . 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2012. 4 PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A globalização da natureza e a natureza da globalização . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico . 2013. 2v. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: < http://hdl.handle.net/11449/106708 >. GUZMÁN, Eduardo, S.; MOLINA, Manuel, G. Sobre a evolução do conceito de campesinato . São Paulo. Expressão Popular, 2005. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea . Lisboa: Instituto Piaget, 2001. MOREIRA, R. Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à Geografia do Brasil . Rio de Janeiro: Consequência, 2012. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária . São Paulo: Labor Edições, 2007. Disponível em: < http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf >. PLOEG, Jan D. Van Der. Camponeses e a Arte da Agricultura: um Manifesto Chayanoviano . Porto Alegre; São Paulo: Editora da UFRGS; Editora da UNESP, 2016. PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil . 43. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2012. 364 p. SABOURIN E. Organizações e sociedades camponesas: uma leitura através da reciprocidade . Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1432	CARTOGRAFIA TEMÁTICA	75
EMENTA		
Representação do espaço por meio de mapas temáticos, linguagem cartográfica, Técnicas e regras de construção de mapas. Métodos de representação da Cartografia Temática. Aplicação da cartografia temática. Coleta de informação e a organização dos dados. Leitura, análise, interpretação e produção de mapas temáticos. Cartografia Social. Prática pedagógica como componente curricular. Práticas de laboratório. Prática Extensionista.		
OBJETIVO		
Identificar e utilizar os principais métodos e técnicas necessários à construção de documentos cartográficos e a sua leitura crítica, bem como possibilidades de usos da cartografia no ensino de geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ACSELRAD, Henri (Coord.). Guia para experiências de mapeamento comunitário . Coordenado por Henri Ayselrad. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2013. ACSELRAD, Henri. (Org.) Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate . Rio de Janeiro: IPPUR/UF RJ, 2010. ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). Novos Rumos da Cartografia Escolar: currículo, linguagem e tecnologia . São Paulo: Contexto, 2011. ARROYO, Miguel González. Extensão universitária: uma análise crítica . 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. LOCH, Ruth E. Nogueira. Cartografia: representação, comunicação e visualização . UFSC. 2006. MARTINELLI, Marcelo. Mapas da Geografia e Cartografia Temática . São Paulo: Contexto, 2002. SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária , v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ALMEIDA, Claudia Maria; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio Miguel V. (Org.) Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual . São Paulo: Oficina de Textos, 2007. ACSELRAD, Henri. et al. (Org). Cartografias sociais e território . Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa . São Paulo: Contexto, 2003. DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos de Cartografia . Florianópolis: editora da UFSC, 2006. FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. HARLEY, John Brian. La Nueva Naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de La cartografía . México: FCE Tezontle, 2005. IBGE. Atlas nacional do Brasil Milton Santos . Rio de Janeiro: IBGE, 2010. JOLY, Fernand. A Cartografia . Campinas: Papirus, 1990. MARTINELLI, Marcelo. Mapas, Gráficos e Redes: elabore você mesmo . São Paulo: Oficina de Textos, 2013.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1435	GEOLOGIA	75
EMENTA		
<p>Minerais e Rochas. Evolução geológica dos continentes e do espaço brasileiro. Tectônica e Isostasia. Magmatismo, plutonismo e vulcanismo. Sismicidade, metamorfismo, diastrofismo, falhamentos e dobramentos. Intemperismo, agentes, processos e ambientes de erosão e sedimentação e formação dos solos. Geologia ambiental. Recursos minerais e energéticos brasileiros. Práticas e metodologias de análise mineralógica e sedimentar. Interpretação de mapas geológicos. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo e laboratorial. Prática extensionista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Adquirir noções básicas de Geologia, visando ampliar a compreensão dos processos que atuaram na evolução da geodiversidade e a obtenção de subsídios para outros componentes curriculares do curso de Geografia.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. Novo dicionário geológico-geomorfológico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.</p> <p>POPP, J.H. Geologia Geral. 5ª ed., Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1998.</p> <p>PRESS, FRANK., GROTZINGER, JOHN., SIEVER, RAYMOND., JORDAN, THOMAS H. Para Entender a Terra. Editora Bookman. 2006.</p> <p>POMEROL, C.LAGABRIELLE, Y.; RENARD, M.; GUILLOT, S. Princípios de geologia: Técnicas modelos e teorias. Bookman. 2012.</p> <p>TEIXEIRA, W.; TOLEDO, C.; FAIRCHILD, T.; TAIOLI, F. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>CPRM. Geodiversidade do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Geologia do Brasil. Belo Horizonte: CPRM, 2010.</p> <p>CHRISTOPHERSON, Robert W. Geossistemas: Uma Introdução à Geografia Física. Porto Alegre. Ed: BOOKMAN; 7ª Ed, 2011.</p> <p>CUNHA, Sandra Baptista da Antonio e GUERRA, Jose Teixeira. Geomorfologia do Brasil. 3ª Edição, Editora Bertrand Brasil, RJ, 2003.</p> <p>GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: Editora CRV, 2016</p> <p>LEINZ, V.; AMARAL, S. S. Geologia geral. 14ª ed., Rio de Janeiro: Nacional, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, A. M. S.; BRITO, S. N. A. [ED.] Geologia de engenharia. São Paulo: Associações Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE), 1998.</p> <p>SCHUMANN, Walter. Guia dos Minerais. Editora Disal. 2009.</p> <p>SILVA, C.R. Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.</p> <p>SUGUIO, K. Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais: passado + presente = futuro? São Paulo, 1999.</p> <p>WICANDER, REED., MONROE, JAMES S. Fundamentos de Geologia. Editora: Thomson. 2009.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	OPTATIVO I	60
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2226	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	60
EMENTA		
Epistemologia ambiental. História da Educação Ambiental. Interfaces sociedade-natureza. . Categorias e conceitos geográficos na Educação Ambiental. Educação Ambiental e Cidadania. Conservação e preservação ambiental. Sustentabilidade: potencialidades e limites. Leitura, análise, interpretação e produção de mapas temáticos. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Compreender a Educação Ambiental na formação do geógrafo um elemento fundamental para- diagnosticar e prognosticar problemas de ordem socioecológica que afetam a sociedade e a natureza.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo, SP: Cultrix, 1996. CAPRA, Fritjof; STONE, Michel K; BARLOW, Zenobia. Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: Editora CRV, 2016. LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2000. MENDONÇA, Francisco. Geografia e meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2008. MOUTINHO, Paulo; PINTO, Regina P. Ambiente complexo, propostas e perspectivas socioambientais. São Paulo: Contexto, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ACSELRAD, Henri (Org). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. CALLAI, Helena C; KAERCHER, Nestor André. Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa (ORGANIZADOR); CORRÊA, Roberto Lobato (Organizador). Geografia: conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. 17. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010. LEFF, Enrique; ORTH, Lúcia Mathilde Endlich; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, PNUMA, 2012. MENDONÇA, Francisco. Geografia física: ciência humana? 8 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011. MILLER, G. Tyler; SPOOLMAN, Scott E. Ecologia e sustentabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2013. MOLON, Susana Inês; DIAS, Cleuza Maria Sobral (ORGS.). Alfabetização e educação ambiental: contextos e sujeitos em questão. Rio Grande, RS: FURG, 2009. REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; HEIDRICH, Álvaro Luiz (Org.). Geografia e educação: geração de ambiências. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade, 2000.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2222	GEOGRAFIA URBANA	75
EMENTA		
Conceitos básicos de Geografia Urbana. O processo de urbanização. Funções e redes urbanas. Classificação das cidades. A urbanização brasileira. Direito à cidade. Planejamento urbano. Leitura e interpretação de mapas relativos aos processos de urbanização. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Compreender os conceitos fundamentais de Geografia Urbana, o processo de urbanização em suas diversas facetas, a urbanização no Brasil e a caracterização da rede urbana na atualidade, e suas aplicações no ensino e na pesquisa em Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARLOS, Ana Fani A. A Cidade . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 98 p. CASTELLS, Manuel. A questão urbana . 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. SANTOS, Milton. A urbanização brasileira . São Paulo: Hucitec, 1993. SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano . 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e Urbanização . , 16 ed. São Paulo: Contexto, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CARLOS, Ana F.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria E. B. A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios . 1. ed. 2º reimp. São Paulo: Contexto, 2011. CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade . 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. MUNIZ, A. A extensão universitária e a geografia escolar na difusão das trajetórias urbano-industriais no espaço-tempo. Pesquisar: UFSC .2018. p.4-20 SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado . 6 ed.São Paulo: Hucitec, 2008. ROLNIK, Raquel. O que é cidade . 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade . uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural . São Paulo: Expressão Popular, 2006. SINGER, Paul. Economia política da urbanização . São Paulo: Contexto, 2012. VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil . São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2118	EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA	75
EMENTA		
<p>Perspectivas da Filosofia da Ciência. A natureza, o ser e a razão. Espaço e pensamento: geofilosofia. O método científico. Correntes teórico-metodológicas na Geografia: positivismo, neopositivismo, materialismo histórico dialético, fenomenologia e tendências pós-modernas. Categorias e conceitos geográficos: espaço geográfico, território, ambiente, paisagem, lugar, região, rede e escala. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender as bases filosóficas do conhecimento geográfico e sua sistematização e estruturação teórico-metodológica e conceitual inerentes ao ensino e à pesquisa em Geografia.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CASTRO, I. E. <i>et al</i> (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.</p> <p>MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Orgs.) Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.</p> <p>MOREIRA, R. Pensar e ser em Geografia. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.</p> <p>SPOSITO, E. S. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 2001.</p> <p>GODOY, P. R. T. (Org.) História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.</p> <p>HARVEY, D. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1994.</p> <p>MOREIRA, R. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>KOCHHANN, A. Epistemologia da extensão universitária: constructos contra-hegemônicos. Goiânia: Kelps, 2021.</p> <p>MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro. Vol 1: As matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro. Vol 2: As matrizes da renovação. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro. Vol 3: As matrizes brasileiras. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>OLIVA, A. Filosofia da Ciência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.</p> <p>VITTE, A. C. (Org.) Contribuições à história e à epistemologia da Geografia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.</p> <p>VON BERTALANFFY, Ludwig. Teoria geral dos sistemas. GUIMARÃES, Francisco (trad.). Petrópolis: Vozes, 2010.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1401	GEOMORFOLOGIA	75
EMENTA		
<p>Introdução a Geomorfologia: objetivo e campo da geomorfologia. Principais teorias geomorfológicas e conceitos fundamentais. Agentes e processos de formação do relevo. Conceitos de morfoestruturas e morfoesculturas. Classificação e caracterização do relevo brasileiro. Dinâmica de vertentes e movimentos de massa. Geomorfologia fluvial e costeira. Geomorfologia do Quaternário, mudanças ambientais e processos tecnogênicos. Geomorfologia ambiental: metodologia e perspectivas. Metodologia de análise de sistemas geomorfológicos. Mapeamento geomorfológico. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Analisar os fatores responsáveis pela evolução das formas de relevo terrestre, os processos, as feições geomorfológicas e o papel da interferência antrópica nos sistemas geomorfológicos. Propiciar práticas laboratoriais e metodologias de análise de sistemas geomorfológicos e mapeamento geomorfológico.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo: Edgard Blücher, 1980. CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. Geomorfologia do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2003. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (Orgs.) Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (Orgs.) Geomorfologia e Meio Ambiente. Editora Bertrand Brasil. 1996. ROSS, J. L. S. Geomorfologia: Ambiente e Planejamento. Contexto. São Paulo. 1990.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais. Florianópolis: UFSC, 1994. v. I, II e III. FLORENZANO, Tereza Gallotti (org.). Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: Editora CRV, 2016. GUERRA, A. J. T. Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico. Editora Bertrand Brasil. 648p. 1997. GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. Geomorfologia: Exercícios, Técnicas e Aplicações - Editora Bertrand Brasil. 2000. ROSS, J. L. S. EcoGeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. SUERTEGARY, D. M. A, Terra feições ilustradas. Porto Alegre: Editora UFRGS 2003.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1402	SENSORIAMENTO REMOTO E INTERPRETAÇÃO DE IMAGENS	60
EMENTA		
História do Sensoriamento Remoto. Conceitos básicos do sensoriamento remoto. Princípios físicos do sensoriamento remoto. Sistemas sensores. Comportamento espectral de alvos. Interpretação e Classificação de Imagens Processamento de Imagens. Sensoriamento Remoto do Ambiente, Modelo Numérico do Terreno. Sensoriamento Remoto no ensino de Geografia. Práticas laboratoriais. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Fornecer os fundamentos teóricos-metodológicos e técnicos relacionados ao Sensoriamento Remoto do Ambiente, aplicados aos processos de análise e compreensão do espaço geográfico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FLORENZANO, Teresa Galloti. Iniciação em sensoriamento remoto . 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. LOCH, Carlos. A interpretação de imagens aéreas: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais . 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2008. MOREIRA, Maurício A. Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação . 4. ed. Viçosa: UFV, 2011. NOVO, Evelyn M. L. de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações . 4. ed. rev. São Paulo: Edgard Blücher, 2010. VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org). Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório . 2. ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ALMEIDA, C. M.; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio M. V. (Org.) Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual . São Paulo: Oficina de Textos, 2007. BLASCHKE, Thomas; KUX, Hermann (Org.). Sensoriamento Remoto e SIG avançados . 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. COELHO, Luiz; BRITO, Jorge L. Fotogrametria digital . 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. GAMBOA, José Manuel Millán. Fundamentos de fotogrametría aérea . Cádiz, España: JME, 2006. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016. JENSEN, John. Sensoriamento remoto do ambiente . São José dos Campos: Parêntese, 2009. JENSEN, John. Introductory Digital Image Processing . 3. ed. New York: Prentice Hall, 2004. LILLESAND, Thomas; KIEFER, Ralph W.; CHIPMAN, Jonathan W. Remote sensing and image interpretation . 6. ed. John Wiley & Sons., 2007. LIU, William Tse Horng. Aplicações de sensoriamento remoto . Campo Grande: Ed UNIDERP, 2007. PONZONI, Flávio Jorge; SHIMABUKURO, Yosio; KUPLICH, Tatiana Mora. Sensoriamento remoto da vegetação . 2. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2012.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	OPTATIVO II	60
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2223	ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL	75
EMENTA		
Formação do Estado Moderno, constituição do sistema-mundo moderno-colonial e as transformações resultantes do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em escala mundial. Formação, situação atual e dinâmica de integração e fragmentação operadas pelo processo de globalização/mundialização. Agências multilaterais, organismos de cooperação internacional, novo imperialismo, ordenamento e disputa territorial. O papel das Guerras na construção de cenários geopolíticos mundiais. Organização do espaço mundial e os dilemas do ensino de geografia. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Estudar os principais fatores responsáveis pelos processos de desenvolvimento geograficamente diferencial e articulado do capitalismo, suas dinâmicas de integração e fragmentação atuais, o papel dos agentes hegemônicos da economia e a (re)criação de territorialidades emergentes que informam dinâmicas outras de ser e estar no espaço mundial.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARRIGHI, G. O longo século XX . São Paulo: Contraponto/Unesp, 1994. DURAND, Marie-françoise et al. Atlas da Mundialização – Compreender o Espaço Mundial Contemporâneo . São Paulo: Saraiva, 2009. HAESBAERT, Rogério (Org.). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo . 2. ed. Niterói: UFF; Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; HAESBAERT, Rogério. A nova des-ordem mundial . São Paulo: Editora UNESP, 2006. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal . Rio de Janeiro: Record, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores . São Paulo: Boitempo, 2000. BORON, Atílio (org.). Nova Hegemonia mundial: Alternativas de mudança e movimentos sociais . Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004. BECKER, Bertha K., EGLER, Cláudio A. G. Brasil: uma potência regional na economia mundo . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . São Paulo: Paz e Terra, 1999. CECEÑA, Ana Esther (org.). Hegemonias e emancipações no século XXI . Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016. HARVEY, David. O novo imperialismo . São Paulo: Edições Loyola, 2004. HOLLOWAY, John. Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje . São Paulo: Viramundo, 2003. MÉSZÁROS, István. Para além do capital . São Paulo: Editora Boitempo, 2002. VESENTINI, José William. Novas Geopolíticas: As representações do Século XXI . São Paulo: Contexto, 2005.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2224	GEOGRAFIA CULTURAL	75
EMENTA		
<p>Gênese e diversidade da Geografia Cultural. O conceito de cultura nas Ciências Humanas e Sociais. Identidade, representações do espaço e pertencimento. O sujeito e seu lugar no mundo. O vivido e perspectivas simbólicas de análise do espaço geográfico. Diversidade cultural, relações étnico-raciais, povos e comunidades tradicionais. Debates contemporâneos sobre Geografia, cultura e diversidade. Estudos culturais e sua relação com levantamentos, reconhecimentos de caráter geográfico e o planejamento. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender a cultura, seus princípios e fundamentos, como elementos constitutivos da produção do espaço.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas simbólicas. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). Geografia Cultural: uma antologia (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). Geografia Cultural: uma antologia (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. HARVEY, David. Condição pós-moderna. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. SOJA, Edward W. Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>ARENDDT, Hannah. A condição humana. 11. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas. 4.ed. São Paulo: Editora da USP, 2003. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Cinema, música e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989. HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. HAESBAERT, Rogerio. O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. 7.ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012 LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. RIBEIRO, Darcy. O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 9. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. TUAN, Yi-Fu. Paisagens do medo. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.</p>		
Número de unidades de avaliação		1



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1436	HIDROGEOGRAFIA	75
EMENTA		
<p>Ciclo Hidrológico. Disponibilidade hídrica do planeta. Crise ambiental das águas. Princípios e Conceitos da Hidrogeografia. Morfometria de Bacias Hidrográficas. Dinâmica Fluvial: escoamento fluvial, transporte de sedimentos, geometria de canais, perfil longitudinal. Política e Sistema Nacional e estaduais de gestão de Recursos Hídricos. Regionalização Hidrográfica Brasileira. Instrumentos da Gestão de RH. Participação Social e Comitês de Bacia. Ciclo das Águas e o Ensino de Geografia, Ciclo das águas e a Arte. Prática pedagógica como componente curricular. Práticas de laboratório e de trabalho de campo. Prática extensionista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Conscientizar os participantes sobre a “crise ambiental das águas”. Compreender as dinâmicas sistêmicas da hidrosfera. Identificar a distribuição dos corpos hídricos e as inter-relações entre água e o ambiente. Evidenciar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Discutir distintas concepções do uso dos recursos hídricos. Desenvolver práticas pedagógicas da temática hidrológica.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CHRISTOFOLLETI, A. Geomorfologia fluvial. São Paulo: Edgard Blucher, 1981. MACHADO, P.J.O & TORRES, F.T.P. Introdução à Hidrogeografia. São Paulo. CENGAGE Learning. 2012. MAGALHÃES JÚNIOR. A. P. Indicadores ambientais e recursos hídricos. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. Recursos Hídricos no Séc. XXI. 1ª Edição. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. TUCCI, C. E. M. Inundações urbanas. Porto Alegre: ABRH, 2007.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>CHRISTOFOLLETI, A. Geomorfologia. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1980. CUNHA, S.B. & GUERRA, A.J.T. (orgs). Geomorfologia do Brasil. 5ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. ESTEVES, F. A. Fundamentos de Limnologia. 3.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011. GUERRA A. J.T & CUNHA S.B. (org.) Geomorfologia e meio ambiente. 10ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: Editora CRV, 2016. REBOUÇAS, A.; BRAGA, G.; TUNDISI, J. G. Águas doces do Brasil. 3ªed. São Paulo: Escrituras, 2006. RIBEIRO, W.C. Geografia política das águas. São Paulo: Annablume, 2008. TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R. & TAIOLI, F. Decifrando a Terra. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. Limnologia. 1ª Edição. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. VITTE, A.C. & GUERRA, A.J.T. (orgs) Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1437	BIOGEOGRAFIA	75
EMENTA		
História e princípios biogeográficos. A biosfera e as relações de interdependência. Mudanças da Terra ao longo da escala geológica do tempo. Distribuição dos seres vivos, fatores responsáveis. Os grandes biomas e biocenoses terrestres e sua distribuição espacial no mundo e no Brasil. Princípios da taxonomia animal e vegetal. Zonas biogeográficas. Leitura e interpretação de mapas temáticos relativos a biogeografia. Práticas pedagógicas como componentes curriculares. Práticas de laboratório e de trabalho de campo. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Identificar os fundamentos teórico-metodológicos e conceitos que constituem os campos de conhecimento da Biogeografia. Analisar os fatores responsáveis pela distribuição espacial e temporal dos seres vivos na superfície terrestre.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AB’SABER, A. N. Domínios da Natureza do Brasil: Potencialidades paisagísticas . 6ª ed. São Paulo: Ateliê, 2010. BROWN, J. H.; LOMOLINO, M. V. Biogeografia . Sunderland: Sinauer, tradução Editora Funpec. 2ªed. Ribeirão Preto, 2006. CARVALHO, C. J. B. DE & E. A. B. ALMEIDA (Orgs.) Biogeografia da América do Sul: padrões & processos . São Paulo, Editora Roca. 2011. COX, C. Barry; MOORE, Peter. Biogeografia – uma abordagem ecológica e evolucionária . Rio de Janeiro; LTC, 2009. FIGUERÓ, A. Biogeografia: dinâmicas e transformações da natureza . São Paulo: Oficina de Textos, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BRANCO, Samuel Murgel. Eossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente . 2ª ed. São Paulo: Edgar Blucher, 1999. CONTI, J. B.; FURLAN, S. A. Geoecologia: o Clima, os Solos e a Biota. In: ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil . 6ªed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2009. DARWIN, Charles. A origem das espécies e a seleção natural . São Paulo: Madras, 2004. FURLAN, S. A. Técnicas de Biogeografia. In: VENTURI, L. A. B. Praticando Geografia: Técnicas de campo e laboratório . 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016. LEWINSOHN, T. M. & PRADO, P. I. Biodiversidade Brasileira: síntese do estado atual do conhecimento . São Paulo: Contexto, 2002. PERONI, Nivaldo; HERNÁNDEZ, Malva Isabel Medina. Ecologia de populações e comunidades . – Florianópolis: CCB/EAD/UFSC, 2011. QUAMMEN, D. O Canto do Dodô . Biogeografia de Ilhas numa era de Extinções. Editora Companhia das Letras, 2008. ROMARIZ, Dora de Amarante. Biogeografia: temas e conceitos . 1ª ed. São Paulo: Scortecci, 2008 TROPMAIR, H. Biogeografia e Meio Ambiente . 9ª edição. Rio Claro, Graff Set., 2012.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1439	GEOPROCESSAMENTO	60
EMENTA		
Conceitos fundamentais de Geoprocessamento; Representações computacionais do Espaço Geográfico; Consulta e elaboração de dados geográficos; Funções de manipulação e cruzamento de dados vetoriais e matriciais; Aplicação do geoprocessamento no planejamento socioespacial: mapeamento e análise de temas sociais e ambientais.		
OBJETIVO		
Utilizar as tecnologias de geoprocessamento como ferramentas de planejamento e desenvolvimento de projetos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FERREIRA, Marcos César. Iniciação à análise geoespacial: teoria, técnicas e exemplos para geoprocessamento . São Carlos, SP: Ed. Unesp, 2014. 343 p. (Geoprocessamento; 1). FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação . São Paulo : Oficina de Textos, 2008. MIRANDA, José Iguelmar. Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas . Viçosa: UFV, 2010. MOURA, Ana Clara Mourão. Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano . 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. SILVA, Jorge X. da; ZAIDAN, Ricardo T. (org.). Geoprocessamento & análise ambiental: aplicações . 5. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ALMEIDA, C. M.; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio M. V. (Org.) Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual . São Paulo: Oficina de Textos, 2007. BLASCHKE, Thomas; KUX, Hermann (Org.). Sensoriamento Remoto e SIG avançados . 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. FLORENZANO, Teresa Galloti. Iniciação em sensoriamento remoto . 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. MOREIRA, Maurício A. Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação . 4. ed. Viçosa: UFV, 2011. NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações . 4. ed. rev. São Paulo: Edgard Blücher, 2010. VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org). Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório . 2. ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2009.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2225	PESQUISA EM GEOGRAFIA	60
EMENTA		
Construção do objeto na pesquisa geográfica. Aspectos fundamentais da pesquisa científica. Pesquisa qualitativa, quantitativa e de método misto. Trabalho com fontes primárias e secundárias na pesquisa geográfica. Técnicas de redação do projeto e do relatório de pesquisa. Elaboração de projeto de pesquisa para execução no Trabalho de Conclusão de Curso.		
OBJETIVO		
Produzir conhecimento geográfico por meio da pesquisa acadêmica e orientar os discentes para a produção da pesquisa de conclusão de curso e estudos posteriores.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CRESWELL, John. Projeto de pesquisa : métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. MARAFON, Gláucio José et al (Orgs.). Pesquisa Qualitativa em Geografia : reflexões teórico- conceituais e aplicadas. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. v. 1. 542p . RAMIRES, Júlio César Lima (Org.) ; PESSÔA, V. L. S. (Org.). Geografia e Pesquisa Qualitativa : nas trilhas da investigação. 1a. ed. Uberlândia -MG: Assis Editora, 2009. v. 0. 544p . ROGERSON, Peter A. Métodos estatísticos para a geografia : um guia para o discente. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 348 p. VENTURI, Luis A. B. (org.). Praticando Geografia : técnicas de campo e laboratório. 2. ed. São Paulo: oficina de textos, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BAQUERO, Marcello. A pesquisa quantitativa nas ciências sociais . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som : um manual prático. 11. ed. Petrópolis, 2013. ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa . Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de Investigações em Ciências Sociais . 10. ed. Lisboa: Gradiva, 2008. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia : contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais : a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.		
Número de unidades de avaliação		1



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1066	PLANEJAMENTO TERRITORIAL	60
EMENTA		
Planejamento e gestão urbano e rural. Estatuto da Cidade. Direitos à cidade: limites e possibilidades da lei e da gestão. Implementação de Zonas Especiais de Interesse Social no quadro habitacional brasileiro. Conteúdo e procedimentos de elaboração dos planos diretores. Construção e implementação de um programa de gestão integrada. A construção de uma política fundiária. Noções de planejamento territorial rural. O planejamento e a política dos territórios rurais e da cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Prática de trabalho de campo.		
OBJETIVO		
Compreender o território como produto das relações sociais territorializadas e como abordagem teórico-conceitual capaz de oferecer ao geógrafo leituras abrangentes acerca dos processos inerentes à produção do espaço.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANJOS, Rafael Sanzio de Araújo dos. Dinâmica Territorial . Brasília: Editora Mapas & Consultoria, 2009. BRASIL. Ministério Da Integração Nacional. Para pensar uma política nacional de ordenamento do território. Brasília, 2005. GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional . São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003. SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade do início do século XXI . São Paulo: Record, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BRASIL (Câmara dos Deputados). Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos . Brasília, 2001. ROLNIK, R. A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo . São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997. SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: Teoria e Prática . São Paulo: Oficina de Textos, 2004. THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. Atlas do Brasil: Disparidades e dinâmicas do território . São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005. VILLAÇA, F. Espaço Intra-urbano no Brasil . São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincon Institute, 1998.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX741	PLANEJAMENTO AMBIENTAL	60
EMENTA		
<p>A Geografia no Planejamento. Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Análise Ambiental como instrumento para a sustentabilidade; objetos da análise: meio físico, biótico, antrópico. Categorias fundamentais da Análise Ambiental. Planejamento ambiental: regulação, controle e fiscalização. Gestão, manejo e conservação dos recursos ambientais. Atuação do Geógrafo(a) no diagnóstico ambiental. Gestão Territorial e Planejamento Ambiental no Brasil. Prática de trabalho de campo.</p>		
OBJETIVO		
<p>Contextualizar os principais conceitos relacionados à temática ambiental. Abordar as principais metodologias de análise ambiental destacando a função do geógrafo nos estudos ambientais. Expor a legislação existente, normas e resoluções, organismos e instrumentos que sustentam a política ambiental brasileira.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>GUERRA, Antonio Jose Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. A Questão Ambiental: Diferentes abordagens. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.</p> <p>GUERRA, Antonio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. Geomorfologia ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.</p> <p>LEFF, Enrique et al. (Coord.). A Complexidade Ambiental. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>ALMEIDA, J. R. Gestão ambiental: para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Thex, 2006.</p> <p>BRANCO, S. M. Ecossistêmica: Uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.</p> <p>CHRISTOFOLETTI, A. Análise de sistemas em Geografia. São Paulo: HUCITEC, 1979.</p> <p>CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Avaliação e Perícia Ambiental. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.</p> <p>ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C.; PHILIPPI JR., A. Curso de gestão ambiental. Barueri: Manole, 2004.</p> <p>TAUK, Sâmia Maria (Org.). Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1995.</p> <p>VERDUM, R. et al. RIMA – Relatório de Impacto Ambiental: Legislação, elaboração e Resultados. 3. ed. ampl. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1995.</p> <p>VILLAÇA, Flávio. Uso do solo urbano. São Paulo: CEPAM, 1978.</p> <p>ZMITROWICE, W. Planejamento urbano: conceituação e a prática. São Paulo: Edusp, 1992.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS367	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	45
EMENTA		
Introdução ao licenciamento ambiental. Histórico do licenciamento ambiental no Brasil. Legislação aplicável ao licenciamento ambiental. Licenças, etapas e instrumentos de licenciamento ambiental. Procedimentos para licenciamento ambiental. Empreendimentos que necessitam de licenciamento. Participação da comunidade no processo de licenciamento ambiental. Monitoramento e fiscalização ambiental.		
OBJETIVO		
Conhecer as etapas, os instrumentos e a legislação aplicável ao licenciamento ambiental.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
TRENNEPOHL, Curt; DORNELLES, Terence. Licenciamento Ambiental . Niterói-RJ: Impetus, 2007. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA no 237 de 19 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente . DOU, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 1997. p. 30.841-30.843. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA nº01 de 23 de janeiro de 1986 . Define as responsabilidades, fixa critérios básicos e estabelece as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de impacto Ambiental . DOU, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 fev. 1986. p. 2548-2549. CUNHA, Sandra Batista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). Avaliação e Perícia Ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 294p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
SALGADO, F.G.A. e PALHARES, M. O uso do Licenciamento Ambiental como recurso Gerencial . In: <i>Ambien- te</i> , vol. 7, no 1, 1993. BAPTISTA, Fernando e LIMA, André- Licenciamento Ambiental e a Resolução CONAMA 237/97 . <i>Revista de Direito Ambiental</i> , n.12, 1998. ÁVILA, Edna Leite e ALMEIDA, F. Monteiro. O Estudo do impacto ambiental . <i>Licenciamento, Responsabilidade Criminal</i> . <i>Revista do Ministério Público</i> . Porto Alegre-RS. 27: 179/180. 1992.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS366	EMPREENDEDORISMO	45
EMENTA		
O perfil empreendedor, características e necessidades. Empreendedorismo no Brasil e no mundo. O processo do empreendedorismo. Intraempreendedorismo: modelos e condicionantes. Plano de Negócios: estrutura e componentes.		
OBJETIVO		
Desenvolver a visão crítica dos alunos sobre oportunidades de negócios através do conhecimento sobre empreendedorismo, análise dos pontos críticos para início de um empreendimento e suas recompensas. Comparar e diferenciar os conceitos de empreendedorismo e intraempreendedorismo. Compreender os passos para a elaboração de um plano de negócios.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios . Rio de Janeiro-RJ: Campus, 2008. DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. SALIM, C. S.; SILVA, N. C. Introdução ao empreendedorismo: despertando a atitude empreendedora . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. SALIM, C. S. Construindo planos de empreendimentos: negócios lucrativos, ações sociais e desenvolvimento local . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BIRLEY, S.; MUZYKA, D. F. Dominando os desafios do empreendedor: o seu guia para se tornar um empreendedor . São Paulo: Prentice-Hall, 2004. CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor . São Paulo: Saraiva, 2004. COPANS, R. Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática . São Paulo: UNESP, 2005. DEGEN, R. J. MELLO, A. A. A. O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial . São Paulo: Makron Books, 2005. DOLABELA, F. O segredo de Luísa . São Paulo: Cultura, 2006. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo corporativo . Rio de Janeiro-RJ: Campus, 2008. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades dos empreendedores de sucesso . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. FILION, L. J. Boa idéia! E agora? São Paulo: Cultura, 2004. OSTERWALDER, A. Business Model Generation: inovação em modelos de negócios . Rio de Janeiro: Alta Books, 2011. SALIM, C. S. et. al. Construindo planos de negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2227	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	120
EMENTA		
Concepção e desenvolvimento supervisionado da pesquisa em Geografia. Produção de monografia com temática relacionada ao perfil do egresso do curso e defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.		
OBJETIVO		
Discutir bases teóricas para elaboração, redação e desenvolvimento da pesquisa na área de Geografia, sob orientação de um docente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de Investigações em Ciências Sociais . 10. ed. Lisboa: Gradiva, 2008. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. VENTURI, Luis A. B. (org.). Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório . 2. ed. São Paulo: oficina de textos, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BAQUERO, Marcello. A pesquisa quantitativa nas ciências sociais . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático . 11. ed. Petrópolis, 2013. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa . Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. MARAFON, Gláucio José et al (Orgs.). Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico- conceituais e aplicadas . 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. v. 1. 542p . ROGERSON, Peter A. Métodos estatísticos para a geografia: um guia para o discente . 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 348 p. SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico . São Paulo: Editora da UNESP, 2004. TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação . São Paulo: Atlas, 1987.		
Número de unidades de avaliação		1



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2228	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	210
EMENTA		
<p>Vivência de situações pré-profissionais nas áreas de atuação do geógrafo e preparo para o exercício profissional. Incorporação de situações-problema e experiências profissionais dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Trabalhos práticos de observação, pesquisa e intervenção técnico-científica sob a supervisão de um profissional responsável. Código de ética profissional. Fundamentos éticos e as condutas necessárias à boa e honesta prática da profissão. Elaboração de relatório de estágio.</p>		
OBJETIVO		
<p>Inserir os estudantes em atividades relacionadas às atribuições e atuação profissional do Geógrafo.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BRASIL. Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979. Disciplina a profissão de Geógrafo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jun 1979.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 85.138, de 15 de setembro de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 set 1980.</p> <p>BRASIL. Lei nº 7.399, de 04 de novembro de 1985. Altera a redação da Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 nov 1985.</p> <p>CREA. Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016. Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema CONFEA/CREA para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de abril de 2016.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Manual de trabalhos acadêmicos. Organização: Daniele Rosa Monteiro, Suelen Spindola Bilhar, Daniele Rohr, Jane Lecardelli; revisão: Gabriel Nagatani. 3. ed. rev., atual. e ampl. Chapecó: Sistema de Bibliotecas da UFFS, 2024.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>Demais bibliografias dependem da área de realização do estágio.</p> <p>DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



8.8.2 Componentes curriculares com oferta variável na estrutura curricular

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB582	AValiação DE IMPACTOS AMBIENTAIS	45
EMENTA		
Conceito de impacto ambiental, suas causas e conseqüências; Estudo de Impactos Ambientais (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA); Estudos Simplificados de Impactos Ambientais.; Indicadores ambientais; Análise de Ciclo de vida. Análise de risco; Ações mitigadoras e compensatórias; Programa de atuação emergencial; Auditoria ambiental Audiência Pública; Perícia Ambiental.		
OBJETIVO		
Desenvolver o conhecimento específico dos conceitos que envolvem o tema, das Técnicas de avaliação de impacto ambiental e das questões práticas de desenvolvimento de projetos na área ambiental e as respectivas implementações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARLETTO, Marcia Regina. Avaliação de impacto tecnológico: reflexões, fundamentos e práticas. Curitiba: Ed. UTFPR, 2011.v (disponível Biblioteca de Chapeco) FOGLIATTI, Maria Cristina; FILIPPO, Sandro; GOUDARD, Beatriz. Avaliação de Impactos Ambientais: Aplicação aos Sistemas de Transporte. Editora Interciência, 2004. 249 p. GUERRA, Antônio Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Organizador). Impactos ambientais urbanos no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. SANCHEZ, L. H. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2008. 495 p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Avaliação e Perícia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX735	CLIMATOLOGIA II	60
EMENTA		
Clima e Agricultura. Clima urbano. Clima e saúde humana. Bioclimatologia. Clima e desastres. A Geografia do Clima. Prática laboratorial.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos discentes uma visão das diferentes temáticas da climatologia e suas inter-relações com a sociedade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AMORIM, M.C.C.T.; SANT'ANNA NETO, J.L.; MONTEIRO, A. Climatologia Urbana e Regional . São Paulo: Outras Expressões, 2013. GARTLAND, LISA. Ilhas de calor – como mitigar zonas de calor . São Paulo: Oficina de textos, 2010. OJIMA, R. & MARANDOLA JR., E. Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social . 1. ed. São Paulo: Blucher, 2013 RIBEIRO, H. Geoprocessamento e Saúde, muito além de mapas . 1. ed. Barueri: Manole, 2017. ROGERSON, Peter A. Métodos estatísticos para geografia: um guia para o discente . 3.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CHRISTOPHERSON, R. W. Geossistemas – Uma Introdução à Geografia Física . 7ªed. Editora: BOOKMAN, 2011. GARCÍA, FERNÁNDEZ F. Manual de climatologia aplicada: clima, medio ambiente y planificación . Madrid: Editorial síntesis, S.A., 1995. 285p. HOGAN, D. J. (Org.); MARANDOLA JR., E. (Org.). População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais . 1. ed. Campinas: NEPO/UNFPA, 2009. MONTEIRO C. A. de F., MENDONÇA, F. Clima Urbano . São Paulo: Contexto, 2003. 192p. PEIXOTO, A. Clima e saúde . Cia Nacional, 1938. RIBEIRO, H.. Olhares Geográficos: meio ambiente e saúde . 1. ed. São Paulo: SENAC, 2005. SANT'ANNA NETO, J. L.; ZAVATTINI, J. A. Variabilidade e Mudanças Climáticas: Implicações Ambientais e Mudanças Climáticas . Maringá: Eduem, 2000. 259p. VEYRET, Y. Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente . São Paulo: Contexto, 2007.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS592	DIREITO AMBIENTAL	30
EMENTA		
Panorama legal da questão ambiental. Legislação e normas ambientais nacionais, estaduais e municipais. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. Política nacional do meio ambiente. Evolução do Direito Ambiental. Lei dos crimes ambientais e responsabilidade civil e criminal. Resoluções CONAMA.		
OBJETIVO		
Discutir os princípios éticos envolvidos na questão ambiental, conhecer a política e a legislação nacional voltada às questões do meio ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. Direito do meio ambiente e participação popular . Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Brasília, 1994. ANTUNES, Paulo de Bessa. Curso de direito ambiental: doutrina, legislação e jurisprudência . Rio de Janeiro: Renovar, 1990. MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro . São Paulo: Malheiros, 1994.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BENJAMIN, Antonio H. V. (Org.). Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão . São Paulo: RT, 1993. DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico . São Paulo: Max Limond, 1997. FLORES, Maria do Socorro Flores. O meio ambiente e a proteção dos recursos florestais no Pará: uma abordagem jurídica . Belém: UFPA/FFA, 1999. MILARÉ, Édís; BENJAMIN, Antonio Herman V. Estudo prévio de impacto ambiental: teoria, prática e legislação . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1993.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB583	ECOLOGIA I	60
EMENTA		
A ecologia e domínio. Ecologia como ciência. Princípios fundamentais em ecologia. O ambiente físico e sua influência sobre os seres vivos. Escalas temporais e espaciais em ecologia. Ecologia de ecossistemas: o fluxo de energia e o ciclo dos nutrientes. Cadeias tróficas e produtividade. Bens e serviços ecossistêmicos. Condições ambientais e disponibilidade de recursos. Histórias de vida e alocação de recursos. Ecologia de populações: crescimento e regulação populacional. Distribuição espacial e temporal de populações. Metapopulações.		
OBJETIVO		
Proporcionar ao aluno conhecimento para analisar os fenômenos naturais relacionados aos fluxos de energia e os ciclos dos nutrientes. Compreender a dinâmica dos do crescimento, regulação e distribuição das populações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
RICKLEFS, R.E. A economia da natureza . 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. TOWNSEND, C. R., BEGON, M., HARPER, J. L. Fundamentos em Ecologia . 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. PRIMACK, R. B.& RODRIGUES, E. Biologia da Conservação . Londrina: Planta, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BEGON, M.; HARPER, J.L.; TOWNSEND, C.R. Ecology: individuals, populations and communities . 3. ed. Boston: Blackwell, 1996. 1068p. KREBS, C.J. Ecology: the experimental analysis of distribution and abundance . 5. ed. San Francisco: Benjamin Cummings, 2001. 695p. RICKLEFS, R.E. & MILLER, G.L. Ecology . 4. ed. New York: W.H. Freeman, 2000. 822p.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1059	FORMAÇÃO ESPACIAL BRASILEIRA	60
EMENTA		
Mercantilismo, colonialismo e a formação socioespacial brasileira. Brasil Império, poder oligárquico e colonialidade. República Nova, Período militar e as implicações socioespaciais dos projetos nacional-desenvolvimentistas. Governos democráticos: neoliberalismo, (neo) desenvolvimentismo e uso do território. Fundamentos da formação socioespacial do sul do Brasil. Leitura e interpretação de mapas.		
OBJETIVO		
Subsidiar os componentes curriculares do Domínio Específico. Compreender a Geografia do Brasil a partir da sua formação socioespacial e de sua geo-história.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária . São Paulo: Perseu Abramo, 2000. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). O Brasil republicano . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 26 ed, Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo . São Paulo: Companhia das Letras, 2011. SILVEIRA, Marcio R.; LAMOSO, Lisandra P.; MOURÃO, Paulo F. C. (org.) Questões nacionais e regionais do território brasileiro . São Paulo: Expressão Popular, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. O movimento operário na Primeira República . Rio de Janeiro: Zahar, 2000. BECKER, Bertha K. et al (orgs.) Geografia e Meio Ambiente no Brasil . São Paulo: Hucitec. BECKER, Bertha K; EGLER, Claudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo . 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. FURTADO, Celso. Análise do 'Modelo' Brasileiro . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org). O Brasil imperial . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. MOREIRA, Ruy. Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica a Geografia do Brasil . Rio de Janeiro: Consequencia, 2012. TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64 . São Paulo: Brasiliense, 1982. SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). Brasil: um século de transformações . São Paulo: Companhia das Letras, 2001.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1060	GEOGRAFIA AGRÁRIA II	60
EMENTA		
Noções básicas sobre campo, rural e ruralidades. Relação campo-cidade. A multidimensionalidade e multiescalaridade da produção do espaço rural. Temas contemporâneos em Geografia Agrária.		
OBJETIVO		
Entender os processos geográficos da formação do espaço rural.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MARTINS, José de Souza. O cativo da terra . São Paulo: Editora Contexto, 2010. PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses . 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2012. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural . São Paulo: Expressão Popular, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia . São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011. 446 p. PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil . 43. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2012. 364 p. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. SABOURIN E. Organizações e sociedades camponesas: uma leitura através da reciprocidade . Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011. WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura . São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2011.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1061	GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA	60
EMENTA		
Geopolítica da ocupação europeia: povos originais, territorialidades e formação dos estados nacionais latino-americanos. Questões territoriais na América Latina. Paisagem, cultura e identidade latino-americana. Debate sobre as diferentes formas de integração. Caracterização das desigualdades na América Latina. Opção decolonial e territorialidades emergentes. Diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas. Leitura e interpretação de mapas temáticos.		
OBJETIVO		
Evidenciar aspectos de ordem político, econômico e cultural da formação territorial dos povos e dos países latino-americanos, bem como, compreender as diferentes formas de integração hegemônica e contra-hegemônica. Proporcionar aos acadêmicos o estudo sobre as diferentes paisagens e as territorialidades nos campos e nas cidades da América Latina.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e a América Latina . São Paulo, SP: Contexto, 2014. GALEANO, Eduardo H; As veias abertas da América Latina . Porto Alegre: L&PM, 2010. LE MOS, Amália Inês Geraiges de; ROSS, Jurandy Luciano Sanches; LUCHIARI, Ailton (orgs). América Latina: sociedade e meio ambiente . São Paulo: Expressão Popular, 2008. MIGNOLO, Walter. La idea de América Latina: La herida colonial y La opción decolonial . Barcelona: Gedisa Editorial, 2007. OLIC, Nelson Balic.; CANEPA, Beatriz. Geopolítica da América Latina . São Paulo: Moderna, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CORREA, Aureanice de Melo; OLIVEIRA, Márcio Piñon; COELHO, Maria Célia Nunes. (org.) O Brasil, América Latina e o Mundo: a espacialidades contemporâneas . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. AYERBE, Luis Fernando. Integração Latino Americana e Caribenha . São Paulo: IMESP, 2007. FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual . São Paulo: Expressão popular, 2008. FRIDMAN, Fania; ABREU, Maurício de Almeida (orgs). Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos . Rio de Janeiro: FAPERJ: Casa da Palavra, 2010. GALEANO, Eduardo H. A descoberta da América: que ainda não houve . 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1990. HOLLOWAY, John; SADER, Emir. Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje . São Paulo, SP: Viramundo, 2003 PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina . Revista Latinoamericana POLIS, n.31, 2012. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas . Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. SILVEIRA, Maria Laura (org.). Continente em chamas: globalização e território na América Latina . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. SCHWARTZ, Stuart B; LOCKHART, James. A América Latina na época colonial . 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1062	GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO	60
EMENTA		
Conceitos básicos de Geografia da População. O uso de dados demográficos para a Geografia. A espacialidade dos fenômenos populacionais. Mobilidade da população. O Estado e as políticas populacionais. Noções sobre constituição e dinâmicas da população brasileira. Leituras e interpretação de mapas temáticos relativos à dinâmica e a espacialidade dos fenômenos populacionais.		
OBJETIVO		
Oportunizar aos discentes condições para o entendimento da Geografia da População como instrumento de análise e interpretação do mundo atual a partir das inter-relações entre espaço e população.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DAMIANI, Amélia. População e Geografia . São Paulo: Contexto, 1991. PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.). Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios . Rio de Janeiro: Revan, 2005. ROLLET, Catherine. Introdução à Demografia . Porto: Porto Editora, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
COSTA, Heloisa; TORRES, Haroldo. População e Meio Ambiente: debates e desafios . São Paulo: SENAC-SP, 2000. MARTINS, Dora; VANALLI, Sônia. Migrantes . 6 ed. 1 reempr. São Paulo: Contexto, 2013. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009. PACHECO, Carlos Américo e PATARRA, Neide. Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil . Campinas: Unicamp Instituto de Economia, 2000. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . 9 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização . 19 ed. São Paulo: Record, 2011.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1063	GEOGRAFIA DA REGIÃO SUL	60
EMENTA		
O espaço geográfico da Região Sul como produção da formação territorial brasileira. Perspectivas sociais, econômicas, políticas e naturais da região sul. Questões ambientais emergentes da região sul.		
OBJETIVO		
Oferecer aos discentes leituras multidimensionais (econômicas, políticas, culturais e naturais) concernentes ao processo de produção do espaço na Região Sul do Brasil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
SUERTEGARAY, Dirce et al. Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. VIEIRA, Eupides Falcão. Geografia do Rio Grande do Sul: territorialidade, ambientes naturais e sociedade . Porto Alegre: Edigal, 2012. LENCIONI, S. Região e Geografia . São Paulo: Edusp, 1999.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BRANCHER, Ana (Org.). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional . São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003. ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil . 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000. SAQUET, M. A. Colonização italiana e agricultura familiar . 1. ed. Porto Alegre: EST Edições, 2002. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI . São Paulo: Record, 2001.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1064	GEOGRAFIA DO TURISMO	60
EMENTA		
Relação Geografia e Turismo: aspectos conceituais, teóricos e metodológicos. Turismo e organização espacial. Potencialidades geográficas do meio para o desenvolvimento da atividade turística. Abordagens da Geografia do Turismo no Brasil.		
OBJETIVO		
Discutir a relação entre Geografia e Turismo. Analisar a espacialidade da atividade turística em termos conceituais, teóricos e metodológicos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
LEMOS, Amália I. G. de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria L. (orgs.). América Latina: cidade, campo e turismo . Buenos Aires: CLACSO, 2006. PEARCE, Douglas G. Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens . São Paulo: Aleph, 2003. TREVIZAN, Salvador (Org.). Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local . Ilhéus: Editus – UESC, 2006. TULIK, Olga. Turismo rural . São Paulo: Aleph, 2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BENI, Mário C. Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira . São Paulo: Aleph, 2003. BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo . Campinas: Papirus, 1999. CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico Cultural . São Paulo: Aleph, 2002. KRIPPENFDORF, Jost. Sociologia do Turismo: uma nova compreensão do lazer e das viagens . 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009. LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2010.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH623	GEOGRAFIA DOS SOLOS	60
EMENTA		
O solo enquanto recurso natural. Pedogênese e fatores de formação do solo. Inter-relações entre morfogênese e pedogênese. Processos pedogenéticos. Constituintes do solo. Química e física do solo. Classificação e distribuição das principais classes pedológicas no Brasil. Erosão e fatores associados. Conservação do solo. Prática como componente curricular em região significativa à temática.		
OBJETIVO		
Compreender a pedogênese em seus aspectos físicos e químicos básicos e as relações com os diferentes tipos de solos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos . Rio de Janeiro: Embrapa, 2006. 306 p.		
GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. Erosão e Conservação dos Solos: conceitos, temas e aplicações . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 340 p.		
KER, J. C.; CURI, N.; SCHAEFER, C. E. G. R.; VIDAL-TORRADO, P. Pedologia: Fundamentos . Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2012. 343 p.		
LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos . 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. 216 p.		
SANTOS, R. D. et al. Manual de descrição e coleta de solo no campo . 5. ed. revisada e ampliada. Viçosa: SBCS/CNPS EMBRAPA, 2005. 92 p.		
RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S. B. de; CORREA, G. F. Pedologia: base para distinção de ambientes . 2. ed. revista e ampliada. Viçosa: NEPUT, 1997. 367 p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo . São Paulo: Ícone Editora. 1999. 355 p.		
ESPÍNDOLA, C. R. Retrospectiva crítica sobre a pedologia: um repasse bibliográfico . Campinas: Unicamp, 2008. 400 p.		
IBGE. Manual Técnico de Pedologia . 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. (Série Manuais Técnicos em Geociências, n. 4). Disponível online.		
IBGE; EMBRAPA SOLOS. Mapa de solos do Brasil . 1:5.000.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível online.		
LEPSCH, Igo F. 19 lições de pedologia . Oficina de Textos, 2011.		
QUEIROZ NETO, J. P. de. Geomorfologia e Pedologia. Revista Brasileira de Geomorfologia , v. 1, n. 1, 2000. p. 59-67.		
QUEIROZ NETO, J. P. de. O estudo de formações superficiais no Brasil. Revista do Instituto Geológico , v. 22, n. 1/2, São Paulo, 2001. p. 65-78.		
VIDAL-TORRADO, P.; LEPSCH, I. F.; CASTRO, S. S. de. Conceitos e aplicações das relações pedologia-geomorfologia em regiões tropicais úmidas. Tópicos Ci. Solo , v. 4, 2005. p. 145-192. Disponível online.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX736	GEOGRAFIA E PAISAGEM	60
EMENTA		
A paisagem na construção do pensamento geográfico. Diferença entre paisagem e natureza. Diferença entre paisagem e espaço. A paisagem na interface sociedade-natureza. A paisagem como expressão estética dos lugares. Abordagem paisagística na Geografia Física. Estética paisagística e Ética territorial. O direito à paisagem. O futuro da paisagem. Paisagem e ensino.		
OBJETIVO		
Compreender a paisagem como conceito operativo na Geografia, relevante ao desenvolvimento de pesquisas que tratam de temáticas de interface entre dinâmicas da natureza e dinâmicas da sociedade. Debater práticas pedagógicas no Ensino de Geografia a partir da paisagem como chave de leitura do espaço geográfico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Tradução Messias Modesto Passos. Maringá: Massoni, 2009. MATEO RODRÍGUEZ; SILVA, Edson Vicente da; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. Geocologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Editora UFC, 2004. SANTOS, D. G.; NUCCI, J. C. (Org.) Paisagens Geográficas: Um tributo a Felisberto Cavalheiro. Campo Mourão, 2009. SERRÃO, Adriana (coord.). Filosofia da Paisagem: uma antologia. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2013. VERDUM, Roberto (Org.). Paisagem: leituras, significados, transformações. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
AB'SABER, Aziz Nacib. Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-Grossense: patrimônios básicos. 2. ed. Cotia, SP: Ateliê, 2007. AB'SABER, Aziz. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. 6. ed. São Paulo: Atelier de arte, 2010. BERQUE, AUGUSTIN. Cinq propositions pour une theorie du paysage. Paris: Champ Vallon, 1994. CULLEN, Gordon. Paisagem urbana. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010. DARDEL, Eric. O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011. EMÍDIO, Teresa. Meio ambiente & paisagem. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2006. OLIVEIRA, Ana Rosa de. Tantas vezes paisagem. Rio de Janeiro, RJ: FAPERJ, 2007. RUA, João; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro; FERREIRA, Álvaro. Paisagem, espaço e sustentabilidade: uma perspectiva multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2007. SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. TUAN, Yi-Fu. Paisagens do medo. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1438	GEOGRAFIA E QUESTÃO AMBIENTAL	60
EMENTA		
A história da ideia de natureza no Ocidente. Limites ecológicos do sistema mundo moderno. Mitos ou equívocos da questão ambiental na contemporaneidade. Conceitos geográficos como chaves de interpretação ambiental. As teorias do desenvolvimento sustentável, do ecossocialismo, da ecologia política e da ecologia social. Educação ambiental. Legislação, planejamento e gestão ambiental. Geografia e questão ambiental no campo e na cidade. Leitura e interpretação de mapas temáticos.		
OBJETIVO		
Compreender a evolução da ideia de natureza no Ocidente. Abordar a construção política das principais abordagens sobre a questão ambiental. Apresentar e discutir temas relativos ao planejamento e à gestão ambiental, percorrendo temas atuais no tocante à relação Geografia e questão ambiental.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALIER, Joan M. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. PASSOS, Messias Modesto (Org.). Maringá: Massoni, 2009. LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. São Paulo: RCB, 2004. PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Os (des)caminhos do meio ambiente. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011. SANTOS, Rosely Ferreira. Planejamento Ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: D, P & A, 2001. BOOKCHIN, Murray. Ecologia social e outros ensaios. Org. e revisão da trad. Mauro J. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010., FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. O desafio ambiental. São Paulo: Record, 2004. LOUREIRO, Carlos F. B. O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006. MENDONÇA, Francisco. KOZEL, Salete (Org.). Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: UFPR, 2002. SACHS, Wolfgang (Org.). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. VEIGA, José Eli. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1065	GEOGRAFIA URBANA II	60
EMENTA		
Noções básicas sobre cidade, urbano e urbanização. Relação cidade-campo. A multidimensionalidade e a multiescalaridade da produção do espaço urbano. Temas contemporâneos em Geografia Urbana.		
OBJETIVO		
Entender os processos geográficos da formação do espaço urbano.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade: [o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?]. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2009 CASTELLS, Manuel. A questão urbana. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina. São Paulo: Outras Expressões, 2013. SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia da cidade. Goiânia: Alternativa, 2001. HEIDRICH, Álvaro Luiz; MAMMARELLA, Rosetta (Org.). Habitação e metrópole: representações e produção da cidade em disputa. Porto Alegre, RS: Imprensa Livre, 2014. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. MUMFORD, Lewis. A cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998. SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2008. VASCONCELOS, Pedro. Dois séculos de pensamento sobre a cidade. Salvador: Editus, 1999. VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. Cidades Pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais. São Paulo: editora Paco, 2012.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX737	GEOMORFOLOGIA AMBIENTAL	60
EMENTA		
Definição de Geomorfologia Ambiental. Geomorfologia em áreas urbanas e rurais. Planejamento e aplicações da Geomorfologia Ambiental. Feições Geomorfológicas e Ordenamento Territorial.		
OBJETIVO		
Analisar a questão ambiental sob o ponto de vista da Geomorfologia, tanto nos espaços urbanos como nos rurais, e sua relação com os planos de gestão e manejo dessas áreas		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARAÚJO, G. H de; ALMEIDA, J. R de; GUERRA, A. J. T. Gestão ambiental de áreas degradadas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. FLORENZANO, T. Geomorfologia : conceitos e tecnologias atuais . Oficina de Textos São Paulo, 2008. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). Geomorfologia e meio ambiente . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. ROSS, J. L. S. Geomorfologia, ambiente e planejamento . São Paulo: Contexto, 1990.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Geomorfologia do Brasil . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. A questão ambiental: diferentes abordagens . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). Impactos ambientais urbanos do Brasil . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia Ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia uma atualização de bases e conceitos . 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX738	GEOMORFOLOGIA FLUVIAL	60
EMENTA		
Introdução a Geomorfologia Fluvial: objetivo e campo da geomorfologia fluvial. A bacia hidrográfica e morfometria de bacias. Dinâmicas do escoamento fluvial. Transporte Fluvial de Sedimentos. Geometria de canais fluviais. Perfil Longitudinal de cursos d'água. Tipologia dos Canais Fluviais. Formas de Relevo Fluvial. Interfaces: Geotecnologias, Planejamento de Bacias e Geomorfologia Fluvial.		
OBJETIVO		
Conhecer as bases teórico-metodológicas da Geomorfologia Fluvial com vistas ao domínio dos procedimentos metodológicos aplicados à descrição e sistematização das dinâmicas de ambientes fluviais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia . São Paulo: Edgard Blücher, 1980. CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia Fluvial . São Paulo: Edgard Blücher, 1981. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (Orgs.) Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos . Rio de Janeiro: Bertrand, 1994. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. Geomorfologia - Exercícios, Técnicas e Aplicações - Editora Bertrand Brasil. 2000. ESTEVES, F. A. Fundamentos de Limnologia . Rio de Janeiro: Interciência, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais . Florianópolis: UFSC, 1994. v. I, II e III. CASSETI, V. Elementos de Geomorfologia . Goiânia, Ed. UFG, 1994. FLORENZANO, Tereza Gallotti (org.). Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. GUERRA, A. J. T. Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico . Editora Bertrand Brasil. 648p. 1997. GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. PENTEADO, M. M. Fundamentos de Geomorfologia . Rio de Janeiro: FIBGE, 1983. ROSS, J. L. S. EcoGeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental . São Paulo: Oficina de Textos, 2006. SUERTEGARY, D. M. A, Terra feições ilustradas . Porto Alegre: Editora UFRGS 2003.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX739	GEOPROCESSAMENTO/SIG E DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	45
EMENTA		
Introdução a Geomorfologia Fluvial: objetivo e campo da geomorfologia fluvial. A bacia hidrográfica e morfometria de bacias. Dinâmicas do escoamento fluvial. Transporte Fluvial de Sedimentos. Geometria de canais fluviais. Perfil Longitudinal de cursos d'água. Tipologia dos Canais Fluviais. Formas de Relevo Fluvial. Interfaces: Geotecnologias, Planejamento de Bacias e Geomorfologia Fluvial.		
OBJETIVO		
Conhecer as bases teórico-metodológicas da Geomorfologia Fluvial com vistas ao domínio dos procedimentos metodológicos aplicados à descrição e sistematização das dinâmicas de ambientes fluviais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia . São Paulo: Edgard Blücher, 1980. CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia Fluvial . São Paulo: Edgard Blücher, 1981. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (Orgs.) Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos . Rio de Janeiro: Bertrand, 1994. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. Geomorfologia - Exercícios, Técnicas e Aplicações - Editora Bertrand Brasil. 2000. ESTEVES, F. A. Fundamentos de Limnologia . Rio de Janeiro: Interciência, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais . Florianópolis: UFSC, 1994. v. I, II e III. CASSETI, V. Elementos de Geomorfologia . Goiânia, Ed. UFG, 1994. FLORENZANO, Tereza Gallotti (org.). Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. GUERRA, A. J. T. Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico . Editora Bertrand Brasil. 648p. 1997. GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. PENTEADO, M. M. Fundamentos de Geomorfologia . Rio de Janeiro: FIBGE, 1983. ROSS, J. L. S. EcoGeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental . São Paulo: Oficina de Textos, 2006. SUERTEGARY, D. M. A. Terra feições ilustradas . Porto Alegre: Editora UFRGS 2003.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB541	GESTÃO AMBIENTAL	30
EMENTA		
Problemas ambientais contemporâneos; Conceito de Desenvolvimento Sustentável; Manutenção do Capital Natural; Políticas Públicas Ambientais; As organizações e o Meio ambiente; Sistemas de Gestão Ambiental.		
OBJETIVO		
Fornecer aos acadêmicos uma introdução as bases conceituais e técnicas relativas a gestão ambiental.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAVALCANTI, C. (org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável . 5a ed. São Paulo: Cortez, 2012. DIAS, R. Gestão Ambiental. Responsabilidade social e sustentabilidade . 2aed. São Paulo: Atlas, 2011. MILLER, Jr. G. T. Ciência Ambiental . São Paulo: Cengage Learning, 2012. SEIFFERT, M.E.B. Gestão Ambiental . Instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3Aed. São Paulo: Atlas, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CURI, D. (org.). Gestão Ambiental . São Paulo: Pearson, 2011. MILLER, Jr. G. T; SPOOMAN, S. E. Ecologia e sustentabilidade . São Paulo: Cengage Learning, 2012.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB584	GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	60
EMENTA		
Histórico das áreas protegidas no Brasil e no mundo; O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); Políticas públicas para unidades de conservação; Critérios de escolha para criação de unidades de conservação; Elaboração e Implantação de Planos de Manejo; Gestão de Unidades de Unidades de Conservação; Unidades de Conservação e desenvolvimento Regional; Implantação e Manejo de Trilhas (uso público); Avaliação da efetividade das Unidades de Conservação.		
OBJETIVO		
Capacitar os acadêmicos sobre a gestão de unidades de conservação, apresentando as diferentes categorias e as possibilidades para a criação, implantação e manejo adequado dessas áreas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BENSUSAN, Nurit. Conservação da biodiversidade em áreas protegidas . Rio de Janeiro: FGV, 2006.		
DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. Arcas à deriva: Unidades de conservação no Brasil . Rio de Janeiro: Technical Books, 2013.		
NEXUCS. (org.) Unidades de Conservação no Brasil . O caminho da gestão para resultados. São Carlos: RiMa, 2012.		
SOUZA, M. F. R. Política Pública para Unidades de Conservação no Brasil . Diagnóstico e propostas para uma revisão. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
DIEGUES, A. O mito moderno da natureza intocada . 6. ed. São Paulo: Hucitec NUPAUB/USP, 2008.		
MILLER, Kenton. Planificación de parques nacionales para el ecodesarrollo em Latinoamérica . Madrid: Fundación para la ecología y la Protección del Medio Ambiente, 1980.		
TERBORGH, J.; SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (Org). Tornando os parques eficientes: Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos . Curitiba: UFPR, 2002.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1005	GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	60
EMENTA		
<p>A questão ambiental urbana. Legislação federal e estadual aplicada. Classificação e tipologia de resíduos sólidos. Redução, descarte seletivo, acondicionamento, triagem e processamento, disposição final de resíduos, gravimetria de resíduos, reaproveitamento energético. Limpeza Pública Urbana: varrição e limpeza de bueiros, poda e capina de espaços públicos, taxas e cobranças. Gestão de resíduos perigosos. Planos de gestão integrada de resíduos sólidos. Interfaces institucionais entre GIRSU e outros segmentos da gestão municipal. Cooperativismo e movimentos sociais organizados. Educação Ambiental para resíduos sólidos. Trabalho de Campo.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender as questões sociais, políticas e técnicas da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipais. O conhecimento sobre etapas metodológicas e soluções técnicas pautadas no arcabouço jurídico vigente. Capacitar os discentes para atuar na gestão integrada de resíduos municipais.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BARROS. R. M. Tratado sobre resíduos sólidos: gestão, uso e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Interciência; Minas Gerais: Acta, 2012.</p> <p>BARTHOLOMEU, Daniela Bacchi; CAIXETA FILHO, José Vicente (Organizador). Logística ambiental de resíduos sólidos. São Paulo, SP: Atlas, 2011.</p> <p>JARDIM, Arnaldo; YOSHIDA, Consuelo; MACHADO FILHO, José Valverde; PHILIPPI JR., Arlindo (Coordenador). Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. Barueri, SP: Manole, 2012.</p> <p>JACOBI, Pedro Roberto,. Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social. São Paulo, SP: Annablume, 2006.</p> <p>LEFF, E. A Complexidade Ambiental. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>MONTEIRO, Teófilo Carlos do Nascimento (Coord.). Gestão integrada de resíduos sólidos municipais e impacto ambiental: coordenado por Teófilo Carlos do Nascimento Monteiro. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2001.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>BAGCHI, Amalendu. Design of landfills and integrated solid waste management. 3. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2004.</p> <p>BRASIL. Estatuto das Cidades. Lei Federal 10.257 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm> Acesso em: 02/02/2014.</p> <p>ISWA. Annual Report 2013. Disponível em: <http://www.iswa.org/media/publications/knowledge-base/> Acesso em: 25/02/2014.</p> <p>BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei Federal 12.305/2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm> Acesso em: 02/02/2014.</p> <p>IBAM . Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. 2001. Disponpivel em: <http://www.dominiopublico.gov.br. Acesso em: 09/09/2018.</p> <p>LOGAREZZI. A. Educação Ambiental em resíduo: uma proposta de terminologia. In: CINQUETE, H.C.S., LOGAREZZI, A. (Org.) Consumo e Resíduos: fundamentos para o Trabalho Educativo. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA211	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	60
EMENTA		
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.		
OBJETIVO		
Conhecer a língua brasileira de sinais, a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos. A Aquisição da Linguagem . Porto Alegre: Editora Artmed, 1997. SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BRASIL. Lei no 12.319, de 1o de setembro de 2010 – regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2010. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe – LIBRAS . São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001. COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de Língua Brasileira de Sinais (ILS). In: _____ . Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental . Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009. LOPES, Maura Corcini; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Inclusão de alunos surdos na escola regular . In: Cadernos de Educação. Pelotas: v. 36, Maio/Ago. 2010. LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. Letramento e Minorias . Porto Alegre: Mediação, 2002. QUADROS, Ronice Müller de. Aquisição das línguas de sinais. In: Estudos Surdos IV . Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009. SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas . In: Educação & Sociedade. V. 26, n. 91. Maio/Ago. 2005.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX740	PALEOCLIMATOLOGIA	60
EMENTA		
Variações, variabilidades e extremos climáticos. Reconstrução paleoclimática. Indicadores paleoclimáticos. Interpretação do clima a partir de dados ecológicos. Mudanças climáticas nas escalas geológicas e orbitais. Último Máximo Glacial. O clima no Quaternário. O homem e as mudanças climáticas.		
OBJETIVO		
Apresentar as variações climáticas ao longo da história da Terra, permitindo um olhar crítico sobre as mudanças climáticas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BROWN, J. H.; LOMOLINO, M. V. Biogeografia . Sunderland: Sinauer, tradução Editora Funpec. 2ªed. Ribeirão Preto, 2006. SALGADO-LABOURIAU, M.L. História Ecológica da Terra . São Paulo: Blucher, 1994. SUGUIO, K. Geologia do quaternário e mudanças ambientais . São Paulo: Oficina de Textos, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BRADLEY, R.S. Paleoclimatology, reconstructing climates of the Quaternary . Elsevier, International Geophysics. Second Edition, Séries N° 68, 2010. CHRISTOPHERSON, R. W. Geossistemas – Uma Introdução à Geografia Física . 7ªed. Editora: BOOKMAN, 2011. STRAHLER, A. H. & STRAHLER, A. N. Geografia Física . Barcelona: Omega, 1997. SUGUIO, K. Mudanças climáticas da Terra . São Paulo: Instituto Geológico, 2008. TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R. & TAIOLI, F. Decifrando a Terra . 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2218	PROJETO INTEGRADOR I	60
EMENTA		
Integração dos conhecimentos do nível com vistas à compreensão do papel do profissional da Geografia na escola e em outros espaços de atuação. Elaboração, desenvolvimento e apresentação de projeto temático (de pesquisa, extensão, cultura ou produção de material didático-pedagógico e instrucional).-Prática pedagógica como componente curricular. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Discutir, de forma multidisciplinar e integrada, a atuação profissional do licenciado em Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
COLLINS, P. H; BILGE, S. Interseccionalidade. Trad. de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021. FREIRE, P.; FAUNDEZ, A.. Por uma pedagogia da pergunta. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária , v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. SAVIANI, D. Escola e democracia . 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Geografia: conceitos e temas . 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. Específica a cada tema escolhido, devendo ser relacionada na oportunidade pelos docentes responsáveis pelo componente curricular.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2117	PROJETO INTEGRADOR II	60
EMENTA		
Integração dos conhecimentos e das disciplinas do nível com vistas à compreensão do papel do profissional da Geografia na escola e em outros espaços de atuação. Elaboração, desenvolvimento e apresentação de projeto temático (de pesquisa, extensão, cultura ou produção de material didático-pedagógico e instrucional) envolvendo, no mínimo, três disciplinas do semestre. Prática pedagógica como componente curricular. Socialização dos projetos temáticos em evento do curso.		
OBJETIVO		
Discutir, de forma multidisciplinar e integrada, a atuação profissional do licenciado em Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. SAVIANI, D. Escola e democracia . 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Geografia: conceitos e temas . 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. Específica a cada tema escolhido, devendo ser relacionada na oportunidade pelos docentes responsáveis pelo componente curricular.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2120	PROJETO INTEGRADOR III	60
EMENTA		
Integração dos conhecimentos do nível com vistas à compreensão do papel do profissional da Geografia na escola e em outros espaços de atuação. Elaboração, desenvolvimento e apresentação de projeto temático (de pesquisa, extensão, cultura ou produção de material didático-pedagógico e instrucional).-Prática pedagógica como componente curricular. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Discutir, de forma multidisciplinar e integrada, a atuação profissional do licenciado em Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária , v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. SAVIANI, D. Escola e democracia . 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Geografia: conceitos e temas . 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. Específica a cada tema escolhido, devendo ser relacionada na oportunidade pelos docentes responsáveis pelo componente curricular.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEN228	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	45
EMENTA		
Introdução e conceitos. Identificação do problema: tipos de áreas degradadas. Legislação e normas. Geoindicadores de degradação. Processos geológico-geotécnicos e relações. Técnicas de recuperação de áreas degradadas. Critérios para a seleção de alternativas. Implementação de planos de recuperação. Monitoramento. Estudo de caso.		
OBJETIVO		
Capacitar os estudantes para desenvolver projetos de restauração e reabilitação de áreas degradadas. essas informações dizem respeito a legislação vigentes de e normas, investigação, caracterização geotécnica, implementação de planos de recuperação e monitoramento.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
HYMAN, M.; DUPONT, R. R. Groundwater and Soil Remediation – Process Design and Cost Estimating of Proven Technologies . 1. ed. Reston: EUA, ASCE PRESS, 2001. MIRSAL, I. A. Soil Pollution: Origin, Monitoring & Remediation . 2. ed. Editora Springer, 2008. 312 p. RODRIGUES, D.; MOERI, E. Áreas Contaminadas - Remediação e Revitalização . Rio de Janeiro: Editora ABES, 2007. v. 3. 204 p		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ARTIOLA, J. F.; PEPPER, I. L.; BRUSSEAU, M. Environmental Monitoring Characterization . Elsevier Academic Press, 2004. 410 p. DYMINSKI, A. S. Remediação de áreas contaminadas: solos e águas subterrâneas . CETESB. Disponível em: < http://www.cetesb.sp.gov.br >. LOPES, A. G. et al. Manual de gerenciamento de áreas contaminadas . CETESB. Disponível em: < http://www.cetesb.sp.gov.br/Solo/areas_contaminadas/manual.asp >.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB585	SAÚDE AMBIENTAL	30
EMENTA		
Conceitos básicos de Epidemiologia. Processo saúde-doença. Perfil epidemiológico e situação sanitária do Brasil. Meio ambiente e saúde. Saneamento e saúde. Controle de vetores. Indicadores bioestatísticos. Organismos patogênicos.		
OBJETIVO		
Proporcionar ao acadêmico o domínio de conceitos básicos em saúde pública, a relação ambiente e saúde e indicadores de saúde e ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MEDRONHO, R. A. Epidemiologia . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. PEREIRA, M. G. Epidemiologia – Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. PHILIPPI JR., A. Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável . Baurer/SP: Manole, 2005. RIPSA. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações . Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. Disponível em: < http://www.ripsa.org.br/2014/10/30/indicadores-basicos-para-a-saude-no-brasil-conceitos-e-aplicacoes-livro-2a-edicao-2008-2/ >		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
MAGALHÃES JUNIOR, A. P. Indicadores Ambientais e Recursos Hídricos . E. Bertrand Brasil, 2007. PHILIPPI JR., A. Curso de Gestão Ambiental . Baurer/SP: Manole, 2004.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCA456	TOPOGRAFIA E GEODÉSIA	75
EMENTA		
Fundamentos de geodesia geométrica. Representação plana do modelo geodésico da terra. Instrumentação. Grandezas de medição. Métodos de levantamentos horizontais. Atividades Práticas.		
OBJETIVO		
Interpretar e realizar estudos, projetos e levantamentos topográficos básicos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BORGES, A. C. Exercícios de Topografia . 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 1975. COMASTRI, J. A. Topografia. Planimetria . 2. ed. Universidade Federal de Viçosa, Imprensa Universitária UFV, 1999. COMASTRI, J. A.; TULER, J. C. Topografia. Altimetria . 2. ed. Viçosa-MG: UFV, 1999. GEMAEL, C. Introdução à Geodésia Física . Curitiba: UFPR, 1999. MCCOMARC, J. C. Topografia . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BORGES, A. C. Topografia . São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1997. v. 1 e 2. ESPARTEL, L. Curso de topografia . Porto Alegre: Globo, 1973. 655 p. GARCIA, G. J.; PIEDADE, G. C. Topografia aplicada às ciências agrárias . São Paulo: Nobel, 1989. 256 p. LOCH, C.; CORDINI, J. Topografia contemporânea, planimetria . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000. PARADA, M. de Oliveira. Elementos de Topografia: Manual Prático e Teórico de Medições e Demarcações de Terra . São Paulo: Blucher, 1992.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1080	TRABALHO DE CAMPO	60
EMENTA		
Trabalho de campo: conceitos, objeto, objetivos e conteúdos. A dimensão teórica do trabalho de campo na Geografia e em outras áreas do conhecimento. O trabalho de campo na pesquisa em Geografia. O trabalho de campo no ensino de Geografia. Técnicas e levantamentos de campo: dados qualitativos e quantitativos. Logística de trabalhos de campo. Elaboração de estratégias de apresentação e socialização das práticas de campo. Prática de trabalho de campo.		
OBJETIVO		
Compreender o trabalho de campo como uma etapa do processo de aprendizagem e da pesquisa em Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. NEVES, K. F. T. V. Os trabalhos de campo no ensino de Geografia: reflexões sobre a prática docente na educação básica . Ilhéus, EDITUS-UESC, 2010. VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.). Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório . 2. ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS – SEÇÃO SÃO PAULO. Boletim Paulista de Geografia . n. 84. jul. 2006. CHRISTOFOLETTI, Antonio. Modelagem de sistemas ambientais . 1. ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1999. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa participante . 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. DREW, D. Processos Interativos homem—meio ambiente . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação . Uberlândia, MG: Assis Editora, 2009. ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e Planejamento . S. Paulo: Contexto, 2001. SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: Teoria e Prática . São Paulo: Oficina de Textos, [s/d]. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação . 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0920	DIREITO AMBIENTAL	60
EMENTA		
Panorama legal da questão ambiental. Legislação e normas ambientais nacionais, estaduais e municipais. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. Política nacional do meio ambiente. Evolução do Direito Ambiental. Lei dos crimes ambientais e responsabilidade civil e criminal. Resoluções CONAMA.		
OBJETIVO		
Discutir os princípios éticos envolvidos na questão ambiental, conhecer a política e a legislação nacional voltada às questões do meio ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. Direito do meio ambiente e participação popular. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Brasília, 1994. ANTUNES, Paulo de Bessa. Curso de direito ambiental: doutrina, legislação e jurisprudência. Rio de Janeiro: Renovar, 1990. MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1994.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BENJAMIN, Antonio H. V. (Org.). Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão. São Paulo: RT, 1993. DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico. São Paulo: Max Limond, 1997. FLORES, Maria do Socorro Flores. O meio ambiente e a proteção dos recursos florestais no Pará: uma abordagem jurídica. Belém: UFPA/FFA, 1999. MILARÉ, Édis*, BENJAMIN, Antonio Herman V. Estudo prévio de impacto ambiental: teoria, prática e legislação. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1993.		
Número de unidades de avaliação: 2		

* Componente curricular inserido pela RESOLUÇÃO Nº 03/CG GGRB ER/UFFS/2026



8.8.3 *Seminários Temáticos/Oficinas/Tópicos especiais :*

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1068	TÓPICOS ESPECIAIS I	60
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões profissionais e/ou crítico-reflexivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1069	TÓPICOS ESPECIAIS II	30
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões profissionais e/ou crítico-reflexivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX742	TÓPICOS ESPECIAIS EM CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS I	60
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões da Cartografia e das Geotecnologias, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX743	TÓPICOS ESPECIAIS EM CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS II	60
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões da Cartografia e das Geotecnologias, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX744	TÓPICOS ESPECIAIS EM CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS III	30
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões da Cartografia e das Geotecnologias, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX745	TÓPICOS ESPECIAIS EM CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS IV	30
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões da Cartografia e das Geotecnologias, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX746	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA I	60
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX747	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA II	60
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX748	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA III	60
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX749	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA IV	60
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX750	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA V	30
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX751	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA VI	30
EMENTA		
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1074	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA I	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1075	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA II	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1076	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA III	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1077	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA IV	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1078	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA V	30
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1079	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA VI	30
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2229	TÓPICOS ESPECIAIS EXTENSIONISTAS I	45
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia e suas interfaces com a Extensão e Cultura na universidade.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH	TÓPICOS ESPECIAIS EXTENSIONISTAS II	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia e suas interfaces com a Extensão e Cultura na universidade.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH	TÓPICOS ESPECIAIS EXTENSIONISTAS III	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia e suas interfaces com a Extensão e Cultura na universidade.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2232	TÓPICOS ESPECIAIS EM PRÁTICAS EXTENSIONISTAS IV	75
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia e suas interfaces com a Extensão e Cultura na universidade.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH	TÓPICOS ESPECIAIS EXTENSIONISTAS V	75
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia e suas interfaces com a Extensão e Cultura na universidade.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Número de unidades de avaliação		2



9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

O Curso de Geografia – Bacharelado do Campus Erechim, em consonância com os fundamentos pedagógicos basilares ao ensino de graduação na UFFS, compreende a avaliação como parte integrante do processo de ensinar e aprender, necessariamente vinculada ao planejamento e à execução dos processos didático-pedagógicos, sendo, portanto, diagnóstica, processual, contínua e cumulativa, constituindo-se, desse modo, enquanto ato formativo.

Nesse sentido, os diferentes instrumentos e momentos avaliativos realizados no âmbito dos componentes curriculares objetivarão fornecer informações qualitativas aos docentes e discentes quanto ao alcance dos objetivos de aprendizagem expostos no plano de ensino, a fim de subsidiar as decisões pedagógicas futuras.

Desse modo, cabe ao docente esclarecer os instrumentos e objetivos do processo avaliativo, bem como da concepção de avaliação que subjaz aos processos pedagógicos por ele coordenados, procedendo a discussão dos resultados das avaliações aplicadas e o registro de desempenho dos acadêmicos.

Ainda, considerando o caráter formativo que a avaliação desempenha no processo didático-pedagógico, serão oferecidas novas oportunidades para retomada do conhecimento ao longo do desenvolvimento do componente curricular, registrando-as no diário de classe, por meio da realização de atividades extraclasse, compreendidos como: trabalhos de pesquisa e investigações, grupos de estudos, monitorias e/ou orientações direcionadas entre o(s) discente(s) e o docente.

É recomendável que no plano de ensino, na seção Avaliação, sejam explicitados os critérios e instrumentos de avaliação do componente curricular, bem como os pesos atribuídos para cada atividade avaliativa e o direito à realização de uma avaliação de reposição de nota, em conformidade com o artigo 105 do Regulamento da Graduação - RESOLUÇÃO Nº 40/CGAE/CONSUNI/2022.

Importante destacar que o Regulamento da Graduação da UFFS – determina que, aos diferentes instrumentos de avaliação aplicados, serão atribuídas notas expressas em grau numérico de zero a dez, com uma casa decimal, cabendo ao docente, sempre que o processo pedagógico assim requerer, estabelecer pesos diferentes para diferentes atividades avaliativas. Para aprovação nos componentes curriculares do Curso de Geografia, o discente deverá alcançar nota igual ou superior a seis e frequência mínima de 75%.



Ressalta-se que os componentes curriculares de Estágio Supervisionado e Trabalhos de Conclusão de Curso, devido à natureza dos componentes curriculares e suas respectivas avaliações de caráter processual, não ofertarão novos instrumentos avaliativos.

Para a melhoria do processo de ensino/aprendizado, com base nas informações do processo avaliativo proposto, ações de constante acompanhamento dos docentes perante dúvidas e dificuldades de discentes se darão em conformidade às demandas e necessidades específicas apresentadas pelos discentes: agendamento de reuniões diretamente com os docentes de cada CCR para esclarecimento de dúvidas e dificuldades com os conteúdos; proposição de trabalhos extraclasse para compensação de notas; incentivo à formação e participação em grupos de estudos onde as dificuldades sejam compartilhadas com demais discentes e se crie um ambiente autônomo de soluções sempre amparado pela coordenação de docentes das respectivas CCRs; proposição de leituras complementares; incentivo à pesquisa bibliográfica e uso da biblioteca.

O Núcleo Docente Estruturante acompanhará periodicamente estas avaliações por meio da coleta de dados de notas finais dos discentes em relatórios de histórico acadêmico das turmas, buscando aprimorar mecanismos de solução aos resultados insatisfatórios de instrumentos avaliativos que não sejam suficientemente alcançados pelos discentes. Casos omissos neste Projeto Pedagógico serão definidos mediante consulta aos regimentos pertinentes no âmbito da UFFS e/ou decididos em Colegiado.

9.1 As práticas pedagógicas voltadas à acessibilidade

Como apontado no documento “Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior – Parte I – Avaliação dos cursos de graduação”, a acessibilidade não se limita às questões físicas e arquitetônicas. Segundo este documento a acessibilidade é dividida em seis tipos: 1) atitudinal, 2) arquitetônica, 3) comunicacional, 4) instrumental, 5) metodológica e 6) programática. Desses seis, a acessibilidade metodológica (pedagógica) pode ser vista como diretamente vinculada ao funcionamento do curso.

Esse tipo de acessibilidade refere-se à “ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os docentes concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas”.



A acessibilidade metodológica (pedagógica) é construída no âmbito do Colegiado de Curso com o apoio do Setor de Acessibilidade do campus. Esse tipo de acessibilidade começa a ser observada quando os docentes “promovem processos de diversificação, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de discentes com deficiência”. Dessa maneira, em parceria com o Núcleo de Acessibilidade da UFFS, o colegiado deverá discutir e propor instrumentos e metodologias que atendam às demandas dos discentes, técnicos e docentes do curso no tocante à acessibilidade.

Outras formas de apoio ao discente como: monitoria, estágios não obrigatórios, apoio psicopedagógico, participação em diretórios acadêmicos, possibilidades de intercâmbios nacionais e internacionais pelo programa de mobilidade acadêmica, além de outras ações exitosas e inovadoras do ponto de vista de apoio ao discente serão incentivadas.

As monitorias inserem discentes em uma diversidade de atuações no âmbito de CCRs, projetos de apoio, organização de atividades didático-pedagógicas e roteiros de trabalho de campo, além de permitir a composição de atendimento para plantão de dúvidas que se prestam para contribuir com discentes em situação de eventuais dúvidas com relação aos conteúdos de CCRs que estão cursando.

Os estágios não obrigatórios serão apoiados por meio de estreita relação entre a Coordenação de Estágios do curso e o Setor de Estágios do campus, contribuindo para que os discentes exerçam atividades diretamente relacionadas com o Projeto Pedagógico do curso e com evidente relação com seu processo formativo. Sempre que necessário, por meio de ação conjunta da coordenação de curso com seus docentes, os encaminhamentos de discentes para apoio psicopedagógico terão atenção especial conforme demandas que venham ser apresentadas e com orientações do setor indicado pela coordenação acadêmica do campus.

A representação discente é fundamental para fazer com que o (a) discente compreenda o funcionamento da Universidade em suas diferentes esferas democráticas. Nesse aspecto, o curso deverá ser propositivo e incentivador da inserção discente nos diretórios acadêmicos, promovendo apresentação e esclarecimento de seu funcionamento na primeira reunião geral anual, travando diálogo e orientações entre discentes calouros e veteranos já atuantes nessas instâncias.

A mobilidade acadêmica deverá funcionar como estratégia de conexão entre discentes da UFFS e outras instituições, em conformidade aos editais periodicamente divulgados e as intuições parceiras, tanto no Brasil quanto no exterior. A mobilidade acadêmica permite que discentes realizem períodos de continuidade de seus estudos em outras instituições e validem



CCRs cursados fora durante os programas na UFFS. Esta ação pressupõe o conhecimento de novas realidades para aprimorar o processo formativo e preâmbulo de parcerias com pesquisadores, professores, grupos de estudos, grupos de pesquisas e projetos afins à vida universitária.



10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO

10.1 Por uma Gestão Democrática

O processo pedagógico e de gestão do curso de Geografia – Bacharelado do Campus Erechim guia-se pelos princípios, diretrizes e normas expedidas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, em especial aquelas advindas do CONSUNI. Em consonância com a Resolução no 40/2022–CONSUNI/CGAE, que regulamenta as atividades de graduação no âmbito da UFFS, os processos pedagógicos e de gestão do curso de Geografia – Bacharelado serão encaminhados de modo a garantir a democratização do acesso e da produção do conhecimento com vistas à formação integral do ser humano, num processo de formação acadêmica e profissional pautado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, as atividades didático-pedagógicas do curso serão direcionadas no sentido de garantir que a interdisciplinaridade e a construção da autonomia intelectual permeiem o processo formativo dos acadêmicos.

Tendo em vista garantir a representatividade dos diferentes segmentos vinculados ao curso nos processos decisórios relativos a sua gestão pedagógica e administrativa, o Curso de Geografia – Bacharelado contará com as seguintes instâncias decisórias: Colegiado de Curso e Coordenação de Curso, bem como o Núcleo Docente Estruturante (NDE) como instância consultiva. As atribuições de tais fóruns e modos de funcionamento estão descritos a seguir:

10.1.1 O Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo e propositivo responsável pela estruturação pedagógica do Curso no que se refere a sua concepção, consolidação e atualização, sempre que os processos de ensino e aprendizagem do curso demandarem tal necessidade.

A composição do NDE do curso de Geografia – Bacharelado será indicada pelo Colegiado do Curso, em acordo com as normativas da Universidade, e formalizada em ato específico pela Pró-Reitoria de Graduação.

As atribuições do NDE do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado do campus Erechim estão subordinadas aos regramentos institucionais da UFFS. As reuniões do NDE serão convocadas pelo Coordenador, de acordo com as demandas do curso de Geografia – Bacharelado a partir das atribuições que compete a essa instância.



10.1.2 O Colegiado

Considerado ponto fundamental para a gestão democrática do curso, o colegiado tem a função de deliberar sobre todas as decisões referentes aos processos políticos, didático-pedagógicos e do planejamento do Curso de Geografia – Bacharelado. Dessa forma, esta instância decisória tem atribuições de planejamento, organização, aprovações, como os planos de ensino e proposição do desenvolvimento das atividades atinentes ao curso.

De caráter deliberativo, o Colegiado de Curso deve prezar pela qualificação do processo de ensino e aprendizagem, atentando para os objetivos do curso e o perfil dos sujeitos que se pretende formar. Avaliações periódicas com a finalidade de qualificar o processo de gestão do curso no que compete a atuação dos docentes, dos discentes sobre sua própria atuação e, também, da equipe de Coordenação (Coordenador titular, Coordenador Adjunto e Coordenador de Estágio). As competências deste órgão constam no Regulamento de Graduação da UFFS.

As deliberações advindas das reuniões de colegiado serão registradas em atas e, quando necessário, publicadas na forma de atos deliberativos.

10.1.3 Da Coordenação de Curso

A Coordenação do curso é exercida pelo Coordenador, pelo Coordenador Adjunto e pelo Colegiado de Curso, responsáveis por promover a coordenação didático-pedagógica e organizacional do curso, as atividades dela decorrentes, bem como aquelas imputadas pelo Conselho Universitário.

O Coordenador de Curso e o Coordenador Adjunto serão eleitos pela comunidade acadêmica do curso, em consonância aos regramentos institucionais, cabendo ao colegiado estabelecer critérios e formas de escolha da equipe coordenadora. As competências da coordenação de curso constam no Regulamento de Graduação da UFFS garantindo o amplo diálogo com discentes e suas formas representativas.

A coordenação de curso é responsável pela elaboração e proposição de Plano de Ação da Coordenação que deve ser apresentado anualmente ao Colegiado de Curso visando explicitar as metas a serem alcançadas pelo curso em cada ano corrente. O Plano de Ação deve prever as ações de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas pelos docentes do curso, contemplando dados de projetos institucionalizados, atuação de discentes em atividades de iniciação científica, ensino e extensão no âmbito dos projetos institucionalizados, produção de trabalhos acadêmicos vinculados a cada projeto (artigos em periódicos, artigos publicados



em anais de eventos, resumos, resumos expandidos, pôsteres, relatos de experiências), balanço de participação em eventos dos docentes e discentes vinculados aos projetos institucionalizados e projeção de melhoria constante para essas atividades.

O Plano de Ação também deverá permitir avaliar e acompanhar as atividades de trabalhos de campo obrigatórios no conjunto de CCRs do curso que contemplem essa metodologia. Os trabalhos de campo são instrumentos didáticos fundamentais à formação profissional em Geografia e demandam atenção constante da coordenação e colegiado de curso com o intuito maior de aprimorar sua aplicação e produção de conteúdo e material didático-pedagógico a ser amplamente difundido na comunidade acadêmica.

Com relação aos Estágios do curso, o Plano de Ação terá como meta a constante ampliação dos órgãos e instituições em parceria com a UFFS para recepcionar estudantes com interesses de atuação dentro do que compete à atuação do bacharel. Neste quesito, estima-se que parcerias e convênios sejam frequentemente estabelecidos e/ou renovados entre órgãos e instituições públicos ou privados tanto no município de Erechim, quanto na região, em outros estados e até mesmo em escala internacional.

Quanto ao acompanhamento de uso da infraestrutura do curso, o Plano de Ação deverá compor estratégias de melhoria de usos de laboratórios, salas de estudos e biblioteca por meio do acompanhamento de projetos de docentes ou suas respectivas atuações em atividades didático-pedagógicas referentes aos seus planos de ensino.

Por meio da elaboração de relatórios anuais contendo as ações realizadas no decorrer do ano letivo, atendendo aos indicadores elencados anteriormente, será possível compor o Plano de Ação do ano seguinte em conformidade às avaliações das ações produzidas a cada ano. Portanto, a composição do Plano de Avaliação se dará pela disposição dos seguintes itens:

- Acompanhamento periódico do quantitativo de projetos de ensino, pesquisa e extensão institucionalizados pelos docentes;
- Acompanhamento periódico do quantitativo de discentes vinculados aos projetos institucionalizados;
- Acompanhamento das produções acadêmicas resultantes desses projetos;
- Proposição de estratégias de ação para incorporação constante de discentes do curso a esses projetos;
- Acompanhamento dos resultados obtidos dos trabalhos de campo (produção de relatórios, produtos didático-pedagógicos, projetos, exposições, colóquios etc.)



- Proposição de estratégias de ação para divulgação dos resultados dos trabalhos de campo e melhoria constante da atuação docente e discente nestas atividades;
- Acompanhamento dos usos de infraestruturas de laboratórios, salas de estudos, biblioteca através das avaliações de planos de ensino e projetos de pesquisa, ensino e extensão;
- Proposição de estratégias para aprimorar os usos da infraestrutura e qualificar o processo formativo;
- Busca constante de novas parcerias com órgãos e instituições públicos ou privados para atendimento de Estágios nas diversas áreas de atuação do Bacharel em Geografia, permitindo articulações na escala local, regional, nacional e internacional;

A avaliação de desempenho da Coordenação de Curso estará diretamente relacionada aos avanços construídos durante o período de gestão.



11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação constitui-se como importante instrumento para o planejamento do curso, especialmente ao que compete a definição e organização da pesquisa e da extensão, das ações de ensino e do estágio. A avaliação da qualidade do curso de graduação em Geografia - Bacharelado e do desempenho dos discentes ocorrerá, prioritariamente, pela Avaliação Institucional.

Essa avaliação institucional será desenvolvida por dois processos, a saber:

a) Avaliação Institucional: coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei nº10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucionais propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso de graduação Geografia-Bacharelado e o desempenho dos discentes. A CPA é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e também da sociedade civil organizada, sem que haja a maioria absoluta de um dos segmentos. Cabe destacar que o curso poderá desenvolver seus instrumentos de autoavaliação.

b) Avaliação externa: realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.

O resultado da tabulação dos dados deverá ser socializado entre os envolvidos. No conjunto, esses processos avaliativos constituirão um sistema que permitirá a visualização integrada das diversas dimensões enfocadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos à reflexão, à análise e ao planejamento institucional, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo curso de Geografia - Bacharelado.

c) Avaliação das ações de extensão universitária: será realizada por meio de instrumentos específicos aplicados aos discentes, docentes e comunidade externa envolvida nos projetos de extensão. Questionários digitais e grupos focais permitirão avaliar a pertinência, continuidade, impacto social e possíveis melhorias nas ações de extensão desenvolvidas pelo curso. Para



garantir o envolvimento da comunidade externa, serão realizadas consultas públicas e encontros presenciais ou virtuais com representantes de instituições parceiras, escolas, organizações da sociedade civil e demais participantes das ações de extensão, promovendo a escuta ativa e a construção colaborativa de propostas de aprimoramento. A participação da comunidade externa será considerada fundamental para a consolidação de uma extensão crítica, transformadora e articulada às demandas sociais e territoriais.

Os dados e informações coletados serão devidamente analisados por comissão composta por docentes vinculados ao NDE. Os resultados serão compartilhados com todos os docentes, discentes, técnicos administrativos e representantes da comunidade externa vinculados ao curso, com a finalidade de produzir reflexões a respeito das informações apresentadas, buscando aprimorar a qualidade do curso. Os relatórios produzidos ficarão arquivados em pasta específica do curso e serão disponibilizados sempre que necessário.

O processo de autoavaliação em discussão será amparado em reflexões sistemáticas a partir das reuniões do NDE e posteriormente em reuniões do colegiado. Segundo o inciso III e IV do Artigo 3º da RESOLUÇÃO Nº 54/CONSUNI/CGAE/2024 cabe ao NDE apoiar o coordenador de curso, auxiliando nos processos de avaliação interna e externa e avaliação integrada, além de supervisionar as formas de acompanhamento e avaliação do curso definidas pelo colegiado.

Trata-se inicialmente de uma abordagem quantitativa com a possibilidade de ser desenvolvida uma abordagem qualitativa. Serão utilizados questionários digitais. As questões estarão identificadas por nível e no formulário com o nome do docente para avaliação das CCRs, composto por uma lista de perguntas a serem propostas para os participantes. Serão elaboradas questões referentes: ao planejamento das aulas e aproveitamento do tempo; as relações entre docentes e discentes; aos conteúdos das CCRs; as metodologias de ensino; as avaliações; a diversificação de estratégias de ensino e um espaço para sugestões/proposições, elogios ou críticas em relação às CCRs. Também haverá questões de avaliação geral dos discentes com perguntas sobre: o comparecimento às aulas e aproveitamento do tempo; a participação nas aulas e realização das atividades; dedicação para a aprendizagem dos conteúdos das disciplinas; dedicação para a leitura de artigos, livros, textos e estudos extraclasse; satisfação geral com as aprendizagens ocorridas no âmbito do curso. Por meio da segunda abordagem, poderá ser realizado a técnica de grupo focal, com representantes de cada nível. No entanto, o enfoque será dado sempre à avaliação quantitativa.



Os dados e informações coletados serão devidamente analisados por comissão composta por docentes vinculados ao NDE. Os resultados serão compartilhados com todos os docentes, discentes e técnicos administrativos vinculados ao curso com a finalidade de produzir reflexões a respeito das informações apresentadas buscando aprimorar a qualidade do curso. Os relatórios produzidos ficarão arquivados em pasta específica do curso, pelo presidente do NDE e serão disponibilizados sempre que necessário.



12 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

De acordo com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, em outras palavras, significa que deverá haver uma igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado.

A UFFS assume o compromisso de permanente diálogo e interação com a sociedade, nas mais diversas práticas acadêmicas, no qual cabe pensar soluções aos problemas da sociedade e sobre a própria forma como a sociedade delimita e compreende tais problemas, produzindo alternativas de solução e conhecimento científico. Nesse contexto, a busca pela excelência na realização das atividades-fim "Ensino, Pesquisa e Extensão", requer a definição de princípios éticos e epistemológicos. Foram definidos nove princípios na I COEPE, documento este que orientam as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão do curso de Geografia-Bacharelado:

I. Humanismo: o humanismo, enquanto princípio orientador da relação que o investigador estabelece com o objeto investigado, implica na denúncia permanente do mito da neutralidade científica. Se traduz na capacidade de se indignar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; no respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de vida, de estilos pessoais; na sensibilidade ecológica e no respeito ao meio ambiente, entre outros.

II. Pluralidade: o compromisso com a pluralidade implica na aceitação da convivência e da construção de diálogos possíveis entre diversos saberes e entre diversas perspectivas teórico-metodológicas e na rejeição à intolerância, ao sectarismo e ao autoritarismo, tanto na produção como na divulgação e/ou na aplicação do conhecimento produzido.

III. Justiça cognitiva: o princípio da justiça cognitiva implica na democratização plena de todas as formas de saber produzidos historicamente, especialmente os conhecimentos científicos e tecnológicos que a Universidade abriga, desenvolve e aprimora.

IV. Autonomia intelectual: inerente à atitude investigativa, a autonomia intelectual requer a crítica permanente dos conhecimentos produzidos, de suas formas de produção e de seus usos, tendo em vista evitar que as atividades científicas sejam dominadas pela lógica competitiva e mercadológica ou seja aprisionadas em modelos e/ou paradigmas cristalizados.

V. Cooperação: a defesa da cooperação enquanto um princípio da pesquisa implica na participação coletiva e solidária na organização e desenvolvimento das atividades de pesquisa.

VI. Sustentabilidade: o princípio da sustentabilidade coloca à pesquisa o desafio de construir alternativas ao atual modelo de produção e de consumo, que tem nas necessidades do mercado a sua principal referência e que reduz a natureza à condição de objeto e o homem à condição de consumidor. Exige, portanto, o investimento na produção de conhecimentos científicos e tecnológicos e na inovação pautada na promoção da justiça social e no estabelecimento de relações mais solidárias e responsáveis entre o homem e a natureza.



VII. Transformação social: a defesa deste princípio implica em assumir uma postura política voltada para o desenvolvimento de um processo investigativo e pedagógico vinculado organicamente com os processos sociais, comprometido com a construção de práticas orientadas pela justiça social, pela radicalidade democrática, por valores humanistas e coletivistas, o que requer a integração da Pesquisa com a Extensão e o Ensino e o esforço permanente para subsidiar a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades oriundas dos processos de desenvolvimento.

VIII. Indissociabilidade: entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão: a relevância social e científica das atividades de pesquisa e sua contribuição para a transformação social pressupõem a articulação dialética entre a teoria e a prática, num diálogo permanente entre as três áreas-fim da universidade.

IX. Interdisciplinaridade: a adoção deste princípio requer que sejam criados espaços e tempos de interlocução de diferentes saberes e disciplinas, buscando a formulação de questões mais complexas e de interpretações mais abrangentes, assim como uma intervenção mais qualificada na realidade (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011, p.40-42).

A proposta pedagógica do curso de Geografia - Bacharelado da UFFS – Campus Erechim busca atender integralmente às demandas desta área de conhecimento no exercício das atividades e funções a cargo da União, dos Estados, dos territórios, dos Municípios, das entidades autárquicas ou de economia mista e particulares, previstas na Lei nº 6.664, de 26 de junho 1979. A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Portanto, a formação do bacharel em Geografia deve integrar conhecimentos que lhe permitam compreender fenômenos e processos na interface sociedade-natureza, bem como práticas profissionais que possam ser constantemente aprimoradas no decorrer de sua trajetória profissional.

A inclusão de atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir dos princípios apresentados, se materializará na articulação de ações integrando discentes, docentes, com a comunidade regional, por meio de:

- a) componentes curriculares (Projeto Integrador I, II e III, Estágio Curricular Supervisionado);
- b) bancas de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso e outros eventos atrelados aos CCRs;
- c) atividades como o trabalho de campo de CCRs do Domínio Específico;
- d) atividades do Núcleo de Estudos sobre Território, Ambiente e Paisagem (NETAP) e Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NATERR), além do Observatório Geográfico da Fronteira Sul, com a possível composição de docentes e discentes, tanto da licenciatura quanto do bacharelado em Geografia, além dos outros cursos, a fim de aprimorar as pesquisas realizadas na Geografia e na interface desta ciência com outros campos do conhecimento;



e) Semana da Geografia da UFFS, evento organizado anualmente juntamente com o Centro Acadêmico de Geografia – CAGEO, a sua programação tem sido marcada pelo amplo debate político, técnico e científico, bem como pela comemoração do dia do Geógrafo;

f) Ciclos de debates, a atividade em questão prevê a realização de conferências, palestras e mesas redondas, prevendo a integração de conhecimentos e intercâmbio entre docentes, discentes de cursos de graduação e pós-graduação e comunidade regional;

g) Envolvimento com a organização, comitês científicos, equipes avaliadoras nos Seminários de Ensino, Pesquisa e Extensão, além da promoção de atividades a compartilhar com a comunidade acadêmica no âmbito do DIVERSA, sobretudo os resultados provenientes de projetos de extensão e cultura.



13 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O quadro docente do curso é composto por docentes vinculados ao núcleo de formação básica, denominado Domínio Comum (formação com foco no desenvolvimento de leitura, interpretação e análise crítico social), do Domínio Conexo (formação conexa entre cursos com as mesmas atribuições profissionais) e por docentes dos componentes curriculares específicos (voltados para os componentes específicos da Ciência Geográfica) para a formação do bacharel em Geografia.

Dentre as principais características que o docente do curso deve apresentar, cita-se:

- Dominar os conteúdos teóricos dos componentes curriculares de sua área de atuação;
- Integrar teoria e prática;
- Desenvolver atividades de pesquisa vinculadas à área de atuação;
- Articular ensino, pesquisa e extensão;
- Aplicar e interagir os conhecimentos dos componentes curriculares à realidade;
- Apresentar postura que sirva de referência para os discentes.

Frente a esse panorama do perfil docente do curso de Geografia da UFFS, é importante salientar que essas características somente serão devidamente atingidas com a constante qualificação dos docentes. É de suma importância que os docentes do curso de Geografia busquem formação continuada por meio do ingresso em programas de pós-graduação *strictu sensu* (Doutorado e Pós-doutorado), participação em cursos de capacitação promovidos ou não pela UFFS, (a exemplo do Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP) apresentação de trabalhos e participação em eventos vinculados ao desenvolvimento e ao debate científico e das humanidades. A qualificação docente busca qualidade no ensino de graduação da UFFS e contribui para o Programa de pós-graduação (*lato sensu* e *strictu sensu*).



14 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

14.1 Docentes do *Campus Erechim* que atuam no curso

Domínio/CCR	Docente	Título	Reg.Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1ª NÍVEL				
Específico/ Introdução à Astronomia	Anderson André Genro Alves Ribeiro	D	40h/DE	Graduação: Física (UFRGS) Mestrado: Não possui Doutorado: Física (UFRGS)
Específico/ História do Pensamento Geográfico	Reginaldo José de Souza	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geografia do Brasil	Márcio Freitas Eduardo	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNIOESTE) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Comum/ Leitura e Produção textual acadêmica	Roberto Carlos Ribeiro	D	40h/DE	Graduação: Letras (FAFIG) Mestrado: Letras (PUCRS) Doutorado: Letras (PUCRS)
Comum/ Iniciação à prática científica	Éverton de Moraes Kozenieski	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
2ª NÍVEL				
Específico/ Geografia Física	José Mário Leal Martins Costa	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRJ) Mestrado: Geografia (UERJ) Doutorado: em andamento – Geografia (UFRGS)
Específico/ Introdução à cartografia e geotecnologias		D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geografia Econômica	Juçara Spinelli	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFSM) Mestrado: Planejamento Urbano e Regional (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Comum/ Estatística Básica	André Gustavo Schaeffer	D	40h/DE	Graduação: Ciência da Computação (PUCRS) Mestrado: Computação (UFRGS) Doutorado: Educação Científica e Tecnológica (UFSC)
Comum/ Introdução ao pensamento social	Indicado pela Coordenação acadêmica			
Comum/ História da Fronteira Sul	Indicado Pela Coordenação acadêmica			
3ª NÍVEL				
Específico/ Climatologia	Pedro Germano dos Santos Murara	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UFSC) Doutorado: Geografia (UFSC)



Domínio/CCR	Docente	Título	Reg.Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Específico/ Geografia Regional	Márcio Freitas Eduardo	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNIOESTE) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geografia Política	Paula Vanessa de Faria Lindo	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNOESC) Mestrado: Geografia (UNIOESTE) Doutorado: Geografia (UFSC)
Comum/ Introdução à Filosofia	Indicado pela Coordenação acadêmica			
Comum/ Direito e Cidadania	Indicado pela Coordenação acadêmica			
4ª NÍVEL				
Específico/ Geografia Agrária	Éverton de Moraes Kozenieski	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Geologia	José Mário Leal Martins Costa	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRJ) Mestrado: Geografia (UERJ) Doutorado: em andamento – Geografia (UFRGS)
Específico/ Cartografia Temática	Paula Vanessa de Faria Lindo	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Educação Ambiental	João Paulo Peres Bezerra	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
5ª NÍVEL				
Específico/ Geografia Urbana	Juçara Spinelli	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFSM) Mestrado: Planejamento Urbano e Regional (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Epistemologia da Geografia	Reginaldo José de Souza	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geomorfologia	José Mário Leal Martins Costa	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRJ) Mestrado: Geografia (UERJ) Doutorado: em andamento – Geografia (UFRGS)
Específico/ Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens	João Paulo Peres Bezerra	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Optativa II	A ser definido pelo colegiado	D		
6ª NÍVEL				
Específico/ Organização do Espaço Mundial	Márcio Freitas Eduardo	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNIOESTE) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geografia Cultural	Éverton de Moraes Kozenieski	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Hidrogeografia	João Paulo Peres Bezerra	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/	Pedro Germano	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP)



Domínio/CCR	Docente	Título	Reg.Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Biogeografia	dos Santos Murara			Mestrado: Geografia (UFSC) Doutorado: Geografia (UFSC)
Específico/ Geoprocessamento	João Paulo Peres Bezerra	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
7ª NÍVEL				
Específico/ Pesquisa em Geografia	Éverton de Moraes Kozenieski	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Planejamento Ambiental	João Paulo Peres Bezerra	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP) Mestrado: Geografia (UNESP) Doutorado: Geografia (UNESP)
Específico/ Planejamento Territorial	Juçara Spinelli	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFSM) Mestrado: Planejamento Urbano e Regional (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Conexo/ Licenciamento Ambiental	Cristiane Fuzinato	D	40h/DE	Graduação: Oceanografia (UNIVALI) Mestrado: Engenharia Ambiental (UFSC) Doutorado: Engenharia Ambiental (UFSC)
Conexo/ Empreendedorismo	Débora Regina Schneider Locatelli	D	40h/DE	Graduação: Administração (UNOESC) Mestrado: Relações Internacionais para o Mercosul (UNISUL); Administração (UCS) Doutorado: Administração (UCS)
8ª NÍVEL				
Específico/ Trabalho de Conclusão de Curso	Paula Vanessa de Faria Lindo	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Estágio curricular supervisionado	Paula Vanessa de Faria Lindo	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)

Quadro 9: Docentes que atuam no curso



15 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

15.1 Bibliotecas

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Elas são vinculadas administrativamente à Coordenação Acadêmica do seu respectivo Campus e, tecnicamente, ao Sistema de Bibliotecas da UFFS (SiBi/UFFS).

Cada uma das bibliotecas tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos campi, sejam oferecidos de forma consonante à Resolução nº 12/CONSUNI/UFFS/2018, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços. Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada Campus. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; comutação bibliográfica; orientação sobre normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; teleatendimento; serviço de referência online; serviço de geração de ficha de identificação da obra.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a Divisão de Bibliotecas (DBIB) no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

A DBIB, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, visa articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; objetiva propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão. Assim, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum).



Com relação à ampliação do acervo, os materiais que compõem as coleções do acervo das bibliotecas da UFFS devem estar registrados e tombados no Sistema de Gestão de Acervos. As coleções são formadas por materiais bibliográficos, em diferentes suportes físicos, sendo adquiridas mediante doação e compra conforme as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC. A Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) é o instrumento que define as diretrizes para a formação, conservação e disponibilização do acervo das bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFFS.

A UFFS integra o rol das instituições que participam do Portal de Periódicos da CAPES, que oferece mais de 49 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

15.2 Laboratórios

Neste item será apresentada a descrição detalhada dos laboratórios utilizados pelo curso de Geografia – Bacharelado. Cabe ressaltar que essas estruturas são fundamentais para as práticas laboratoriais (carga horária prática) de um conjunto de CCRs e realização da carga horária teóricas de CCRs em práticas, como por exemplo, a leitura e interpretação de mapas.

Antes de citar cada laboratório e suas especificidades, destaca-se que os Laboratórios de Informática e de Softwares Especiais são utilizados pelo conjunto de Cursos da UFFS - Campus Erechim em CCRs formativos na área da informática e da inovação. Tais laboratórios também auxiliam na formação prática, atendendo as competências e habilidades citadas no Parecer 492/CNE/CES/2001.

Laboratório de Astronomia, Ótica e Física Moderna

LABORATÓRIO DE ASTRONOMIA, ÓTICA E FÍSICA MODERNA	
Docentes Responsáveis: Anderson André Genro Alves Ribeiro	
Discentes por turma:	50
Área: 20,00 m ²	Localização: Campus Erechim
Quantidade	Descrição



	<p>O Laboratório de Astronomia, Ótica e Física Moderna é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Introdução à Astronomia e dos componentes curriculares no curso de Engenharia Ambiental e Agronomia. O laboratório também objetiva iniciar atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constituirá de uma sala de aproximadamente 20,00m².</p>
--	---

Quadro 10: Informações do laboratório

Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação, e Mapoteca

LABORATÓRIO DE CARTOGRAFIA, ACERVO E DOCUMENTAÇÃO e MAPOTECA	
Docentes Responsáveis: Éverton de Moraes Kozenieski, Paula Vanessa de Faria Lindo e Clarice Ribeiro (técnica em arquivo)	
Discentes por turma:	50
Área: 124,50 m ²	Localização: Campus Erechim
Quantidade	Descrição
	<p>O Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Introdução à cartografia e geotecnologias, Cartografia Temática, Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens, e Trabalho de Conclusão de Curso I e II, além de componentes curriculares que preveem em sua ementa prática de leitura e interpretação de mapas.</p> <p>O laboratório também objetiva iniciar atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constituirá de uma sala de aproximadamente 124,50m², com uma subdivisão entre a área das mapotecas e a área didática, armários para guardar os equipamentos, mesas estilo pranchetas, mesas retangulares, cadeiras, acervo de cartas topográficas e mapas, acervo de fotografias aéreas, instrumentos de trabalho cartográfico, estereoscópios entre outros.</p> <p>Junto ao Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação há a Mapoteca que se trata do espaço destinado ao armazenamento das cartas e mapas. A Mapoteca é o espaço utilizado para o manuseio do material ali presente que deve ser consultado e possivelmente retirado somente com a presença da técnica de arquivo presente do campo e responsável pelo Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação e Mapoteca.</p>



	A Mapoteca estará ao lado do Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação constituída por um vidro que permite a transferência das cartas e mapas da Mapoteca para o Laboratório ao lado. Todas as cartas e mapas estão organizadas e arquivadas nas diferentes mapotecas (verticais e horizontais) presentes, assim como outros materiais como globos, maquetes, bússolas entre outros.
--	---

Quadro 11: Informações do laboratório

Laboratório de Hidroclimatologia

LABORATÓRIO DE HIDROCLIMATOLOGIA	
Docente Responsável: Gisele Leite de Lima Primam e José Mario Leal Martins Costa	
Discentes por turma:	20
Área: 62,40 m ²	Localização: Campus Erechim
Quantidade	Descrição
	<p>O Laboratório de Hidroclimatologia possui espaço físico de 62,40m². Composto por uma bancada de 4m² onde ficarão instalados parte dos equipamentos fixos para análise e ensaios experimentais hidrológicos (estufa, conjunto de peneiras, amostrador de sedimentos etc.), além da estrutura hidráulica (um ponto de água, munido de pia conjugada). Os demais equipamentos de campo são guardados nos armários da sala e embaixo da bancada.</p> <p>No laboratório há um condicionador de ar com controle térmico para os experimentos e melhor manutenção dos equipamentos. O laboratório conta com um conjunto de 16 carteiras tipo universitárias, 2 mesas em formato “L” tipo estação de trabalho, e 2 mesas retangulares e seus respectivos computadores desktop, 4 armários para a guarda dos equipamentos, gabinetes instalados embaixo da bancada, 1 mesa retangular com 5 cadeiras para reuniões de grupo de estudos/pesquisa e tela para projeção. Foi solicitado a instalação de um projetor multimídia e uma TV de 32” LCD.</p> <p>Associado ao laboratório há uma estação meteorológica automática, instalada no canteiro experimental do campus, próximo ao pavilhão de sementes. A estação meteorológica automática coleta dados das variáveis climáticas e envia os mesmos para um dos computadores (desktop servidor) localizado no laboratório. Os computadores estão conectados em rede para otimização, integração e compartilhamento dos trabalhos.</p> <p>O laboratório é utilizado durante o atendimento aos discentes realizado pelo docente responsável pelos componentes curriculares de climatologia (Geografia) e hidrogeografia (Geografia), agroclimatologia (Agronomia) e hidrologia (Eng. Ambiental).</p> <p>Além, disso, o laboratório deve contar com 2 monitores e 2 bolsistas, que exercem atividades vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão.</p>

Quadro 12: Informações do laboratório

Laboratório de Química dos Solos, Geologia, Geomorfologia e Física dos Solos



LABORATÓRIO DE QUÍMICA DOS SOLOS, GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E FÍSICA DOS SOLOS	
Docente Responsável: Alfredo Castamann, Eduardo Pavan Korf e Pedro Eugênio Gomes Boehl	
Discentes por turma:	30
Área: 124,80 m ²	Localização: Campus Erechim
Quantidade	Descrição
	O Laboratório de Geologia, Geomorfologia e Solos é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Geologia, Geomorfologia, Hidrogeografia e Trabalho de Conclusão de Curso I e II, além de componentes curriculares nos cursos de Agronomia e Engenharia Ambiental. O laboratório também objetiva iniciar atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constituirá de uma sala de 124,80m ² , com uma subdivisão entre a sala de química de solos e a sala de geologia e física de solos, armários para guardar os equipamentos, mesas, cadeiras, bancadas com pias, acervo de rochas e minerais, entre outros.

Quadro 13: Informações do laboratório

Laboratório de Software Aplicados

LABORATÓRIO DE SOFTWARE APLICADOS	
Docente Responsável: José Mário Vicensi Grzybowski	
Discentes por turma:	25
Área: 124,80 m ²	Localização: Campus Erechim
Quantidade	Descrição
	O Laboratório de Softwares Aplicados é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Introdução à cartografia e geotecnologias, Cartografia Temática, Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens e Trabalho de Conclusão de Curso, além de componentes curriculares de todos os cursos do Campus que necessitem do uso de programas de computador aplicados às suas áreas. O laboratório também objetiva o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constituirá de uma sala de aproximadamente 124,80m ² , com 25 computadores equipados com os softwares específicos de cada área, entre eles Idrisi, ArcGis, Envi, Global Mapper, SPRING e PhilCarto.

Quadro 14: Informações do laboratório

Laboratório de Topografia, Geoprocessamento e Geotecnologia



LABORATÓRIO DE TOPOGRAFIA, GEOPROCESSAMENTO E GEOTECNOLOGIAS	
Docente Responsável: João Paulo Peres Bezerra	
Discentes por turma:	25
Área: 64,20 m ²	Localização: Campus Erechim
Quantidade	Descrição
	<p>O Laboratório de Topografia, Geoprocessamento e Geotecnologias é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Introdução à cartografia e geotecnologias, Cartografia Temática, Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens e Trabalho de Conclusão de Curso, além de componentes curriculares nos cursos de Agronomia, Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Ambiental.</p> <p>O laboratório também objetiva iniciar atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constitui de uma sala de 64,20², com uma subdivisão, armários para guardar os equipamentos, mesas, cadeiras, bancadas para aula, entre outros.</p>

Quadro 15: Informações do laboratório

15.3 Demais itens

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos campi. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução Nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Regulamento_do_Ncleo_de_Acessibilidade.pdf). Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução Nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_4-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Institui_a_Poltica_de_Acessibilidade_da_UFFS.pdf).

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a



permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2. Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva

3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

4. Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;



- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;

- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;

- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;

- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;

- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;

- Disponibilização de apoio acadêmico.

5. Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;

- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;

- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;

- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais.

- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.



16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.
- BRASIL. Decreto Nº 4.281, 25 de Junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 3.284, de 07/11/2003. (DOU Nº 219, 11/11/2003)
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução** do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) nº **01, de 17 de junho de 2004**.
- BRASIL. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinal – Libras, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.
- BRASIL. Comissão nacional de avaliação da educação superior. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010** – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior. Brasília, 17 de Junho de 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 08/2012, de 06 de março de 2012**. Dispõe acerca das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 11 de outubro de 2012.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 27 de dezembro de 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016**. DOU nº 196, terça-feira, 11 de outubro de 2016, Seção 1, Página 21.
- BRASIL. **Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Brasília, 15 de dezembro de 2017.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017**. Diário Oficial da União, edição 145, Seção 1, de 22 de dezembro de 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 492/2001, de 03 de abril de 2001**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.
- BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 1363, de 12 de dezembro de 2001** - Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
- BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002** - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.
- BRASIL. **Decreto 85.138 de 15 de setembro de 1980**. Brasília, 15 de setembro de 1980.



BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução CONFEA Nº 1.073 DE 19/04/2016**. Diário Oficial da União – DOU. Brasília, 19 de abril de 2016.

LACOSTE, Yves. *A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus, 2008.

MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec. 1996.

VEYRET, Yvete. *Os riscos – o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: contexto, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2012–2018**. Chapecó: UFFS, 2012. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/uffs/conteudo/institucional/pro-reitorias/pesquisa-e-pos-graduacao/repositorio-propepg/pdi-final-2018.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012–2018**. Chapecó: UFFS, 2012. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/uffs/conteudo/institucional/pro-reitorias/pesquisa-e-pos-graduacao/repositorio-propepg/pdi-final-2018.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 54/CONSUNI CGAE/UFFS, de 17 de abril de 2024**. Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento. Chapecó: UFFS, 2024. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni-cgae/2024-0054>. Acesso em: 25 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 18/CONSUNI/UFFS, de 28 de agosto de 2019**. Cria e autoriza o funcionamento do curso de Graduação em Geografia – Bacharelado, no Campus Erechim da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2019. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2019-0018>. Acesso em: 25 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 39/CONSUNI CGAE/UFFS, de 6 de julho de 2022**. Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2022. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2022-0039>. Acesso em: 25 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 33/CONSUNI/UFFS, de 12 de dezembro de 2013**. Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2013. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2013-0033>. Acesso em: 25 jun. 2025.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 40/CONSUNICGAE/UFFS, de 12 de dezembro de 2022.** Aprova o Regulamento da Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2022. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2022-0040>. Acesso em: 25 jun. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 42/CONSUNICGAE/UFFS, de 19 de abril de 2023.** Dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2023. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2023-0042>. Acesso em: 25 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 4/CONSUNICGRAD/UFFS, de 19 de março de 2015.** Institui a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação na UFFS. Chapecó: UFFS, 2015. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0004>. Acesso em: 25 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 6/CONSUNICGRAD/UFFS, de 28 de maio de 2015.** Aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS. Chapecó: UFFS, 2015. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0006>. Acesso em: 25 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 7/CONSUNICGRAD/UFFS, de 13 de agosto de 2015** (alterada pelas Resoluções nº 5/CONSUNICGAE/UFFS, de 2018; nº 70/CONSUNI/UFFS, de 2021; e nº 36/CONSUNICGAE/UFFS, de 27 de junho de 2022). Aprova o Regulamento de Estágio da UFFS, que organiza o funcionamento dos estágios obrigatórios e não-obrigatórios. Chapecó: UFFS, 2015. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0007>. Acesso em: 25 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 09/CONSUNICGAE/UFFS, de 6 de setembro de 2017.** Estabelece a estrutura do Domínio Conexo entre os cursos de Licenciatura dos campi da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2017. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni-cgae/2017-0009>. Acesso em: set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 04/CONSUNICPPGEC/UFFS, de 12 de abril de 2017.** Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2017. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2017-0004>. Acesso em: 25 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 4/CONSUNICGAE/UFFS, de 11 de abril de 2019.** Altera a Resolução nº 4/CONSUNICGAE/UFFS/2018, que regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes



responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2019. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2019-0004>. Acesso em: 25 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 106/CONSUNI/UFFS, de 28 de julho de 2022** (alterada pela Resolução nº 129/CONSUNI/UFFS, de 25 de maio de 2023; e pela Resolução nº 174/CONSUNI/UFFS, de 2024). Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2022. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2022-0106>. Acesso em: 25 jun. 2025.



17. ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANEXO IV - REGULAMENTO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NOS COMPONENTES CURRICULARES

ANEXO V - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CAMPO

ANEXO VI - REGULAMENTO DE EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR



ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente regulamento dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) cujos fundamentos se encontram na legislação federal Lei 11.788/ 2008 e nas Resoluções: nº 7/2015 CONSUNI/CGRAD/UFFS e nº 4/2018 CONSUNI/ CGAE/UFFS.

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado é ato educativo desenvolvido em ambiente de trabalho entendido como período de exercício pré-profissional, no qual o acadêmico do Curso de Geografia – Bacharelado permanecerá em contato efetivo com o mercado de trabalho, desenvolvendo atividades profissionalizantes que sejam passíveis de avaliação póstuma e com período limitado pela legislação vigente.

SEÇÃO II

DO CARÁTER E DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado caracteriza-se como experiência fundamental que insere o discente no campo profissional do Bacharel em Geografia, sendo:

I-O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Geografia – Bacharelado de caráter obrigatório;

II-Orientado e supervisionado por docente do curso que tenha conhecimento na área do estágio curricular supervisionado;

III-Pré-requisito o cumprimento de 50% da carga horária total do curso e somente poderá ser realizado a partir do 8ª nível/semestre, após ter cursado as seguintes disciplinas: História do pensamento geográfico; Geografia do Brasil; Geografia econômica; Introdução à cartografia e geotecnologias; Geografia física; Geografia regional; Geografia



política; Climatologia; Geografia agrária; Cartografia temática; Geologia; Geografia urbana; Epistemologia da geografia; Geomorfologia; Sensoriamento remoto e interpretações de imagens)

IV-Com carga horária correspondente a 210 horas.

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Geografia - Bacharelado da UFFS tem por objetivos:

I - Proporcionar ao estagiário/a vivências pré-profissionais nas diferentes áreas de atuação do geógrafo;

II - Preparar o discente para o pleno exercício profissional através do desenvolvimento de atividades referentes à temática/campo de estágio escolhido;

III - Oportunizar ao estagiário a integração com a comunidade regional bem como sensibilizar ações de pesquisa e extensão referente às situações-problemas a partir da experiência de estágio;

IV - Qualificar a formação discente por meio de experiências profissionais.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Art. 5º A carga horária do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado fica assim distribuída:

I -15 horas/aulas teóricas e práticas presenciais;

II -35 horas/aulas para elaboração do plano de estágio e do relatório de estágio;

III -160 horas de atividades de estágio a serem desenvolvidas pelo discente/estagiário/a.

Art. 6º A carga horária destinada à orientação e supervisão de estágio será atribuída conforme os seguintes critérios estabelecidos pela Resolução nº 106/CONSUNI/UFFS/2022:

§1º Aos docentes orientadores será atribuída 1 (uma) hora-aula semanal para cada 2 (duas) orientações ou supervisões de estágio ou prática profissional, durante o período de vigência da orientação/supervisão, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou em



regulamentos específicos.

SEÇÃO IV

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Art. 7º Os campos de estágio previstos são empresas públicas, privadas, autarquias, estatais, paraestatais, de economia mista e organização da sociedade civil organizada que desenvolvem atividades relacionadas às atribuições do/a Geógrafo/a.

Art. 8º O Estágio Supervisionado em Geografia – Bacharelado será coordenado pelo Coordenador de Estágio.

Art. 9º Os orientadores serão professores lotados no(s) Curso(s), contando com a participação de supervisores de nível técnico ou superior que serão os supervisores que se constituírem em campos de atuação para os estagiários.

Art. 10 O planejamento das atividades de estágio será realizado pelo estagiário, com apoio do supervisor e do orientador do estágio.

Parágrafo Único: O planejamento das atividades de estágio se dará por meio de orientação sob a forma de reuniões e elaboração do plano de estágio.

Art. 11 A execução das atividades do estágio propriamente ditas referentes ao exercício profissional serão atividades de pesquisa, extensão ou produção inerentes à experiência pré-profissional, de acordo com o plano de estágio proposto e aprovado pela Coordenação do Estágio.

Art. 12 A elaboração do relatório será realizada pelo discente sob a orientação do professor-orientador e se constituirá na descrição, reflexão e avaliação de todas as atividades do estágio propriamente ditas.



CAPÍTULO II

DA ASSIDUIDADE, FREQUÊNCIAS E PRAZOS

Art. 13 A frequência mínima a ser exigida para a aprovação no estágio será de 75%, devendo, no entanto, o estagiário submeter-se, ainda, no que diz respeito à assiduidade, às exigências dos locais que se constituírem campos de estágio.

Parágrafo Único: Para aprovação do discente no CCR "Estágio Curricular Supervisionado" exige-se frequência mínima de 75% nas aulas teórico/práticas presenciais.

Art. 14 O estagiário deverá apresentar à Coordenação do Estágio o relatório digitado, em 3 vias, no prazo mínimo de 15 dias úteis definidos pelo professor responsável pelo CCR.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 15 As atribuições do Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado, no Regulamento de Estágios da UFFS.

I - participar dos processos de elaboração, planejamento e avaliação da política de estágios da UFFS;

II - coordenar as atividades de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório em nível de Curso, em articulação com os professores do componente curricular, com os professores-orientadores de estágio, com a Coordenação Acadêmica e com as Unidades Concedentes de Estágio (UCEs);

III - coordenar a execução da política de estágio no âmbito do curso;

IV - levantar as demandas de estágio vinculadas à execução do Projeto Pedagógico do Curso;

V - avaliar a natureza das atividades propostas, sua adequação ao caráter formativo do curso, à fase de matrícula do acadêmico e à carga horária curricular;

VI - integrar o fórum permanente de discussões teórico-práticas e logísticas relacionados



ao desenvolvimento das atividades de estágio em nível de Campus;

VII - promover estudos e discussões teórico-práticas com os professores do componente curricular de estágio e com os professores-orientadores de estágio do curso;

VIII - orientar os acadêmicos de seu curso com relação aos estágios;

IX - mapear as demandas de estágio dos semestres junto ao curso e buscar equacionar as vagas junto às unidades concedentes, de forma projetiva;

X - providenciar a organização da distribuição das demandas de estágio com seus respectivos campos de atuação no âmbito do curso;

XI - receber e encaminhar documentos e relatórios de estágio;

XII - promover a socialização das atividades de estágio junto ao curso, intercursos e UCEs;

XIII - promover ações que integrem as atividades de estágio entre os cursos de áreas afins e/ou com domínios curriculares conexos;

XIV - atender às demandas administrativas associadas ao desenvolvimento de atividades de estágio do curso.

Parágrafo Único: A coordenação do Estágio Curricular Supervisionado e a orientação do estágio serão exercidas por um dos docentes vinculados ao Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado.

Art. 16 São atribuições do Orientador de estágio:

I - orientar, em diálogo com o Supervisor de Estágio da UCE e com o responsável pelo CCR Estágio, o estudante na elaboração do Plano de Atividades de Estágio;

II - acompanhar, orientar e avaliar, em diálogo com o supervisor de estágio da UCE e com o responsável pelo CCR Estágio, o estudante no desenvolvimento do estágio;

III - avaliar e emitir pareceres sobre relatórios parciais e finais de estágio;

IV - participar de encontros promovidos pela Coordenação de Estágios de seu curso, com vistas ao planejamento, acompanhamento e avaliação dos estágios;

V - participar de bancas de avaliação de estágio, quando for o caso;



VI - organizar, em acordo com o orientando, um cronograma de encontros de orientação;

VII - desempenhar outras atividades previstas no Regulamento de Estágio do Curso.

Parágrafo único: A mediação entre o supervisor de estágio na UCE, o orientador e o estagiário pode ser realizada à distância, com o emprego de meios e tecnologias de informação e comunicação, de forma a propiciar a participação dos envolvidos nas atividades em lugares e/ou tempos diversos.

Art. 17 O supervisor da UCE tem como atribuições:

I - colaborar na elaboração do Plano de Atividades de Estágio;

II - zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso;

III - assegurar, no âmbito da UCE, as condições de trabalho para o bom desempenho das atividades formativas dos estagiários;

IV - orientar e supervisionar as atividades de estágio, nos termos da Lei;

V - controlar a frequência dos estagiários;

VI - emitir avaliação periódica sobre as atividades desenvolvidas pelos estagiários;

VII - informar à UFFS sobre os processos de estágio desenvolvidos na UCE;

VIII - participar de atividades de integração promovidas pela UFFS.

Art.18 São direitos do estagiário:

I - Receber a orientação necessária para realizar as atividades de estágio dentro da opção escolhida;

II - Apresentar qualquer proposta ou sugestão que possa contribuir para o aprimoramento das atividades de estágio;

III - Estar segurado contra acidentes pessoais que possam ocorrer durante o cumprimento das atividades do CCR Estágio Supervisionado.

Art. 19 São deveres do estagiário:

I - Assinar Termo de Compromisso de Estágio;

II - Demonstrar interesse e boa vontade para cumprir o estágio em uma das suas opções, com responsabilidade e trabalho;



- III - Zelar e ser responsável pela manutenção das instalações e dos equipamentos utilizados durante o desenvolvimento do estágio;
- IV - Tomar conhecimento e cumprir as presentes normas, o Regulamento de Estágio da UFFS e a Legislação Federal de Estágios;
- V - Respeitar a hierarquia funcional da Universidade e a dos demais campos de estágio, obedecendo ordens de serviços e exigências do local de atuação;
- VI - Manter elevado padrão de comportamento e de relações humanas, condizentes com as atividades a serem desenvolvidas;
- VII - Participar de outras atividades correlatas que venham a enriquecer o estágio, quando solicitado pelo supervisor;
- VIII - Comunicar e justificar, com a possível antecedência, ao supervisor do estágio sua ausência nas atividades do CCR;
- IX - Manter postura ética-profissional.

Art. 20 Os princípios éticos profissionais, que regerão a conduta dos estagiários, serão aqueles constantes das resoluções CREA. Os estagiários, além de estarem sujeitos ao regime disciplinar e de possuírem os direitos e deveres estabelecidos no Regimento Geral da Universidade, deverão, também, estarem sujeitos às normas que regem as unidades concedentes de estágio.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 21. A avaliação das atividades propostas e de sua adequação de caráter formativo, ao nível e carga horária curricular do acadêmico no curso é feita pela Coordenação de Estágios do curso, obedecendo aos critérios previstos na legislação e neste regulamento.

Parágrafo único: a avaliação será realizada por meio da apreciação de todo o processo do estágio, com início na etapa do planejamento, desenvolvimento e findando com a apresentação pública dos relatórios, contemplando as avaliações dos supervisores nas Unidades Concedentes.



ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

Art. 1º Este regulamento tem por objetivo normatizar as Atividades Autônomas (AA) do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento compreende-se por Atividades Autônomas as atividades de pesquisa, extensão e cultura que permitam a aquisição e construção de conhecimentos pelo discente, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS Seção I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º As Atividades Autônomas do curso de Graduação em Geografia – Bacharelado têm por objetivos:

- I - a complementação do processo ensino-aprendizagem;
- II - a valorização da experiência extraclasse;
- III - garantir ao discente vasto e eclético contato com a produção teórica e a prática social atinentes à formação profissional obtida na universidade.

Art. 4º As Atividades Autônomas do Curso de Graduação em Geografia Bacharelado deverão ser desenvolvidas ao longo do curso, totalizando 120 (cento e vinte) horas. Essas atividades estão organizadas em três categorias – Pesquisa, Extensão e Cultura – sendo obrigatória a participação do estudante em pelo menos uma atividade de cada categoria para fins de integralização da carga horária exigida.

I – Categoria: Atividades Autônomas em Pesquisa

- a) Iniciação científica, acadêmica e participação em projetos de pesquisa (60 horas)
- b) Participação em Grupos de Pesquisas cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (30 horas)



- c) Publicação de resumo na área ou áreas afins (10 horas);
- d) Publicação de resumo expandido na área ou áreas afins (20 horas);
- e) Publicação de trabalho completo em anais de eventos na área ou áreas afins (30 horas),
- f) Publicação de artigo em periódicos (60 horas)
- g) Publicação de capítulo de livro (60 horas)
- h) Projetos de Ensino e Monitorias (60 horas)
- i) Grupos de estudos formais da UFFS (30 horas);
- j) Apresentação de trabalhos em eventos (10 horas);
- k) Participação na organização de eventos (20 horas)
- l) Trabalho voluntário vinculado a projetos de pesquisa (30 horas).

II – Categoria: Atividade Autônomas em Extensão:

- a) Participação em eventos científicos e acadêmicos (encontros, congressos, simpósios, colóquios, seminários, fóruns e semanas acadêmicas) na área ou áreas afins presencialmente ou à distância (30 horas);
- b) Participação em cursos, minicursos, oficinas na área ou áreas afins presencialmente ou à distância (10 horas);
- c) Participação em palestras, conferências, mesas-redondas e aula inaugural de outros eventos, na área ou áreas afins presencialmente ou à distância (4 horas);
- d) Participação em projetos e programas de extensão (60 horas);
- e) Participação como ouvinte em defesas de TCCs, dissertações e teses (4 horas);
- f) Estágios não obrigatórios na área ou áreas afins (60 horas);
- g) Vivência profissional complementar ou estágios complementares em laboratórios na área ou áreas afins mediante elaboração de relatório (60 horas);
- h) Componentes curriculares isoladas de graduação, na área ou áreas afins, desde que não computadas como componentes curriculares (obrigatórias e/ou optativas) para integralização curricular da carga horária mínima (60 horas);
- i) Trabalho voluntário vinculado a projetos de extensão (30 horas).
- j) Trabalho voluntário em atividade específica, vinculado a projetos de extensão (4 horas).
- k) Realização de teste de proficiência de idiomas (04 horas por teste).
- l) Participação em produção de trabalhos técnicos (plantas, cartas, mapas, projetos, relatórios técnicos, laudos) na área ou áreas afins (20 horas por produto ou trabalho técnico).
- m) Participação em colegiado de curso, conselho, representação estudantil, credenciados ou regularmente constituídos no âmbito da UFFS (20 horas).
- n) Participação em atividades de movimentos e organizações sociais relacionadas à formação no curso (20 horas).

III – Categoria: Atividades Autônomas em Cultura

- a) Viagens de estudo, trabalhos de campo, excursões e expedições, desde que não



relacionados aos componentes curriculares obrigatórios e/ou optativos do curso, mediante apresentação de relatório, descritivo e analítico aprovado pelo docente responsável pela atividade (20 horas);

b) Participação em atividades culturais (teatro, cinema, literatura, música) desenvolvidas no âmbito da UFFS, mediante apresentação de relatório ou certificado (4 horas);

c) Participação em grupos artísticos e equipes em práticas desportivas no âmbito da UFFS oficialmente constituídos, mediante certificado (30 horas);

d) Participação na organização e execução de eventos culturais, no âmbito da UFFS, mediante certificado (30 horas).

e) Participação na organização e execução de atividades culturais, em eventos científicos (15 horas).

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

Art. 5º A solicitação da validação de Atividades Autônomas (AAs) deverão ser protocoladas pelo estudante diretamente no SIGAA.

Parágrafo único. Somente serão consideradas válidas para fins de contabilização as atividades realizadas após a efetivação da matrícula do estudante no curso.

Art. 6º Os pedidos de validação das Atividades Autônomas serão avaliados semestralmente pela Coordenação do curso e/ou secretaria de curso

Art. 7º As atividades autônomas de aluno proveniente de transferência ou retorno de graduado somente serão aproveitadas desde que tenham sido realizadas no período em que o estudante estava matriculado em cursos de graduação e que guardem relação com as práticas desenvolvidas no curso.

Art. 8º As atividades autônomas de retorno de aluno abandono poderão ser aproveitadas, mediante comprovação, desde que tenham sido realizadas no período em que o estudante estava matriculado em curso da UFFS e que guardam relação com as práticas desenvolvidas no curso.

Parágrafo único: Poderá ser realizado o aproveitamento de atividades autônomas de alunos de transferências, retorno de graduado ou retorno de aluno abandono desde que o estudante realize a solicitação no sistema, mediante comprovação que a atividade foi realizada no período em que estava matriculado em outro curso de graduação.

SEÇÃO IV

DO COORDENADOR DE ATIVIDADES AUTÔNOMAS



Art. 8º O(A) Coordenador(a) de Atividades Autônomas será escolhido(a) e indicado(a) anualmente pelo Colegiado de Curso, podendo ser o(a) coordenador(a) do curso, coordenador adjunto e/ou secretário (a) do curso.

Art. 9º São incumbências do(a) Coordenador(a) de Atividades Autônomas:

I – Verificar os pedidos de validação de AAs;

II – Deferir ou indeferir os pedidos de validação de AAs de acordo com a documentação anexada pelo estudante no SIGAA;

III – Validar a documentação encaminhada.

SEÇÃO V

DAS OBRIGAÇÕES DO DISCENTE

Art. 10 Cabe ao discente realizar o pedido de validação das Atividades Autônomas no SIGAA com a devida documentação comprobatória.

Parágrafo Único. Recomenda-se acompanhamento semestral da carga horária acumulada.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11 Os casos omissos neste Regulamento de Atividades Autônomas do curso de graduação em Geografia – Bacharelado serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 12 Este Regulamento de Atividades Autônomas do curso de graduação em Geografia – Bacharelado entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia – Bacharelado, Campus Erechim, e pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul



ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento tem por objetivo normatizar as atividades de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a atividade curricular, didática e de pesquisa desenvolvida no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único: As atividades citadas no caput deste artigo envolvem a elaboração, a execução e a apresentação/submissão, pelo discente, de um projeto e de uma monografia que dialogue com o perfil do egresso, orientado por um docente do curso.

CAPÍTULO II DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Seção I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em pesquisa individual orientada, relatada sob a forma de uma monografia, em qualquer área do conhecimento geográfico.

Art. 4º O Trabalho de Conclusão de Curso será realizado no último período, compreendendo carga horária correspondente a 120 horas.

Art. 5º O discente só poderá desenvolver o TCC com a matrícula no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso.

Seção II DO OBJETIVO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 6º O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo desenvolver uma reflexão em



torno do uso das técnicas e métodos de pesquisa e de redação em Geografia oferecendo ao discente, condições de otimizar a sua formação enquanto bacharel em Geografia.

Seção III

DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 7º A produção do Trabalho de Conclusão de Curso, obrigatória a todos os discentes, deverá ser realizada individualmente, sob a forma de monografia.

Art. 8º O Trabalho de Conclusão de Curso compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:

- I – Elaboração e desenvolvimento de um processo de pesquisa que deverá conter: problemática de pesquisa; modelo de análise adequado à proposta, com quadro teórico e metodologia que sustenta os estudos que se pretende desenvolver; obtenção e análise de dados e de informações; apresentação escrita dos resultados na forma de monografia;
- II - O discente deverá defender publicamente o Trabalho de Conclusão de Curso no formato de defesa pública da pesquisa.

Art. 9º Os docentes orientadores do Trabalho de conclusão de curso serão os docentes lotados na UFFS que tenham ministrado componente curricular do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado.

Parágrafo Único: Casos excepcionais poderão ser submetidos pelo discente para a avaliação do Colegiado de Curso.

Art. 10 A definição dos docentes orientadores será realizada pelo Colegiado a partir das indicações feitas pelos discentes matriculados no componente curricular.

§1º A efetivação das orientações apenas será ratificada mediante consentimento entre docentes e discentes.

§2º O Colegiado do Curso garantirá orientação a todos os discentes matriculados, desde que sigam as normas previstas neste Regulamento e nas deliberações do Colegiado.

Art.11 Além das cargas horárias previstas nos componentes curriculares, atribuídas aos docentes responsáveis pelo CCR, serão atribuídas 1 (uma) hora-aula semanal para cada 3



(três) orientações de trabalho de conclusão de curso de graduação, pelo tempo que durar a orientação, conforme disposto na Res. nº 106/CONSUNI/UFFS/2022.

Art. 12 O acompanhamento do processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso deverá, sempre que possível, ser realizado pelo mesmo docente, durante todas as etapas de construção da pesquisa e da monografia.

Parágrafo Único: Poderá ser realizada a troca de orientador em qualquer período, desde que consensuado entre as partes envolvidas e ratificado pelo Colegiado.

Art. 13 Será facultado ao discente a possibilidade de coorientação de acordo com o prévio consentimento do docente orientador e aceite do coorientador.

Parágrafo Único: A formalização da escolha do coorientador se dará da mesma forma que para a escolha do orientador.

Seção IV DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

Art. 14 São atribuições do docente orientador que acompanha a construção do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I - Definir, em conjunto com o Colegiado do Curso, seminários como forma de socializar o conhecimento e propiciar o debate e o enriquecimento do trabalho realizado;
- II - Construir, em conjunto com o discente, um programa de trabalho que inclua leituras individuais e coletivas;
- III - Promover a articulação entre a pesquisa realizada pelo discente e sua futura inserção como Bacharel em Geografia;
- IV - Avaliar o desenvolvimento do discente e da pesquisa;
- V - Sugerir integrantes para participação da banca examinadora;
- VI - Solicitar agendamento das salas para as defesas públicas de TCC.

Art. 15 São atribuições dos docentes responsáveis pelos componentes curriculares TCC:

- I - Apresentar aos discentes a organização e a dinâmica dos componentes curriculares;
- II - Apresentar, ao início de cada semestre letivo, sugestões de cronogramas referentes aos prazos para apreciação no Colegiado;
- III - Encaminhar para o Colegiado de Curso a formalização de orientações e coorientações;
- IV - Submeter ao Colegiado as indicações de bancas de TCC;



- V - Divulgar as defesas de TCC ao setor de comunicação da UFFS e à Secretaria do Curso;
- VI - Receber as atas das bancas examinadoras e as versões finais das monografias e providenciar o arquivamento na Secretaria do Curso e no setor de bibliotecas;
- VII - Responsabilizar-se pelos diários de classe do componente curricular.

Art. 16 São responsabilidades dos discentes que desenvolvem o Trabalho de Conclusão de Curso:

- I - Matricular-se no componente curricular TCC em conformidade com as normas e os calendários da UFFS;
- II - Indicar docentes do curso para função de orientador da pesquisa;
- II - Participar das reuniões com o Orientador, Coordenador do Curso e/ou docente responsável pelos componentes curriculares;
- III - Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação de Curso e Projeto Pedagógico do Curso de Geografia – Bacharelado, Campus Erechim.
- IV - Cumprir o plano e o cronograma de trabalho, estabelecidos em conjunto com o seu orientador;
- V – Elaborar e apresentar o projeto de pesquisa e monografia do TCC em conformidade a este Regulamento;
- VI - Entregar a versão final da monografia atendendo as determinações apontadas pela banca examinadora;
- VII - Respeitar os direitos autorais, vedando o uso no TCC de toda e qualquer forma de cópia e/ou plágio de outras produções acadêmicas e intelectuais.

Seção V

DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 17 A avaliação do discente no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso será realizada pelo docente orientador, coorientador (caso aplique-se) e por, no mínimo, outros 2 (dois) membros convidados, através de apresentação de trabalho do discente e arguição de texto monográfico perante a banca examinadora.

§1º Poderão compor a banca examinadora do TCC II docentes e outros profissionais que tenham titulação mínima de especialista (pós-graduado), devidamente aprovados pelo Colegiado do Curso.

§2º Entre os membros convidados para banca examinadora, no mínimo, um docente ser



integrante do Domínio Específico do Curso.

§3º Para a aprovação, o discente deverá obter média mínima de 6,0 (seis).

§4º A homologação e conseqüente lançamento da nota no sistema está condicionada a entrega, pelo discente ao docente responsável pelo componente curricular, da versão final digital com as alterações sugeridas pela banca, constadas em ata de defesa pública, em diálogo com o orientador, em prazo aprovado pelo Colegiado em consonância com o Calendário Acadêmico.

§5º Os encontros para orientação se constituirão em etapas da avaliação processual.

Art. 18 O Trabalho de Conclusão de Curso da UFFS deve, obrigatoriamente, integrar o Repositório Digital da UFFS, cabendo ao próprio estudante apresentar a documentação exigida junto ao setor responsável da Biblioteca do Campus.

Parágrafo único. Cabe à Biblioteca do Campus emitir documento comprobatório da entrega, para que o mesmo seja utilizado no processo de requerimento de diplomação (Conforme a Resolução nº 13/2016 – CONSUNI/PPGEC)."

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19 Os casos omissos neste Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Geografia - Bacharelado serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 20 Este Regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia – Bacharelado, Campus Erechim, e pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul.



ANEXO IV – REGULAMENTO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NOS COMPONENTES CURRICULARES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento tem como objetivo definir as diretrizes para a realização de práticas extensionistas acadêmicas do curso de Graduação em Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim-RS.

Art. 2º Neste Regulamento, consideram-se práticas extensionistas as atividades desenvolvidas no âmbito dos componentes curriculares do curso, que possuem carga horária específica para esta finalidade.

CAPÍTULO II DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º As práticas extensionistas do Curso de Graduação em Geografia- Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim, serão desenvolvidas por meio dos componentes curriculares mistos, que especificam tais práticas em suas ementas e práticas.

Art. 4º Os componentes curriculares mistos que realizam práticas extensionistas possuem 15 horas práticas destinadas ao desenvolvimento das atividades extensionistas.

Art. 5º Os componentes curriculares mistos em que as práticas extensionistas constam em suas ementas estão descritos na matriz do curso e totalizam 285 horas de dedicação a esta modalidade de atividade.

Nº	Componente Curricular	Nível	Atividades Extensionistas (horas)
1	História do Pensamento Geográfico	1º nível	15
2	Geografia do Brasil	1º nível	15
3	Introdução à Astronomia	1º nível	15
			Total 1º nível: 45 horas
4	Geografia Econômica	2º nível	15



Nº	Componente Curricular	Nível	Atividades Extensionistas (horas)
Total 2º nível: 15 horas			
5	Geografia Regional	3º nível	15
6	Geografia Política	3º nível	15
7	Climatologia	3º nível	15
Total 3º nível: 45 horas			
8	Geografia Agrária	4º nível	15
9	Cartografia Temática	4º nível	15
10	Geologia	4º nível	15
11	Educação Ambiental	4º nível	15
Total 4º nível: 60 horas			
12	Geografia Urbana	5º nível	15
13	Epistemologia da Geografia	5º nível	15
14	Geomorfologia	5º nível	15
15	Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens	5º nível	15
Total 5º nível: 60 horas			
16	Organização do Espaço Mundial	6º nível	15
17	Geografia Cultural	6º nível	15
18	Hidrogeografia	6º nível	15
19	Biogeografia	6º nível	15
Total 6º nível: 60 horas			
Soma Total Geral das Atividades de Extensão: 285 horas			

Quadro 9 Síntese: Distribuição das Atividades Extensionistas por componentes curricular e Nível - Curso de Geografia – Bacharelado (UFFS)

Seção II

DOS OBJETIVOS DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS



Art. 6º As práticas extensionistas têm como objetivos:

- I. Articular os conhecimentos teórico-metodológicos dos componentes curriculares específicos com atividades práticas desenvolvidas junto à comunidade;
- II. Propor e executar projetos voltados à extensão acadêmica na comunidade, por meio de conexões com as atividades práticas e com as práticas como componentes curriculares das disciplinas específicas do curso;
- III. Incentivar o pensar crítico e o protagonismo discente em ações voltadas para distintas realidades socioespaciais.

Seção III

DA ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

Art. 7º A participação nas práticas extensionistas é obrigatória aos:

- I. Docentes responsáveis pelos componentes curriculares que preveem tais práticas em suas ementas;
- II. Discentes matriculados nos componentes curriculares que preveem práticas extensionistas;
- III. Monitores dos componentes curriculares;
- IV. Técnicos de Laboratório do *campus* Erechim, mediante convocação do Colegiado;

Art. 8º Poderão ser convidados para contribuir com as práticas extensionistas:

- I. Demais docentes da UFFS;
- II. Demais técnico-administrativos em educação da UFFS, cujas funções tenham algum tipo de relação com as práticas extensionistas desenvolvidas nos componentes curriculares;
- III. Discentes da UFFS com projetos de pesquisa, ensino e extensão e/ou tenham afinidade com os locais, conteúdo e propostas extensionistas que serão desenvolvidas nas atividades programadas;
- IV. Representantes da comunidade.

Art. 9º Compete à Universidade Federal da Fronteira Sul dar condições para realização das práticas extensionistas quanto ao transporte para discentes, docentes e outros participantes convidados envolvidos com as atividades.

Art. 10 Compete à Universidade Federal da Fronteira Sul ofertar auxílios e discentes regularmente matriculados nos componentes curriculares que venham ter gastos com alimentação e/ou hospedagem no desenvolvimento das atividades práticas extensionistas.



Art. 11 Compete à Universidade Federal da Fronteira Sul o pagamento de diárias aos docentes dos componentes curriculares e eventuais convidados que necessitem acompanhar ou supervisionar práticas extensionistas realizadas fora do município-sede.

Art. 12 Fica atribuído ao Colegiado do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Erechim*:

- I. Acolher as propostas e as sugestões para o desenvolvimento de práticas extensionistas no âmbito dos componentes curriculares;
- II. Avaliar a pertinência das propostas e as contribuições das mesmas nos processos de ensino-aprendizagem e relações com a comunidade;
- III. Aprovar as propostas presentes nos planos de ensino ou recomendar revisões;
- IV. Incentivar a proposição e realização de práticas extensionistas conjuntas entre os componentes curriculares de uma mesmo nível do curso.

Art. 13 São atribuições da Coordenação do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Erechim*:

- I. Propor ao Colegiado de Curso o planejamento anual das práticas extensionistas;
- II. Encaminhar aos setores responsáveis o planejamento anual das práticas extensionistas;
- III. Emitir convocações, quando as atividades ocorrerem fora do município-sede;
- IV. Emitir declarações e certificados de participação nas práticas extensionistas, quando solicitado;
- V. Orientar docentes nas situações que demandarem solicitações de transporte, diárias ou auxílios para os discentes;
- VI. Orientar docentes nos registros das práticas extensionistas nos planos de curso dos componentes curriculares.

Art. 14 São atribuições prioritárias da Coordenação de Extensão do Curso, quando couber, as definidas no artigo 16 da Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021:

- I. Acompanhar as ações de extensão desenvolvidas no curso;
- II. Assessorar a Coordenação do Curso nos trâmites burocráticos e acadêmicos referentes às práticas extensionistas desenvolvidas.



Art. 15 São atribuições dos docentes responsáveis pelos componentes curriculares:

- I. Planejar as atividades nas suas dimensões logísticas e didático-pedagógicas com base nas distintas metodologias e ações que serão desenvolvidas com a comunidade;
- II. Evidenciar, em seus planos de curso, como as práticas extensionistas se articulam com as práticas e práticas pedagógicas como componentes curriculares;
- III. Providenciar materiais, instrumentos e equipamentos;
- IV. Solicitar transporte, diárias e auxílios aos discentes, quando necessário;
- V. Encaminhar pedido de emissão de declarações de participação nas práticas extensionistas à Coordenação, quando necessário.

Art. 16 São atribuições dos discentes regularmente matriculados nos componentes curriculares:

- I. Participar das atividades, ações e/ou intervenções junto à comunidade e das avaliações programadas;
- II. Atuar ativamente na elaboração e execução de propostas em conjunto com docentes e demais discentes das turmas;
- III. Zelar pela conduta ética nas ações com a comunidade, com respeito à diversidade sociocultural, à dignidade humana e ao patrimônio público;
- IV. Providenciar documentos, quando solicitados;
- V. Devolver auxílios, quando não participar das atividades programadas;

Seção IV

DA CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

Art. 17 São exemplos de atividades que poderão ser consideradas como práticas extensionistas, visando à formação para a atuação profissional do(a) bacharel em Geografia, integrando ensino, pesquisa e extensão e promovendo a interação com comunidades e territórios via Componentes Curriculares (CCRs).

- I. Reconhecimento e diagnóstico participativo de comunidades e territórios, por meio de visitas de campo, entrevistas e levantamento de informações socioambientais, promovendo o diálogo direto com os sujeitos e espaços envolvidos.
- II. Elaboração participativa de diagnósticos territoriais e socioambientais, respeitando os



saberes locais, necessidades e potencialidades das comunidades.

III. Desenvolvimento e execução de projetos extensionistas com estratégias de ação voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, inclusão social e valorização dos territórios locais.

IV. Colaboração em programas, projetos e ações de extensão institucionalizados pela UFFS ou outras instituições de ensino, valorizando a iniciativa e protagonismo estudantil, a partir dos conteúdos abordados nas CCRs .

V. Organização, desenvolvimento e ministração de cursos, oficinas, minicursos e eventos extensionistas em áreas afins à Geografia, promovendo a capacitação e troca de saberes.

VI. Produção e publicação de artigos, relatórios e materiais didáticos relacionados às atividades extensionistas desenvolvidas, com comprovação documental.

VII. Participação na organização e realização de eventos culturais, científicos, artísticos, esportivos e recreativos que dialoguem com as temáticas geográficas e extensionistas.

VIII. Ações educativas em escolas e instituições sociais, como eventos “UFFS de Portas Abertas”, feiras “Feira do Livro” e exposição “Feira Industrial e Agropecuária de Erechim” (FRINAPE), Associações de Moradores, Associações de Recicladores, Associação de Agricultores Familiares integrando a universidade à comunidade.

IX. Desenvolvimento de oficinas e capacitações comunitárias voltadas para práticas socioambientais, cartografia participativa, sustentabilidade e outros temas de interesse local.

X. Monitoramento ambiental participativo, envolvendo estudantes em ações de campo que promovam a formação cidadã e o cuidado com os recursos naturais.

XI. Apoio técnico e consultoria a organizações locais (associações, cooperativas, órgãos públicos), promovendo o desenvolvimento territorial a partir do conhecimento geográfico.

XII. Realização de trabalhos de campo, que ampliem a compreensão do território para além da sala de aula.

Seção V

DA AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

Art. 18 Os docentes dos componentes curriculares terão autonomia para propor as atividades avaliativas no âmbito das práticas extensionistas.

Parágrafo único. As atividades avaliativas das práticas extensionistas deverão constar nos planos de curso e ser apreciadas semestralmente pelo Colegiado.



Art. 19 Os casos omissos neste *Regulamento de Práticas Extensionistas do Curso de Geografia – Bacharelado* serão apreciados pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 20 Este *Regulamento de Práticas Extensionistas do Curso de Geografia – Bacharelado* entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia – Bacharelado, *Campus Erechim*, e pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul.



ANEXO V REGULAMENTO DO TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento tem como objetivo definir as diretrizes para a realização de trabalho de campo do curso de Graduação em Geografia - Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim-RS.

Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento, consideram-se trabalho de campo as práticas e atividades de observação, descrição e interpretação espacial de fenômenos socioambientais situados para além das dependências físicas da Universidade. Trata-se de um conjunto de atividades práticas orientadas para busca de um determinado conhecimento, realizada de maneira sistemática através da realidade empírica e pela utilização de distintas metodologias didático-pedagógicas e de técnicas de pesquisa.

CAPÍTULO II DOS TRABALHOS DE CAMPO

Seção I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º Os trabalhos de campo do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, serão desenvolvidos por meio dos componentes curriculares que especificam em sua ementa a atividade.

Parágrafo Único: Os componentes curriculares que realizam trabalhos de campo possuem 15 horas práticas (1 crédito) destinadas ao desenvolvimento da atividade.

Seção II DOS OBJETIVOS DOS TRABALHOS DE CAMPO

Art. 4º Os trabalhos de campo têm como objetivos:

I – Aprofundar e articular os conhecimentos teóricos dos componentes curriculares



específicos;

II – Qualificar as estratégias pedagógicas nos componentes curriculares;

III – Estimular o desenvolvimento do pensar crítico e de atitudes proativas com base na análise empírica das distintas realidades socioespaciais (nas escalas local, regional, nacional e internacional).

Seção III

DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE CAMPO

Art. 5º A participação nos Trabalhos de Campo é obrigatória aos:

I – docentes responsáveis pelos componentes curriculares que preveem em sua ementa a atividade;

II – Discentes matriculados nos componentes curriculares que preveem trabalho de Campo;

III – Monitores dos componentes curriculares;

IV – Técnicos de Laboratório do campus Erechim, mediante convocação do Colegiado.

Art. 6º Poderão ser convidados para contribuir com os trabalhos de campo, mediante apreciação do Colegiado de Curso:

I – Demais docentes da UFFS;

II – Demais técnico-administrativos em educação da UFFS;

III – Discentes da UFFS com projetos de pesquisa, ensino e extensão e/ou tenham afinidade com os locais e conteúdos que serão desenvolvidas nas atividades programadas;

IV – Convidados externos.

Art. 7º Compete à Universidade Federal da Fronteira Sul dar condições para realização dos Trabalhos de campo no tange transporte, diárias aos docentes responsáveis pelos componentes curriculares e auxílios aos discentes regularmente matriculados nos componentes curriculares.

Art. 8º Compete ao Colegiado do Curso de Graduação em Geografia - Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim:

I - Acolher as propostas e as sugestões para o desenvolvimento de trabalho de campo no âmbito dos componentes curriculares sob sua responsabilidade;



II – Avaliar a pertinência das propostas e as contribuições das mesmas nos processos de ensino-aprendizagem;

III – Apreciar, definir e aprovar os trabalhos de campo referentes os componentes curriculares sob sua responsabilidade;

Art. 9º São atribuições da Coordenação do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim:

I – Propor ao Colegiado de Curso o planejamento anual dos trabalhos de campo;

II – Encaminhar aos setores responsáveis o planejamento institucional dos trabalhos de campo;

III – Emitir convocações para realização dos trabalhos de campo;

IV – Emitir declarações e certificados de participação nos trabalhos de campo, quando solicitado.

V – Incentivar a articulação entre trabalhos de campo de componentes curriculares de um mesmo nível.

Art. 10 São atribuições dos docentes responsáveis pelos componentes curriculares:

I – Planejar as atividades nas suas dimensões logísticas e didático-pedagógicas com base nas distintas metodologias;

II – Propor e submeter ao Colegiado de Curso os roteiros dos trabalhos de campo, as avaliações e as práticas pedagógicas associadas à atividade sob sua responsabilidade;

III – Desenvolver os roteiros dos trabalhos de campo, as avaliações e as práticas pedagógicas associadas à atividade;

IV – Providenciar materiais, instrumentos e equipamentos; V – Solicitar transporte, diárias e auxílios aos discentes;

V – Emitir declarações e certificados de participação nos trabalhos de campo, quando solicitado, em conjunto com a Coordenação.

Art. 11 São atribuições dos discentes regularmente matriculados nos componentes curriculares:

I – Participar das atividades e das avaliações programadas;

II – Providenciar documentos quando solicitados;

III – Devolver auxílios, quando não participar das atividades programadas;

IV – Zelar pelo bom andamento das atividades, materiais, transporte, hospedagens,



patrimônio da UFFS.

Art. 12 São atribuições dos técnicos de laboratório:

I – Auxiliar na organização das atividades pré-campo e pós-campo;

II – Solicitar e comprovar suas diárias;

III – Organizar, transportar, guardar e manusear materiais utilizados nos Trabalhos de Campo.

IV - Executar atividades práticas programadas.

Art. 13 As atribuições dos demais convidados serão definidas na programação do campo.

Seção IV

DA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CAMPO

Art. 14 Os docentes dos componentes curriculares terão autonomia para propor as atividades avaliativas e as práticas pedagógicas que serão desenvolvidas nos trabalhos de campo.

Parágrafo Único: Os docentes dos componentes curriculares deverão propor as atividades e encaminhá-las semestralmente para aprovação do Colegiado de Curso, devendo constar no plano de ensino as definições.

Art. 15 Todos os discentes regularmente matriculados nos componentes curriculares deverão participar das programações propostas e realizar as atividades avaliativas previstas.

Parágrafo Único: Será garantida ao discente a participação nos trabalhos de campo no próximo período de oferta do componente curricular a fim de regularizar sua situação avaliativa, porém não haverá garantias do pagamento de auxílios aos discentes que se enquadram no Art. 17.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 Os casos omissos neste Regulamento de Práticas de Trabalho de Campo do curso de



Geografia – Bacharelado serão apreciados pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 18 Este regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia - Bacharelado, Campus Erechim, e pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul.



ANEXO VI REGULAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR

Art. 1º Confere equivalência aos componentes curriculares presentes no quadro abaixo, em função da reformulação do projeto pedagógico do curso aprovada pela [Decisão nº 41/CONSUNI CGAE/UFFS/2025](#), com outros componentes ofertados na UFFS.

CCRs da Estrutura 2025			CCRs ofertados pela UFFS		
Código	Componente Curricular	Horas	Expressão Equivalente	Componente Curricular	Horas
GEX1437	Biogeografia	75	(GEX732 ou GCB083)	Biogeografia Biogeografia	75 75
GEX1433	Introdução à cartografia e geotecnologias	45	(GEX722 ou GEX095)	Introdução à cartografia e geotecnologias Cartografia geral	45 75
GEX1432	Cartografia temática	75	(GEX728 ou GEX060)	Cartografia temática Cartografia temática	75 60
GEX1400	Climatologia	60	(GEX727 ou GEX014)	Climatologia Climatologia	60 75
GCH2118	Epistemologia da geografia	75	(GCH1046 ou GCH110)	Epistemologia da geografia Epistemologia da geografia	75 60
GCH1060	Geografia agrária II	60	(GCS321)	Espaços rurais	60
GCH1065	Geografia urbana II	60	(GCS322)	Espaços urbanos	60
GCH2224	Geografia cultural	75	(GCH1049 ou GCH397 ou GCH2085)	Geografia cultural Geografia cultural Geografia cultural	75 60 75
GCH1061	Geografia da América Latina	60	(GCH235)	Geografia da América Latina	60
GCH2116	Geografia regional	60	(GCH1041 ou GCH108)	Geografia regional Geografia política e regional	60 75
GCH2115	Geografia do Brasil	60	(GCH835 ou GCH111)	Geografia do Brasil Geografia do Brasil	60 75
GCH1064	Geografia do turismo	60	(GCH469)	Geografia do turismo	60
GCH2219	Geografia econômica	75	(GCH1032 ou GCH023)	Geografia econômica Geografia econômica	75 75
GEX1434	Geografia física	45	(GEX723 ou GEX005)	Geografia física Geografia física	45 60
GCH2220	Geografia política	60	(GCH1042 ou GCH108)	Geografia política Geografia política e regional	60 75
GCH2221	Geografia agrária	75	(GCH1044 ou GCH107)	Geografia agrária Geografia agrária	75 75
GCH2222	Geografia urbana	75	(GCH1045 ou GCH089 ou GCH2083)	Geografia urbana Geografia urbana Geografia urbana	75 75 75



CCRs da Estrutura 2025			CCRs ofertados pela UFFS		
Código	Componente Curricular	Horas	Expressão Equivalente	Componente Curricular	Horas
GEX1435	Geologia	75	(GEX729 ou GEX096)	Geologia Geologia	75 75
GEX1401	Geomorfologia	75	(GEX730 ou GEX082)	Geomorfologia Geomorfologia	75 75
GEX737	Geomorfologia ambiental	60	(GEX459)	Geomorfologia ambiental	60
GEX1436	Hidrogeografia	75	(GEX731 ou GEX089 ou GEX1325)	Hidrogeografia Hidrogeografia Hidrogeografia	75 75 75
GCH2114	História do pensamento geográfico	60	(GCH834 ou GCH004)	História do pensamento geográfico História do pensamento geográfico	60 60
GLA0693	Produção textual acadêmica	60	(GLA001)	Leitura e produção textual I	60
GLA211	Língua brasileira de sinais (Libras)	60	(GLA045)	Língua brasileira de sinais	60
GCH2223	Organização do espaço mundial	75	(GCH1048 ou GCH112 ou GCH2084)	Organização do espaço mundial Organização do espaço mundial Organização do espaço mundial	75 60 60
GEX741	Planejamento ambiental	60	(GCS111)	Planejamento ambiental	75
GCH1066	Planejamento territorial	60	(GCS112)	Planejamento territorial	75
GEX1402	Sensoriamento remoto e interpretação de imagens	60	(GEX733 ou GEX118)	Sensoriamento remoto e interpretações de imagens Sensoriamento remoto e interpretações de imagens	60 75
GCH1080	Trabalho de Campo	60	(GCH237)	Trabalho de Campo	60
GCH2227	Trabalho de conclusão de curso	120	(GCH1466 ou GCH143 ou GCH144)	Trabalho de conclusão de curso Trabalho de conclusão do curso I Trabalho de conclusão do curso II	120 30 60
GEX1438	Geografia e questão ambiental	60	(GEX734 ou GCS111 ou GCS011)	Geografia e questão ambiental Planejamento ambiental Meio ambiente, economia e sociedade	60 75 60
GEX1338	Introdução à astronomia	60	(GEX662)	Introdução à astronomia	60
GCH2226	Educação ambiental	60	(GCH1058)	Educação ambiental	60
GEX1439	Geoprocessamento	60	(GEX965)	Geoprocessamento	60
GCH2225	Pesquisa em geografia	60	(GCH1051)	Pesquisa em geografia	60
GCH2218	Projeto integrador I	60	(GCH841)	Projeto integrador I	60

Art. 2º Os componentes curriculares não explicitados no quadro acima, a critério do colegiado, poderão ser validados como carga horária optativa, decisão que estará condicionada ao atendimento dos critérios estabelecidos pela Resolução 43/CONSUNI/CGAE/UFFS/2023.

Art. 3º Todos os casos não esclarecidos neste anexo serão apreciados pelo respectivo Colegiado de Curso.